ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2026

Ao sétimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu presidente, senhor **Rui Celestino dos Santos Cristina**, achando-se presentes o vice-presidente, senhor **Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo**, e os vereadores, senhores, **Rogério Pires Rodrigues Neto, Victor de Oliveira Ferraz**, **Ana Cristina Neves Pinto Oliveira**, **Maria Cristina Monteiro Rasquilha Corado** e **Cláudia Cristina Dias Guedelha**. ----------

Secretariou o Chefe de Divisão Jurídica e de Contencioso, Rui Salvador Felizardo Tardão. ----------

Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, pelas nove horas e trinta minutos, deu a Câmara início à: ----------

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Senhor presidente: *"Muito bom dia a todos, sejam bem-vindos à Câmara Municipal de Albufeira, a esta reunião de câmara pública. Vamos dar início, então, à intervenção do público, vamos começar pela ordem recebida de inscrições. Vamos começar com o senhor André Sebastião, faça favor de vir aqui ao microfone. André Sebastião? Não está, então se não está vamos passar para o senhor Jorge Fidalgo."* ----------

Jorge Fidalgo: *"Fazer um ponto da situação, breve. Se me permite vou fazer um ponto da situação breve, daquilo que me traz aqui. Basicamente, é o seguinte, temos um apartamento, esse apartamento aqui no Cerro Branco, e o pequeno terraço que temos no apartamento é a laje, a cobertura da sala do apartamento de baixo, portanto, isto é um enquadramento. Logo, isto é uma zona comum do edificado e existem infiltrações, naturalmente o vizinho de baixo tem um problema de infiltrações, e a questão que gostaríamos de perceber, e já foi emitido um parecer da câmara, e foi identificado que existem infiltrações que serão da responsabilidade do litígio entre o proprietário, que seremos nós, e o condomínio, e o nosso pedido de ajuda é esta clarificação. Portanto, parece não haver divergência técnica que, de facto, existe as infiltrações, parece também não haver dúvidas sobre o facto que há obras necessárias a fazer para corrigir essas infiltrações, mas a questão está na falta de clarificação da câmara que, sendo uma licença de habitação condicionada pela câmara, e o meu raciocínio anda à volta disto, neste momento, a câmara diz: "isto é, do foro privado entre o condomínio e o proprietário". Isso põe-nos numa situação de impotência para resolver o assunto,*

porque se eu me dirigir à administração, como já foi feito, eles dizem: "não temos nada a ver com isto". E, neste momento, estamos nessa situação, como é que avançamos, como é que resolvemos o assunto, e é isso que eu pedia clarificação, barra, ajuda da câmara, para que nós, de facto, possamos ter ferramentas de forma a contornar ou resolver este assunto, parece-me que é óbvio que isto precisa de uma solução. Obrigado." ----------

Senhor presidente: *"Senhora Celeste Silva. É o mesmo. Senhor Hugo Gonçalves."* -------

Hugo Gonçalves: *"Senhor presidente, senhores vereadores, bom dia, senhora presidente da Assembleia Municipal, bom dia, e a todos aqui presentes. Senhor presidente, eu venho falar da situação, que eu nem sei se isto será propriamente uma situação, que é a situação dos guarda-sóis, que chegaram a dizer que se punha em frente às concessões, e que não se podia pôr em frente às concessões. Eu, como sempre vivi aqui ao pé da praia, acho que posso dar o meu contributo. Sempre houve uma área delineada para os guarda-sóis, e isto porquê? Na altura, pelo menos eu cresci assim, era para respeitar aquelas pessoas que não queriam guarda-sol, e as pessoas que não queriam guarda-sol ficavam em frente às concessões, é simples, para que haja espaço para todos. Agora, o que acho que não se pode aceitar, acho que não é aceitável, é isto aqui senhor presidente, porque as pessoas acabam por ter um pouco de razão, eu passo aqui as imagens para que possa ver, isto é, da câmara da MEO Beach, isto é público, qualquer pessoa pode aceder."*----------

Senhor presidente: *"Qual é a praia? A do Peneco?"* ----------

Hugo Gonçalves: *"Isto é do Peneco."*----------

Senhor presidente: *"Do Peneco. Muito bem."* ----------

Hugo Gonçalves: *"Isto não tem quase espaço nenhum, não sei se o senhor presidente quer..."* ----------

Senhor presidente: *"Estou a par, estou. Depois eu explico-lhe, estou a par da situação."* ----------

Hugo Gonçalves: *"Uma das situações é esta, a outra é o lixo na Rua dos Arcos. Senhor presidente, esta foto foi tirada à uma da tarde, senhor vice-presidente, esta foto foi tirada à uma da tarde. Isto, se eu tivesse tirado esta foto lá mais para a frente, iria apanhar todos os turistas que ali passam e que ali estão, isto está a dois, três metros de habitações onde estão famílias com crianças, com bebés, está o restaurante também. E outra situação, senhor presidente, é os uberes. A cancela na zona da Barhon é urgente, é preciso arranjar uma solução na zona da Barhon que é, portanto, no começo da Rua da Igreja Nova, lá em cima, a cancela não é lá em baixo, é lá em cima que é*

necessário, isto porquê? Porque os uberes quase quintuplicaram, eu digo assim, apitam durante a noite, a concentração de jovens ali ao pé da Ótica Graça, alguém já deve dar a indicação que é para irem apanhar ali, e isto, eles fazem marcha atrás, depois uns querem passar não conseguem, porque os da frente ainda estão à espera dos clientes, começam a discutir entre eles. O senhor presidente está cá para resolver os problemas que foram deixados pelo anterior executivo, e que são bastantes, isto é, do conhecimento de todos, mas isto assim torna-se complicado. Portanto, a resolução que eu proponho é uma cancela e isto, de uma maneira ou de outra, dá mais encargo à autarquia, mas ao mesmo tempo dá emprego a qualquer pessoa. Portanto, para pôr ali umas pessoas para verificar, comunicar os residentes, proprietários, e aqueles que têm contrato, para poderem dar uma espécie de cartão, ou ficarem anotadas matrículas para poderem passar, e assim os serviços da câmara também estão mais protegidos, porque, muitas das vezes, eu vejo os uberes até a implicarem à uma, duas da manhã, quando passa lá o camião de lixo, estão a implicar com eles, porque querem passar para apanhar os clientes, portanto, isto não faz muito sentido, não é? Isto estou eu a dizer. Para terminar, senhor presidente, uma nota prévia sobre a questão do ruído. Nota-se alguma melhoria, as duas, três, primeiras semanas notou-se bastante, notou-se bastante, consegui, já há mais do que 15 anos, dormir de janela aberta, apesar de ainda ouvir um pouquinho. Agora já está a voltar tudo…" ----------

Senhor presidente: *"É na baixa?"*----------

Hugo Gonçalves: *"É lá na baixa. Agora, já está tudo a voltar ao mesmo, já está mais próximo daquilo que estava de antes, os graves…"*----------

Senhor presidente: *"Mas não é na Oura, é lá em baixo?"*----------

Hugo Gonçalves: *"Lá em baixo, sim, na baixa."* ----------

Senhor presidente: *"Sim, eu já explico."* ----------

Hugo Gonçalves: *"Ao pé da Igreja."* ----------

Senhor presidente: *"Sim."* ----------

Hugo Gonçalves: *"Os graves já chegam, portanto, a música já tem tendência a aumentar e, senhor presidente, convinha talvez também dar uma palavra à GNR, porque se há dois ou três sinais de trânsito proibido, isto ainda em relação aos uberes, porque está tudo relacionado com o ruído, eu vejo os GNR a passarem lá, e está tudo bem, vejo os grupos lá a gritarem, a fazerem coisas, eles passam, olham, não dizem nada. Acho que convinha, se calhar, dar uma notinha, que é para…, eu pelo menos, eu recordo-me no meu tempo quando nós ganhávamos o jogo, aos sábados, no Imortal, e quando nós, às vezes, íamos comemorar, qualquer coisa onde íamos, se estava lá a GNR, e nós*

estivéssemos a fazer um pouquinho mais de barulho, chamavam-nos logo à atenção. Diziam logo: "ó jovens, menos barulho, tal, tal, tal, tal", e nós acatávamos. Sabemos que isto agora está um turismo virado para a juventude, é um turismo um pouco de descontrolo, de caos, de bebedeira, e acho que nós podemos fazer mais e melhor, é a minha opinião, acho que nós podemos fazer mais e melhor, acho que dá para todos, mas podemos fazer mais e melhor. Muito obrigado." ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado eu, pela atenção. Senhora Fátima Gomes."* ----------

Fátima Gomes: *"Olá, bom dia a todos, bom dia à Mesa, e bom dia a vós também. Eu venho, está-me a falhar um bocado a voz, estou um bocado adoentada, mas vou tentar expor, e hoje venho aqui falar, e vou falar com o meu coração nas mãos, esquecer onde estou, e vou expor o meu assunto, mais uma vez. Está a fazer 8 anos que a minha situação em casa continua a ser o hotel Júpiter. No final do ano passado, foi uma empresa contratada pela câmara, pelo executivo anterior, para fazer a medição do barulho, fazerem, colocarem um delimitador de som no hotel. Enquanto estava lá um técnico no hotel, um técnico na minha casa, o senhor antes de sair da minha casa disse-me: "se o som for além deste nível, está qualquer coisa muito errado, já não é nada connosco, é com a câmara." Entretanto, chama-se a polícia, a polícia não faz nada, coitados, eles fazem, mas não têm aparelhos para ler o som. A polícia municipal, eu já estou cansada de ligar, não vou ligar mais, não vou enviar mais e-mails, porque o último até foi a 18 de junho, que nem resposta obtive, a senhora que atende os telefones na polícia municipal é bastante agressiva, a resposta dela, ela nem ouve os assuntos sequer, quer tudo por e-mail, tudo por e-mail, "a senhora não insista, porque é tudo por e-mail," ela não quer ouvir, sequer..."* ----------

Senhor presidente: *"Qual é o nome da pessoa?"* ----------

Fátima Gomes: *"Não sei, é sempre a mesma pessoa que atende o telefone, eu desisto. Neste momento, passado 8 anos, eu estou cansada e exausta, eu trabalho muito, trabalho na hotelaria, infelizmente, e chego a casa exausta. Agora é o barulho dos bares, que mais um café Santiago que abriu, até às 3 da manhã, com uma esplanada enorme, dois écrans enormes na esplanada. Por acaso, falei com o senhor, o senhor até é bastante simpático, e ele tem estado a reduzir a coisa, mas com jogos vai ser um bocado difícil. É que ali naquele espaço, que aquilo tenha 500 metros quadrados, como é que é possível ter sete cafés ali, tudo com licença até às tantas da manhã? Não é possível. Um prédio que há um ano que está ali a construir, mesmo ali debaixo da minha varanda, há um ano a levar com aquilo, com barulho de obras, das 8 da manhã até às 7 da noite, todos os dias, todos os dias. Tem sido um bocado difícil, e nesta altura, eu já*

não estou desesperada, eu agora vou dar tudo por tudo. Como as coisas não funcionaram com a polícia municipal, não funcionam com a câmara, não funcionam com e-mails, com nada, eu agora vou partir para outras instâncias, vou. Eu chego a casa, do trabalho, eu não tenho vontade de ir para casa. Eu chego a casa, começo logo com vómitos, tal é o meu sistema nervoso, estou a perder peso, eu chego a casa não me apetece comer, nem beber, nem nada, tal é o meu desespero. Vocês não se podem esquecer para o que foram eleitos, porque é que foram eleitos, não podem esquecer. Eu quando me deito todas as noites, na minha cama, eu deito-me, com a certeza que respeitei toda a gente, fiz tudo direitinho, ao final do dia. Foi um pedido de ajuda grande, você tem um batalhão de pessoas por detrás de si..."----------

Senhor presidente: *"Tenho que lhe fazer uma pergunta, peço desculpa estar a interrompê-la. Esse ruído é pontual ou é todos os dias?"* ----------

Fátima Gomes: *"É todas as noites, e agora o problema é que..."*----------

Senhor presidente: *"É todas as noites?"* ----------

Fátima Gomes: *"Eu acho que eles contornaram a situação, porque agora eles têm, fazem efeitos com os subwoofers, e parece um circo, vocês podem ir à minha casa e vão ver, parece um circo com aqueles efeitos sonoros, aquilo é horroroso. Mais ninguém se queixa, porque a maioria dos habitantes são indianos, são brasileiros, com muitos, falo, só que ninguém vem, porque eles sabem que não vão ser ouvidos, tem sido bastante complicado."* ----------

Senhor presidente: *"Desculpe lá a indiscrição, o hotel Júpiter tem alguma discoteca? É isso? Ou algum bar?"*----------

Fátima Gomes: *"Tem a tenda exterior, aquela aberração onde era o parque de estacionamento..."* ----------

Senhor presidente: *"Eu não tenho recebido pedidos nenhuns de licença especial de ruído."*----------

Fátima Gomes: *"Falei com o Mircos, que é um dos diretores, que era uma pessoa mais acessível, assim que falei com o Mircos, expliquei a situação, ele logo nessa noite fez logo pior. É muito complicado, não se esqueça porque é que foram eleitos, vocês têm um batalhão de pessoas atrás de vocês a acreditar, não é fazer Albufeira um exemplo, é fazer Albufeira um sítio melhor."* ----------

Senhor presidente: *"Claro."*----------

Fátima Gomes: *"Obrigado."* ----------

Senhor presidente: *"Obrigado eu pela atenção, senhora Fátima Gomes. Senhor Rui Carvalhal."* ----------

Rui Carvalhal: *"Bom dia a todos, já se falou qualquer coisa na rua dos Arcos, nós comprámos lá uma casa em 2020, que faz, tem a Rua 5 de outubro, com a Rua dos Arcos e a Rua da Igreja Nova, e já na altura falei com o anterior presidente sobre esta situação, que disse que iria tentar resolver, mas que, eu peço desculpa, só tirei estas fotografias agora, isto é, a parte de trás da minha casa, onde é preciso mandar lá reparar isto. É uma vergonha, não conheço lugar nenhum do mundo onde aconteça uma coisa dessas, os carros não podem sequer passar, porque isto é cabo no chão, e eu não sei o que dizer sobre isso. De qualquer maneira era muito fácil, eu penso que os camiões, quando vão levantar o lixo, não tinham problema nenhum, era estabelecer horários, o lixo é empresarial, quando o camião passa as pessoas levam o lixo, o lixo é logo deitado num camião, evita aquela vergonha. A minha casa, eles vão lá lavar, aquilo é gordura, é carne, é tudo lá para dentro, tenho lá uma cisterna para reservatório de águas pluviais, aquilo está cheio de gordura, cheio de lixo e detergentes, cheio de tudo o que é..., e é insustentável. É verdade que quando comprámos aquilo foi em 2020, era a pandemia, não havia pessoas, não há problemas, não há porcaria, desculpem o termo, mas é esse, não tem outro, havendo pessoas é uma coisa pavorosa. E desde 2024 que a casa está, pronto, é insuportável. Eu tenho que tirar as grades, depois até queria ver se era possível o presidente arranjar-me uma reunião, que estou a pedir desde março, mas não é fácil, para falar diretamente sobre alguns pormenores, inclusivamente, o anterior presidente disse-me para apresentar um orçamento, porque a câmara vai ter que resolver as grades. Eu quero abrir a porta para tirar o carro, as grades estão encostadas ao meu portão, tenho fotografias disso tudo, portanto, está todo rasgado, qualquer pessoa chega lá, e pega na grade e mete-a onde quer, se quer passar com o carro, se não quer, são os TVDE, são os uberes, são os carros que estão a descarregar, carregar, aquilo é uma vergonha, e é todos os dias. Tinha decidido comprar a casa e vir para cá morar, mas perante uma situação destas eu fujo para Aveiro todos os dias, que é de onde sou, todos os dias não, mas quase, porque é insuportável. Não sei o que fazer, era muito fácil as pessoas num país mais ou menos civilizado, não precisavam de fazer essa nojeira que está aí, os camiões chegam e cada um leva lá o lixo, isto se quiser, se não quiser, que o guardem na casa deles, e isto é tão fácil como isto. E aquela rua, como diz a câmara e muito bem, a Rua dos Arcos, é arquitetónico, histórica, não sei quê, quer dizer, toda a gente que vai tentar ver aquilo foge a sete pés. Tem um depósito de malas de turistas lá em frente, tem um restaurante indiano em frente, tem casas de pessoas em frente, e aceita-se que, há anos e anos, esteja uma coisa dessas a céu aberto. É possível? Acham que gostariam de ter isso numa das vossas casas, ou aqui*

à entrada da câmara? Vocês não têm culpa, porque é a primeira vez que eu estou aqui a falar. Já tinha falado com o anterior executivo, mas não deu em nada. É possível o presidente dizer-me se era possível uma reuniãozita, da outra vez ele disse: "olha, aparece cá amanhã, às oito da manhã, oito e meia", eu vim, e falámos do que era para falar, é possível o presidente dizer-me isso agora, não?" ----------

Senhor presidente: *"Claro que sim, podemos marcar para amanhã a seguir ao almoço."* --

Rui Carvalhal: *"Amanhã? A seguir ao almoço? Dezasseis horas aqui, para falar com o presidente? Muito obrigado. E não é só por mim, que eu já tenho a casa assim há dois anos."* ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado. O senhor Lucas Sousa."* ----------

Rui Carvalhal: *"Desculpem esqueci-me, é só para dizer uma coisa, é que os carros não passam, os carros têm que virar pela..."* ----------

Senhor presidente: *"Sim, já percebi."*----------

Lucas Sousa: *"Olá, bom dia, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor presidente. Trago duas questões, uma delas é apenas uma curiosidade, a outra é alguma estupefação. A primeira, relativamente à curiosidade, é porque o senhor presidente, em vários momentos, tem afirmado que o município se tornou um género de um despachador-mor de processos de urbanismo, porque tem despachado muitos, e era se nos pudesse dar aqui também, um bocadinho a proporção, em qualquer horizonte temporal que tenha definido, seja nos últimos três meses, seja em qualquer um dos últimos três, a percentagem de deferidos, a percentagem de indeferidos, e como é que, se quiser, como é que isso se compara com qualquer mês do ano passado, também para se ter um bocadinho essa noção. A segunda questão, tinha que ver aqui com a questão do ruído, fazer um primeiro registo de interesses, eu sou equidistante em relação a ambas as partes, ou seja, não sou nem proprietário de um estabelecimento comercial, nem um residente numa zona próxima de ruído, mas vi com alguma surpresa a forma como o processo foi gerido no seu início, porque se nós olharmos, por exemplo, para aquilo que são entidades privadas, entendemos que vamos olhar para o resultado final, neste caso, o lucro, das suas ações. No caso da câmara e dos poderes públicos, há também aqui muito esta necessidade de ter um bom processo, e perceber que existiu uma tomada de posse em novembro, que depois se passou a dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, e apenas na última semana de maio foi emitido um comunicado, no sentido de regular o ruído. Foi algo que vi com alguma surpresa, sobretudo, porque, por exemplo, o senhor presidente fala muito de um estudo de mobilidade que foi feito há uns anos, por exemplo, foi feito também um estudo*

relativamente ao turismo, nos oito ativos diferenciadores do concelho, dois até eram ligados à noite e à questão da diversão noturna e, de facto, foi uma inevitabilidade do ponto de vista do município, a forma como nos últimos anos ficámos focados nesse tipo de mercado. Ora, em tendo isso sido uma realidade, era também perguntar aqui ao senhor presidente, se tendo sido essa a captação e a promoção, ou projeção de turistas que nós fazíamos, o facto de muitos deles virem justamente para fazer o usufruto de diversão noturna, o ter nada feito, pelo menos que eu tivesse conhecimento, nos primeiros seis meses de mandato, relativamente a esta promoção de Albufeira em vários mercados, para depois alterar aquilo que os traz cá perto da época balnear, era também perguntar-lhe, digamos, de grosso modo, qual é que é a sua estratégia para o turismo? De que forma é que pondera fazer a alteração, a nível da promoção, a nível da captação de novos mercados, a nível da captação de novos clientes, porque mais uma vez, também dada a assimetria de informação, e informação pública de que eu disponho, nestes dois vetores em particular, também aquilo que têm sido as pessoas responsáveis por estas áreas, à partida também se mantiveram, então era também para entender aqui, como é que o senhor pondera fazer aqui a articulação, e a gestão de uma nova estratégia de turismo, que possa fazer uma nova captação que depois, eventualmente, até nem precise mesmo dos bares abertos até mais tarde. Muito obrigado." ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado. O senhor António Meireles."* ----------

António Meireles: *"Bom dia aos presentes, bem, eu venho começar a falar ali pela zona do Pau da Bandeira, para baixo, estão lá aqueles blocos de pedra, aquilo facilmente é amovível, já falámos disso há..."*----------

Senhor presidente: *"Já falámos."*----------

António Meireles: *"Há dois, três meses, o problema ainda continua, os turistas passam no meio da via pública, aquele espaço ali é um espaço, praticamente é para os incumpridores, e acabam por as pessoas passarem na estrada. Depois, o problema também tem a ver com os uberes, porque os uberes apitam a toda a hora, a toda a noite, e o trânsito em geral, não só os uberes, há motas, rateres, há tudo lá em baixo. E a mim causa-me um bocado de impressão, é porque não há uma entidade da câmara ou da polícia, a zelar pelos interesses do turista e dos habitantes de Albufeira, porque nós não conseguimos dormir lá em baixo, e cada vez há menos pessoas a viver no centro de Albufeira, isto mais logo nem se parece com Albufeira, parece-se com uma terra qualquer de outro país, e estamos a perder a identidade e a cultura de Albufeira, isto mais logo, até eu perco a vontade já de estar a morar lá na baixa. O outro problema, o ruído já nós sabemos, não é, podemos estar aqui a falar, a falar, mas o ruído nunca vão*

conseguir resolver o problema do ruído." ----------
Senhor presidente: *"Vamos, vamos."* ----------
António Meireles: *"Eu estou para ver. Os mesmos bares problemáticos são aqueles que continuam com o mesmo volume, há alguns bares que já adotaram o novo sistema, presumo que também tenha que ser atualizado ou revendo, realmente a diferença entre um bar e o outro é muito grande. Em relação também, outra questão que eu gostava de saber, há hipótese de ter algum funcionário da câmara, ou um fiscal, ou um polícia municipal, nas ruas de zonas de habitação, em que possa defender os habitantes? É que as pessoas saem à noite e fazem um barulho, e ficam em frente às nossas portas a fazerem barulho, e não há lá nenhum controlo, e eu falo nisto às três da manhã, ou seja, eu nunca vi nenhum polícia, nem um polícia municipal às três da manhã, presumo que não trabalhem a essa hora. E quero crer que, se há mais problemas à noite, eu acho que tem que haver uns horários para turnos da noite. Isto não é o horário das nove às cinco, que é bonito, mas não é para todos, não é. E pronto, o que é que eu posso falar mais? Agora já me falta algumas palavras, mas em princípio, em resumo, é isso. A respeito a drogas, e chichi e fezes nas ruas, esses problemas ainda continuam, também é na Rua dos Telheiros, mas também tem a ver com o Cerro de Malpique, tem a ver com a Rua da Bateria, tem a ver com essas zonas todas. E também há que rever as licenças que andam a dar, porque é assim, andam a dar licenças a bares e restaurantes nos passeios. As pessoas, se formos para baixo, na zona dos táxis tem aquelas novas barras de ferro que meteram lá, aquilo é um perigo, aquilo é um perigo, aquilo está lá quase no meio da estrada, há certas estradas que têm aqueles pinos de plástico que pode bater num carro, a pessoa toma atenção e desvia-se, agora com o ferro, aquilo dá cabo do carro. E se for alguma criança, ou alguma pessoa bêbada, porque aquilo lá em baixo já se sabe, é a zona do álcool, se alguém se aleijar ali, aquilo é ferro, aquilo vai fazer danos, não sei como é que meteram barras de ferros lá. Pronto, em princípio, não me ocorre mais nada, mas é tomar atenção a essas coisas, a gente fala, fala, fala, estou a ver os meses a passar, vai chegar o verão, depois dizem que no inverno vai ficar bem, vai chegar ao inverno e vai continuar igual, porque isto é o ano todo, isto não é só quatro, cinco meses, é o ano todo, é em janeiro, é em fevereiro, é em dezembro, depois é a passagem de ano, é normal, outubro é igual, nós não descansamos, eu estou com três horas de sono, três horas de dormida. E depois também é as limpezas, hoje então, às seis 6 e pouco da manhã, e estava lá o jato com o compressor de lavar os carros, mas foi para o chão, por causa das ervas daninhas, aquilo faz um barulho descomunal, eu sei que a intenção é boa, mas aqueles horários, não podem fazer um bocado mais tarde, às nove? É que nós*

já somos sacrificados da hora toda, desde as três, quatro da tarde, até às três da manhã, depois às seis vêm os homens com os jatos a fazer barulho, isto é um bocado..., é demais. Eu já gastei montes de dinheiro em casa com vidros duplos e portas, e quem é que me paga isso? Quem tem que se proteger disso são os empresários que fazem investimentos no negócio, também não percebo, está lá bares que nem sequer têm clientes lá dentro, e estão a usufruir da rua, a rua não é uma festa, não pode ser. Penso que não tenho mais nada a dizer por hoje, para o mês que vem devo estar cá outra vez." -
Senhor presidente: *"Obrigado, senhor António Meireles. Senhor Marcos Bila."* ----------
Marco Bila: *"Muito bom dia. Como não podia deixar de ser, mais umas folhinhas para não me esquecer aqui de alguns pormenores. Aproveito a oportunidade, e em seguimento a um ofício que recebi, datado de 3 de julho, aí há três ou quatro dias, quais são os horários a serem praticados pelos snack-bares, cafés, em que mencionavam também, entre parênteses, outros, ficam abertos até às três horas, e possivelmente mais, fiscalização é necessário, não é? Os coordenadores e representantes da Associação de Animação do New Town/Old Town continuam na sombra a sua postura lamentável, a incentivarem outros estabelecimentos, para o encerramento total num fim de semana na época alta. Não sabiam disso? Passam a ficar a saber. Põem em dúvida os proprietários da restauração que têm novos projetos para porem lá unidades, gastronomia, em que os estão a desincentivar os mesmos no seu projeto para fast food. Afinal, temos que fazer uma reconversão do centro histórico de Albufeira, ou temos, pura e simplesmente, continuar com a mesma filosofia? É lamentável. Espero que rapidamente a sua influência termine, no sentido da formação da bandalhice de que são catedráticos, para a melhoria do centro de Albufeira, e não só, e que com controlo de quem de direito, com mais fiscalização e punição aos prevaricadores da lei nacional vigente. O faroeste que termine com os foras da lei, que tiveram o seu tempo. Verifiquei recentemente GNR com as bicicletas. Fiquei, de certa maneira, agradado, porque há uns anos era uma realidade que nós tínhamos aqui, na altura do verão, tínhamos cá às patrulhas com as bicicletas, e que patrulhavam o centro da cidade. Penso que seja, não sei se aquilo foi, é uma situação residual, mas efetivamente as patrulhas em bicicletas em determinadas zonas é fundamental, porque a patrulha a pé tem mais dificuldade, tem muito mais dificuldade. E, já agora, que passassem lá pelo largo Duarte Pacheco, lá em baixo, e verificassem o estado deprimente dos sem-abrigo, porque ontem estavam-se a confrontar uns com os outros, e as pessoas passavam lá e aquilo era uma situação, não sei qual é a postura da GNR. Quero quer mostrar o meu lamento, e o folclore da representante e porta-voz da AD, nas assembleias municipais.*

Será para criar um protagonismo de retórica? Humildade no confronto saudável com o executivo ficar-lhe-ia bem melhor, à doutora. Uma palavra aos blogs, e os parasitas das redes sociais, parece que precisam de protagonismo, ou são patrocinados, ou incentivados pelos donos dos estabelecimentos prevaricadores do ruído e não só. Bem poderiam ter uma postura construtiva, para a evolução de uma sociedade local com regras, e não a crítica destrutiva sem fundamento. E, para terminar pergunto, os 70, barra, 74 db`s não estão a ser a partir das 23h30? Ontem, a minha zona estava insuportável. Muito obrigado."----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado, senhor Marcos Bila. A senhora Ana Gonçalves."* ---

Ana Gonçalves: *"Bom dia a todos. O que me traz aqui é uma situação que já vem sendo há uns anos... tem a ver com a praga de ratos, eu moro na Rua do M.F.A., e por trás da minha casa aquilo é mais campo, e está a ficar insustentável, porque ano após ano, eu já fiz requerimentos aqui na câmara, em 2022, fiz em 2024, e este ano já fui novamente à Proteção Civil. Eles, realmente, têm atuado de alguma maneira só que, eu sei que aquilo é privado, tem donos, têm muita dificuldade em comunicar com os proprietários dos terrenos, mas aquilo tem que ser limpo, porque eu trabalho com alojamento local, e tenho os meus clientes a darem-me notas, às vezes, bastante baixas, porque quem está num terraço e que por cima está a ver ali dezenas de ratos a passarem de um lado ao outro, ninguém gosta, claro. Eu, o ano passado, comecei a pôr aquelas saquetas de comida no terreno do meu vizinho, e com isso acabaram por, só no meu terraço, acabaram por morrer 14 ou 15 ratos. Como todos os dias acabo por os ver, houve um dia que havia um, que eu nunca tinha visto larvas, e estava completamente repleto de larvas, aquilo é... E eu tive clientes que foram eles mesmo que retiraram os ratos mortos, porque eles acabam por morrer por causa das tais saquetas que eu coloquei. E aquilo são dois terrenos contíguos até à estrada de cima que, pelos vistos, também há um contentor que de verão não é retirado o lixo todos os dias, as pessoas deixam o contentor com a porta aberta, e pelos vistos, há ratazanas e ratos a saírem e a entrarem o dia todo, e claro que eles acabam depois por ir... Quer dizer, estamos numa zona turística, eu trabalho com turismo, sei que o meu vizinho do lado também tem alojamento local, há dois meses atrás quando eu fui à proteção civil, eu sei que ele também foi lá para a acentuar a situação, porque ele tem o mesmo problema que eu, e tirei montes de fotografias o ano passado aos ratos mortos no meu terraço, na casa do meu próprio vizinho, e queria ver se em conjunto, que é aquilo que eu falo com os meus vizinhos, se em conjunto se poderá haver alguma situação que se possa fazer? Porque eu acho que é mau para todos, e Albufeira já é tão conhecida por tanta coisa menos*

boa, também ficar conhecida por ratos assim a toda a hora, e a todo o instante, acho que não é o mais agradável para ninguém. E então, era para ver se haveria alguma situação que pudesse ser coordenada entre vários organismos, ou entre os vizinhos também, porque ali mexe com várias pessoas, sei que já houve terrenos que foram limpos há dois anos atrás, só que o mato cresce todos os anos, e todos os anos tem que haver manutenção, porque as estevas e o mato é super alto, e claro que os animais acabam por andar ali à vontade, e é lastimável. E também sou solidária com as pessoas que já falaram em relação ao ruído, aos uberes, porque a minha casa é no centro de Albufeira, também sou bastante afetada. Era isso, agradeço."----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado, senhora Ana Gonçalves. Senhor Rui Verdingola."*---

Rui Verdingola: *"Bom dia, eu sou da Nazaré, vivo na Marinha Grande, tenho aqui há 23 anos uma habitação, no Pine Sun Park, , na Rua da Falésia, em direção ao Epic Sana, portanto, essa rua da rotunda até ao Epic Sana, e a questão que eu quero colocar aqui, já há uns anos tirei umas fotografias e pus no Facebook, mas pronto, estava cá há pouco tempo, e agora estou a pensar mudar a residência para cá, e há uma questão que se põe, e eu estou um pouco abismado com estas apresentações todas que têm a ver com a salubridade, principalmente a salubridade. Tem a ver com o respeito sobre o barulho, os barulhos, e a falta de intervenção que é necessário sempre ter, para quando pensamos em alterar o que quer que seja. E eu já foi candidato à Câmara Municipal da Marinha Grande, portanto, estou um pouco metido neste ramo, inserido neste ramo e gostaria, primeiro, de fazer um reparo. Audição aqui, se não for a voz pessoal, esta condição não ajuda nada, portanto, acho que é um reparo que eu deixo aqui, porque isto não é o mais adequado. Segundo, perguntar se estas reuniões do público não são filmadas, não entram na cadeia do Youtube. Na Marinha Grande..."* ----------

Senhor presidente: *"São gravadas."*----------

Rui Verdingola: *"Na Marinha Grande acontece. Nós estamos a pôr a questão e as pessoas nas suas residências, ou onde quer que estejam, podem acompanhar a reunião, de certa forma. A questão principal que eu coloco aqui, de facto, vivo num empreendimento que é de um senhor espanhol, que é o senhor Juan, felizmente, e quando ele deixar de estar vivo, se calhar, despacho logo a casa e saio de lá, porque sinto que a anarquia está, de certa forma, implementada, está-se a criar uma anarquia social aqui, complicada. Eu já venho aqui há 23 anos e isto, a tendência tem sido sempre a piorar e, como tal, a questão da salubridade que é uma questão para mim vital, que é a vida pública com higiene, aquela zona ali é uma zona interessante, está a ser melhorada, em termos de aparecimento de instituições comerciais, e aquela recolha de lixo, e dos*

plásticos, é vergonhoso. Eu mandei fotografias para a empresa Smart City, penso eu que é Smart City, que era a empresa que me disseram…" ----------
Senhor presidente: *"É um portal que nós temos, de queixas."*----------
Rui Verdingola: *"Disseram a mim que era, "olhe, envie as fotografias e tal, tal". E eu enviei, e a resposta, ok, está certo. Passou-se um mês e tal e o figurino é o mesmo, tem lá um parque de merendas atrás, tem lá um depósito de gás qualquer, que se fez o ano passado, penso eu, há uns anos, tem lá, puseram lá agora um da água, para se beber água, um fontanáriozinho, e também não funciona, e aquilo que eu queria chamar a atenção é e que, de facto, é importante que a autarquia, que o executivo saiba, concretamente, através dos cidadãos que aquilo é horrível, e foi dito aqui por várias pessoas e é, de facto, uma realidade. Não é admissível que naquele espaço, que é um espaço bonito, é um espaço interessante, tenha uma qualidade tão má na recolha do lixo, na recolha dos plásticos, aquilo é o passeio sempre invadido com tudo no chão, é horrível, mesmo horrível. E eu não me queria ir embora para a Marinha Grande sem deixar aqui este desafio, para ver se alguma coisa se consegue fazer, porque acho que nós todos queremos viver em paz, queremos viver com qualidade, e queremos viver com respeito, e com saúde, e com higiene, e com segurança. Portanto, a partir daqui aquilo que eu gostaria de ver na minha zona é, de facto, a melhoria real da recolha dos lixos, e da recolha dos plásticos, e os vidros, sabendo de antemão que estão ali restaurantes, estão ali entidades que necessitam e que usam o vidro, o plástico, o cartão, portanto, o mecanismo tem que ser criado em pleno verão, que é onde há fluxo maior de utilização. Se calhar, tem que ser revisto com algum cuidado, porque é mau demais. Eu não queria ir embora para cima, sem deixar aqui este reparo. Felicidades a todos vós, que bem precisam, e ao público. Eu não conheço ninguém daqui, só conheço o senhor presidente, e as maiores felicidades para a vossa responsabilidade."* ----------
Senhor presidente: *"Muito obrigado, senhor Rui Verdingola. Senhor António Carvalho."*-
António Carvalho: *"Bom dia a todos, venho aqui com o assunto do prédio Ribeiro, na Avenida da Liberdade, os meus pais são proprietários de uma das lojas lá, desde 1991, quando fizeram a aquisição do espaço, e estamos agora com a situação, ao longo de todos os anos temos tido sempre acesso à licença de ocupação de via pública, este ano ainda não foi…foi pedida a licença de utilização, a qual não temos, porque uma vez que o prédio não ficou terminado, não houve as escrituras, embora esteja sido paga na totalidade, e eu gostaria de tentar entender, porque é que uma das lojas, que é a loja A, são onze lojas, a loja A tem licença de utilização, e as outras nunca foi atribuído essa licença de utilização."* ----------

Senhor presidente: *"A loja A tem?"* ----------
António Carvalho: *"A loja A, que era um snack-bar, enquanto, que todo o resto das outras dez lojas são a retalho. Que mais? Eu fiz há tempos ao vice-presidente, que tinha pedido para fazer a apresentação dessa licença, expliquei, dia 28 de maio, salvo erro, e até agora ainda não obtive resposta..."* ----------
Senhor presidente: *"Desculpe lá interrompê-lo, para identificar melhor, qual é o negócio que lá está na sua loja?"* ----------
António Carvalho: *"A nossa loja é a que vende havaianas, roupa..."* ----------
Senhor presidente: *"Tem um nome?"* ----------
António Carvalho: *"Spicy."* ----------
Senhor presidente: *"Spicy?"* ----------
António Carvalho: *"É uma que costuma ficar sempre atrás dos..."* ----------
Senhor presidente: *"Muito bem, só para identificar melhor."* ----------
António Carvalho: *"Portanto, essa loja, como todas as outras desde, na altura que aquilo foi aberto, foi em 91, tivemos que fazer, todos os lojistas, foi na altura, fizeram a baixada da luz, a parte de calçada, foi tudo terminado por nós..."* ----------
Senhor presidente: *"Muito bem, vou falar com os serviços sobre isso."* ----------
António Carvalho: *"Para poder ficar, minimamente, apresentável ao longo destes anos. Ao longo de todos estes anos, tentámos fazer sempre o máximo da manutenção do prédio, pelo menos a nível de pinturas, e manter a fachada minimamente apresentável. Mas a partir de 2018, salvo erro, quando supostamente os proprietários do terreno, porque aquilo foi uma permuta, como vocês devem saber, assumiram a posse do projeto aqui na câmara, e então as coisas descambaram um bocado, e a partir daí nunca mais se conseguiu fazer uma manutenção, minimamente, em condições, a nível de pinturas. O que eu tenho feito ao longo de todos os anos, antes de abrirmos as lojas, como se fecha no período do inverno, subo com um escadote, vou ali aquela parte da frente, pelo menos até ao primeiro andar, levo as máquinas de pressão, lavo aquilo tudo, dou uma pintura, para ver se não choca tanto aquele espetáculo, que é muito negativo para a cidade. Outra questão também é tentar perceber porque é que não há uma hipótese de retirar, eliminar, as pessoas que acabaram por ocupar os apartamentos que estão lá em cima, e passam a vida a mandar lixo de varanda em varanda, que acaba por entupir toda aquela parte da canalização existente, que fazia a recolha das águas da chuva, fica tudo entupido, muitas vezes subo lá em cima para tentar desentupir o máximo desses tubos..."* ----------
Senhor presidente: *"É ocupação indevida?"* ----------

António Carvalho: "A que está lá em cima, sim. Nós somos tratados como ocupantes também, das lojas, mas com contratos-promessa de compra e venda, desde 1990, é toda essa situação, também estamos todos no mesmo barco, e parece-me que nós acabamos por ser, a nível geral, aqui no município ou na cidade de Albufeira, como os provocadores de manter a situação como está do prédio, mas é precisamente o oposto. Nós sempre tivemos ao longo de trinta anos e batalhas judiciais, pelo menos por duas vezes, condições de fazer a recuperação do prédio, terminar o prédio e cumprir a permuta que existia inicialmente, acordado entre o construtor e os proprietários do terreno. Mas antes de se avançar para a conclusão ou acordo, sim senhora, estava tudo de acordo, no momento em que era para se fazer algum pagamento, alguma coisa, tudo isso foi sempre recusado depois, e daí o aspeto que aquele prédio tem. Nós quando estamos a descer ali aquela ruazita que era a rua da jogatina...utiliza-se aquele terreno todo lá em cima para parque, nós estamos a descer, para ir à loja ou ir para o centro de Albufeira, e o que se vê nas varandas superiores, no sétimo e oitavo andar, é um monte de lixo que está lá, não beneficia em nada a cidade. Gostaria de ver se havia, pelo menos, limpar o máximo, porque a parte das lojas temos higiene e segurança no trabalho, temos as coisas todas a funcionar, temos contratos de luz desde essa data, temos os recibos de pagamento da publicidade, dos toldos, de ocupação de via pública, até à fase do Simplex, depois disso deixou-se de pagar, e pronto, basicamente, é isto que deveria ser..." ----------

Senhor presidente: "Boa descrição." ----------

António Carvalho: "Devia-se fazer qualquer coisa, ao menos para disfarçar minimamente, porque também se vamos fechar tudo, aquela parte comercial, ainda maior é o choque, porque são 11 lojas, antes de chegarmos ao centro de Albufeira. Se aquilo se vai fechar, e se faz mesmo nada, é pior ainda, acho que é pior a emenda que o soneto. Pela parte das lojas, nós cumprimos, quero terminar cada uma das lojas, nós fizemos essa parte. Os proprietários do terreno podem ficar com quarenta e oito apartamentos que lá estão, praticamente. Agora, estarem a querer vender o terreno, o prédio, e dar-nos pontapés no rabo para sairmos dali, por estamos a ocupar uma coisa que não devíamos estar, em que eles têm conhecimento e chegaram a ser clientes, porque todos nós conhecemos ali uns aos outros, e chegaram a ser clientes das nossas lojas, e consentiram com a abertura delas desde o início, agora a chegar, a partir de 2018, porem ações de despejo, e estarem a retirar-nos de lá, e tratarem-nos como lixo, entre aspas, acho que é uma falta de respeito muito grande para connosco, porque não estamos lá porque, como os ocupantes dos apartamentos, aquilo num espaço aberto,

vamos para aqui e pegar fogo aqueles apartamentos, e a rebentar com... Ora, são 48 apartamentos, pelo menos 36 apartamentos chegaram a estar preparados para entregar aos proprietários, casas de banho, cozinhas, roupeiros, tudo, e ao longo dos anos, claro, ocuparam, roubaram cobres, partiram aquilo tudo, e pouco se faz para que se mantenha aquilo fechado, em condições. Muito obrigado." ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado. A senhora Maria Luísa Escada."*----------

Maria Luísa Escada: *"Sou eu, muito bom dia, o que eu tinha a dizer, este senhor já disse."*----------

Senhor presidente: *"Já disse, não é? Já estou a perceber, e para terminar o senhor Vitalino Coelho."* ----------

Vitalino Coelho: *"Bom dia, presidente, presidente da assembleia, bom dia. Bom, o que me traz aqui são três situações, uma já foi debatida aqui pelo meu parceiro. Agora, ali talvez duas coisitas só, que eu vou dialogar aqui convosco, e depois tenho aqui dois problemas distintos. Temos ali um problema de rotundas na zona de Cerro Grande, ou seja, passa-se ano a ano, já lá vão sete a oito anos, e já está a passar mais, e hoje, de facto, resolvi vir aqui para falar do assunto. Fez-se rotundas aí por todo o lado, e o que aparentemente dá a demonstrar, é que tudo o que se diz bairros chiques, quando a gente se desloque ao... "epá, vamos ver aí o bairro chique aí de...", nós entramos por ele adentro, aqui em Albufeira parece que os bairros que se, aparentemente, se poderiam dizer chiques, são ignorados. Aquele sistema da esquerda, epá, que se lixem os ricos. Não, temos ali duas rotundas no Cerro Grande, têm de ser revistas, têm de ser preparadas, e se os senhores não tiverem dinheiro para isso, eu faço uma subscrição e resolvo o problema, nas duas, ou seja, aquela quando se passa o cemitério, há o corte cá para baixo, para a marina, está ali, vá lá que agora já cortam ervas, está limpinha, mas deitaram para ali um tiro de grandes rochedos, para quê? Para que o indivíduo que vem de carro, se vem bêbado chega ali estraga o carro e mata-se a ele. Então não punham lá os rochedos. Temos a outra quando se desce cá para a marina, epá, é um absurdo, minimamente, têm de fazer qualquer coisa, pronto. Ponto um. Ponto dois, eu prezo-me por ser um empresário de Albufeira, e já aqui ando desde 1974. E se hoje me procurarem, as minhas economias onde estão, estão cá todas. Portanto, não venham lá com tretas, eu defendo Albufeira de corpo e alma, não à pistola, porque não a tenho, mas eu sou daqueles que meto ordem em Albufeira, sou polícia, sou inspetor, sou tudo o que vocês queiram. Eu vou pela vila abaixo, a Armindo das águas já me dizia: "Epá, oh Vitalino. Oh Armindo, está aqui uma rotura", isto é o que eu faço. Eu estou num bairro onde estou rodeado por quatro vivendas que trabalham um alojamento local, é uma*

guerra como podem ver, como podem imaginar, cada vivenda mete doze, catorze gajos, aquilo é uma guerra do caraças. Eu tenho tudo controladinho, os gajos vêm do primeiro andar, do telhado, a mandarem-se lá de cima, duas ou três ali. O Vitalino vai à rua, não é preciso falar inglês: "eh, psiu, finito, finish, ok?", e os meninos todos entram em ordem. Vão barulhos às três da manhã, saio, barulho nas três vivendas, eu saio, uma não vou bater à porta, porque a mulher está num piso superior. Tenho lá um apito que é da polícia, "pri", "pri", "pri", silêncio absoluto. Eu vou ali para o jardim de Albufeira, às nove ou dez, vêm ali com motas atravessar o jardim, e eu meto-me à frente das motas: "Mas que é isso? Isto aqui não é para motas." Isto é o que se diz do Vitalino. Tivemos as obras da Polis que foi uma porcaria, uma nojeira, e tenho o prazer de dizer a si, senhor presidente, quando tiver oportunidade mande o inspetor que vou-lhe dizer, controlei ali a situação, fui duas vezes ver lá o engenheiro, que acabou por ficar meu amigo, e eu dizer: "Mas que porcaria de trabalho de obras estais aqui a fazer? Que porcaria é que estais aqui a fazer?" Por duas vezes consecutivas que marquei com o gajo, a dizer que o trabalho que ele estava a fazer não estava seguido. Houve um que foi feito ali na praia de Albufeira, em que romperam o areal todo, meteu um tubo de diâmetro de sessenta centímetros, eu assisti a isso, a levá-lo ao longo do mar, vi meter esse tubo. Passado dois meses passei lá, aquilo já estava quase encharcado de areia, já quase entupido. Telefonei ao presidente: "Presidente, então, olhe que eu ando aqui a passear na areia, e esta porcaria já está entupida. Então, vocês não fizeram prevenção em pôr aqui o tapume? Já está abarrotado de areia". E, provavelmente, esse tubinho hoje deve estar encharcado de areia, e de nada valeu esse investimento. Portanto, eu sou assim, não venham cá com tretas, eu interfiro em tudo, eu há trinta e seis anos, se a câmara tivesse um arquivo poderiam ver, porque eu transmiti para aqui uma carta com aviso de receção, para a câmara, para os partidos opositores, que era o PCP, o PS na altura, onde pedi, fiz um pedido de Natal ao senhor presidente de Albufeira, para ver quantos pontos não há transporte rodoviário em Albufeira. Não temos policiamento, polícia camarária, não temos o metro, que dizem que não podia funcionar aqui, porque é montanhoso, Albufeira, e eu dizia: "Não, atenção, eu vim de Granada, vim da Suíça, e o raio metro, esse metro turístico, lá anda." Temos é a água caríssima, vieram repor o contador suplementar, ou seja, dividir a habitação com as piscinas, epá, tanta coisa. Por isso, interferi em tudo. Veio para cá o pedido do pai Natal, de nada valeu. Não temos estacionamentos, não temos acesso à Câmara de Albufeira, porque se dizia que um elevador é impossível, acesso a Albufeira, e eu disse: "Mas como? O acesso a Albufeira é simples, um elevador, você vai a Andorra, pega num elevador cá em baixo, passado

cinco minutos, está quase a 2000 metros de altura, como que não pode haver acesso à câmara facilitado?" Isto tudo, felizmente, foi feito, e hoje alguma coisa ou outra, pouca coisa, seguramente que haverá a fazer, porque as grandes coisas já foram feitas, ou seja, estacionamentos, acesso à câmara, acesso à praia, elevador, escadas rolantes, etc., tudo isso foi feito. De maneira que isto é o Vitalino, o Vitalino porquê? Porque o meu sangue está aqui, e eu fiz vinte e oito anos de emigrante, o dinheiro, e muito, que lá ganhei investi-o aqui, com outro que ganhei, eu tenho aqui o meu sangue, não me digam a mim: "Vitalino, adormece e esquece Albufeira". Tivemos aí uma situação há dois anos, que dizia que ia ser crítica, crítica, a falta de água. E eu, de facto, já andava a dormir mal, a dormir mal, "epá, que raio, não se ouve aqui nada, ninguém mexe aqui nada", certo é que as lagoas estão vazias. Peguei no meu amigo, liguei para o presidente na altura, e disse: "Ouve lá Desidério, tu que estás bem na câmara, então que raio, vejam lá, então. Qualquer dia, digam-nos pelo menos, onde é que podemos ir abastecer, se da água do mar, para depois resolvermos os problemas das piscinas. Ah, epá, epá". Passado um tempo: "Oh, Desidério, chegaste a mexer nessa situação ou não? Olha, já está, estamos já a reunir, vai-se fazer isto, vai-se fazer aquilo." Isto é o Vitalino, eu não posso adormecer aqui numa situação de Albufeira, quando o meu sangue está aqui, eu, se Albufeira rebentar, eu morro à fome, vocês ver-me-ão no jardim a pedir esmola, e no entanto, tenho aqui um bom investimento, grandes investimentos. Pronto, isso é o ponto um, rotundas. Agora, temos o problema ali, seguramente, vocês até vão estar de acordo comigo. Cada ano que surge, nós temos o Dia das Mentiras, então a gente, os senhores da internet: "Epá, o Penedo, ali da Praia de Albufeira, está destruído, e eu vejo a notícia: "Epá, não me digam, não me digam." Senhor presidente, aquilo é uma obra-prima, aquilo data de... eu já aqui estou há sessenta anos, aquilo já deve ter trezentos anos, aquela treta, o mar foi comendo, foi comendo, ficou aquilo. Vocês estão à espera do quê? Que caia? Um pequeno investimento, rede, com as novas tecnologias, massa de cimento ali, passam, fazem um buraco de uma ponta à outra, fazem, embelezam aquilo à volta, em betão, também não gastam muito, e se for preciso eu pago um tiro de betão, embelezam aquilo, e resolvam o problema, tirem de lá aquela fita, aquilo é um monumento, para mim é o melhor monumento que nós temos na nossa cidade, queiram ou não queiram, está lá. Aquilo, a gente da crista desse, do que lá está, isso já data de há trezentos anos que ali estará aquilo, não sei. De maneira, temos essa situação, temos as rotundas. Para falar aqui na situação em que o meu colega falou, porque pensava que seria eu o primeiro a ser chamado, acabou por ser ele. Na questão ali do prédio, ali só tenho uma questão, é assim, o presidente é novo, a situação ali do prédio pouco conhece

dela, e eu queria afirmar o seguinte. É um critério, a justiça é o que é, mas a justiça, às vezes, também nos ouve, porque, afinal, vocês dizem: "Eu, por acaso, até tenho a minha promessa de compra e venda, tem lá os selos e tudo", eu tenho lá também uma loja, mas toda a gente sabe que em Portugal, e conto por mim, eu cheguei a um certo momento, tive aí um americano amigo meu, familiar, teve um problema num apartamento, e porquê? Porque não tinha registado, e eu fui verificar o meu património, e um terço também não estava registado, ninguém sabia, a gente comprava, comprava, comprava, a questão de registo..., que veio o Estado agora, o Governo, parece que é obrigatório, comprei uma fração e é logo registado, muito bem. Tudo isto vão-me dizer a mim, "epá, o papel que tem, pode limpar o rabinho a ele, não serve de nada." Não, senhora, inclusive, a permuta que foi feita, esse senhor que fez a permuta ao construtor, adiou duas vezes o prazo, para que o prédio se terminasse, ainda, ele vivo, porque é que quando o indivíduo morre, já não há a prorrogação do prazo, para se terminar o prédio? O prédio estava à beira de ser acabado. Aquele prédio, presidente, Vitalino, o que eu lhe estou a dizer, Vitalino. Morreu, aquele tapume feio, toldos assim todos sujos, reunimos com os lojistas, isso é um assunto dos lojistas, o que é que vamos fazer? Baixada, ainda hoje se vierem a recuperar aquele prédio, tem lá a baixada da luz com um cabo assim que foi pago por nós, do PT até lá. Tirámos o tapume, fizemos os passeios todos, cinco estrelas, tínhamos postes das lojas, tivemos de os acabar, obviamente, e começámos a trabalhar. E agora a questão que põe-se aqui, jurídica, não jurídico, epá, eu fui o primeiro a dizer, nós agendámos uma reunião aqui nesta câmara, eu, antes dos lojistas, a dizer: "Senhor presidente, ajude-nos, aquilo é um nojo, aquele prédio tem de ser resolvido, aquele prédio já devia estar resolvido, devia ser ontem, não é agora, de 40 anos depois". E a questão ali é, e porquê? Desonestidade. Ninguém conseguiu, nunca houve uma interferência, que eu uma vez até sugeri que era, a câmara chamar os donos dos terrenos, os utentes principais que eram os lojistas, porque os outros marimbaram-se, dos apartamentos, e chegar ali a um consenso, e resolver o problema, porque a questão ali é simples. A senhora do terreno tinha uma garantia bancária irrevogável, para nos deixar acabar o prédio. Ora, uma garantia irrevogável, para os senhores que sabem, se é que sabem, aquilo é dinheiro na mão. E ela, sim, senhora, sim senhora, e depois veio a roer a corda. Eu, em Albufeira, na questão aqui do prédio, hoje estaríamos a falar de três prédios abandonados em Albufeira. Eu fui daqueles que resolvi dois prédios do mesmo construtor aqui. Centro Comercial Califórnia, inacabado. Vitalino lá uma loja. Reunimos os utentes, compradores lá das lojas, e resolvemos o prédio da Califórnia, foi resolvido. Problema do prédio Javali, em

frente ao bar Javali, quando se desce, quando se vai para a marina. Também o construtor morreu, prédio inacabado, entrámos em negociação, acabou-se o prédio. Há 40 anos que temos aquilo legal e foi resolvido. Este não foi resolvido de má-fé, porque, "Epá, maravilha, vou aqui receber cinco ou seis milhões e que se lixem os parceiros". Pronto, nós esperamos, queremos o problema o mais rápido possível resolvido. Nós até hoje, presidente, fique com esta, eu para facultar as negociações ali, a que o prédio fosse avante, tentei convencer os meus colegas lojistas e disse-lhes: "Epá, nós estamos à beira, provavelmente, de perder a ...porque é que vocês não fazem uma contraoferta de pagamento das lojas? Se vocês vendem as lojas, olhe, eu ofereço 400. E eu disse, estou disposto a repagar 400 mil da loja que é minha, para que vocês facultem isto e terminem, 400." Então reunia-se ali dois milhões e oitocentos entre os lojistas, e todos concordaram em repagar, para ficarem com as lojas. Há quinze dias atrás, vieram ter comigo: "Oh, senhor Vitalino, pode ser os 400 que ofereceu? Já é pouco, você se quiser a sua loja hoje é um milhão e duzentos". Percebe? Que se resolva o assunto, é nojento, eu dupliquei-me muitas vezes em falar no assunto aqui, porque os operadores económicos que criam concorrência em Albufeira, não faziam mais do que andar ali a tirar fotografias, para levar para o exterior e dizer que Albufeira é uma porcaria. E eu sempre me debati por isso. Agora, bom senso, que entre ali o máximo possível de honestidade, porque somos humanos, e deve de haver honestidade, e o dinheiro ganho assim roubado, sujo, essas pessoas não entendem, não têm o mínimo valor. Muito obrigado a todos, continuação de bom dia. Obrigado, senhor presidente." ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado pelas vossas questões, foram inúmeras questões, vou tentar responder a todos, e vou dividir aqui as respostas com o senhor vice-presidente, em alguns casos. Relativamente ao senhor Jorge Fidalgo, a informação que eu tenho dos serviços é que foi realizada a tal vistoria de salubridade, a dia 8 de junho, ou seja, dia 8 deste mês, do mês passado. E o que está aqui em causa, como é dito, isto é um litígio entre o condomínio e o proprietário. Se eu tenho da parte dos serviços, dos técnicos, uma vistoria que me diz preto no branco, e que nós não podemos assumir responsabilidade, entende que eu estou aqui condicionado como presidente de câmara, como é que eu poderei ajudá-lo? Sim, claro, diga."* ----------

Jorge Fidalgo: *"Eu julgo que neste momento é um litígio. Como está a imaginar o proprietário de um edifício com aquele peso, neste momento existe uma infiltração de facto e neste momento está a haver um dano e esse conflito não se consegue resolver e a câmara identificou, de facto existe essa infiltração, e fez a tal vistoria. Neste momento, isto está clarificado, nós não temos é ferramentas para forçar o condomínio*

a fazer aquilo que deve de fazer, porque aquilo são obras a…"----------
Senhor presidente: *"Nós no final da reunião, agendamos uma reunião, pode ser? É a melhor maneira, mas não lhe vou prometer nada, porque entende que estou aqui bastante condicionado relativamente a este assunto, mas no fim nós agendamos, está bem? Muito obrigado. Relativamente ao senhor Hugo Gonçalves, as queixas são muitas, é a realidade, há muitas lacunas neste município, como há também em outros, e temos que ir tentando resolver as coisas passo a passo. Relativamente às concessões do Peneco e ali da praia do Túnel como disse, há bocado apelidou, eu já me tinha apercebido que, realmente, quem olha nas fotografias ou nas imagens vê uma grande, parece que a própria concessão ocupa grande parte da praia, quando nós sabemos que a lei diz que é 30% de área, com 50%, não pode ocupar mais de 50% de frente. O que é que eu pedi aos serviços, antecipadamente? Pedi para que se dirigissem lá, fizessem a medição do concessionário, e a medição do concessionário está dentro daquilo que foi aprovada há uns anos atrás, mas houve algo que eu realcei. É que, como sabe, a areia hoje é menos do que a areia que havia há uns anos atrás, porque houve desassoreamento, houve as tempestades, e eu pedi aos serviços um levantamento batimétrico da praia, para depois analisarmos, porque isto é uma licença que já foi dada há uns anos, ou seja, nós estamos a analisar isso, pedi isto há uma semana, há cerca de uma semana atrás, aos serviços. É algo que nós vamos analisar e vamos ver. Também sabemos, isto muitas vezes, perde-se o respeito por os concessionários, mas não nos podemos esquecer que são eles que pagam grande parte da despesa que se tem com as praias, a nível de vigilância, tudo, ou seja, tem que haver respeito por quem é investidor, e por quem cá vive, ou seja, tem que haver aqui um balanço. Não vou aqui entrar com opiniões extremas, porque não é meu apanágio."*----------
Hugo Gonçalves: *"Senhor presidente, eu não tenho nada contra os concessionários, não se trata disso."*----------
Senhor presidente: *"Eu sei, eu entendi."* ----------
Hugo Gonçalves: *"É só simplesmente um equilíbrio, até porque a imagem que passa até mesmo para os turistas…"*----------
Senhor presidente: *"Eu já percebi, por isso é que eu pedi o levantamento batimétrico relativamente a isso. Lixo na Rua dos Arcos, é claramente caótico, nós já estávamos informados, fomos também avisados, aqui a prova reunião de câmara, que isto iria agudizar, insistimos perante a Luságua, que a empresa que gere os lixos, queríamos deslocar aquele lixo para outro lado, mas onde é que o vamos colocar? É a pergunta que eu vos faço. É que nós temos que ser sérios, para arranjar aqui a solução. Poderão me*

vir dizer, se me apresentarem uma solução, e se nós acharmos que é credível, poderemos avançar para isso. Eu não estou a dizer que não quero resolver, eu quero é resolver, isto é uma imagem de degredo desta cidade, e há pouco diziam que deve ser, que devemos agendar a recolha de lixo. Isso na teoria está tudo muito certo, mas isso depois não vai funcionar, porque os donos dos bares, os donos de restaurantes, chegam ali e despejam. Nós até já pensamos..."----------

Vitalino Coelho: *"Permite-me interferir? O problema dos contentores do lixo, mais aqueles que têm estado lá, vocês deviam ter uma fiscalização, porque é assim: vai um individuo, o recipiente está vazio, leva duas toneladas de lixo ou uma tonelada, vem um filho da mãe com cartões, chega ali tapa o contentor, o resto não vai para o contentor, vai ficar ao cimo. Eu já fui muitas vezes, pego e levo um que eu tenho, levo uma vareta, uma coisa grande para puxar aquilo e vê-se que estão vazios, é com uns simples cartões que está tapado."----------*

Senhor presidente: *"Eu entendo isso tudo, não vamos entrar aqui em contra resposta, porque vocês já ultrapassaram uma hora, senão nós não vamos sair daqui. Deixem-me, pelo menos, terminar as coisas, porque senão...eu sei que todos vocês têm uma maneira de pensar, eu tenho a minha, vocês têm a vossa, eu quero resolver, até já pensei colocar lá CCTV, neste alargamento das CCTV colocarmos lá uma CCTV, que é algo que nós vamos avançar brevemente, vamos colocar mais de cem câmaras no município, e já se pensou pôr lá uma CCTV, nem que seja para controlar quem é que deixa lá o lixo, mas depois a CCTV, não se pode aceder à CCTV, porque há o RGPD das pessoas, ou seja, tem que se respeitar aqui algumas normas. Isto não é assim tão simplório, nem é tão simples de resolver isto, mas nós vamos ter que resolvê-lo, vamos ter que resolvê-lo, e vou dizer algo que pode incomodar. Nós estamos aqui há sete meses, sete meses e tal, tudo bem, vocês querem as coisas resolvidas. Eu entendo, eu entendo, mas também têm que nos dar aqui algum espaço, e algum tempo, mas também aceito da vossa parte, propostas, também aceito. Vamos marcar a reunião, agendamos para amanhã a tal reunião, relativamente à Rua dos Arcos, onde nós tentaremos arranjar uma solução para isto, que seja viável para quem vive, para quem cá vive, e para a câmara. Eu sei que vocês têm lá casa e pensam assim: "Têm que resolver", sim, eu tenho que resolver, mas tenho que ter uma solução. Eu não posso fazer desaparecer o lixo, estou-vos a ser o mais honesto possível, eu podia ser político e podia-vos dizer aqui, vamos resolver, mas eu não tenho a solução ainda, eu ainda não tenho solução para isso. Eu já tenho a solução para os bares, para o ruído, que não foi fácil arranjar uma solução para o ruído, onde eu já irei passar a responder a seguir, mas essa solução também iremos arranjar. Iremos*

ouvir, iremos aqui receber contributos, também estão aqui vereadores que já fizeram parte também dos outros executivos, e sabem a dificuldade que nós temos, e a dificuldade que tiveram em resolver. Não foi possível resolver, vamos tentar resolver desta maneira, porque isto é tudo muito bonito enquanto não se têm o poder de decisão na mão, quando tem o poder de decisão na mão, nós temos de tomar medidas que sejam realmente alicerçadas, e que sejam o melhor para todos. Vamos analisar a situação, vamos tentar arranjar uma solução para isso. Temos que arranjar uma solução, nem que seja para mitigar o que lá se passa, sem dúvida. Os cubos, já pedi à DISU, ao departamento, para que arranje maneira de colar aquilo, ou colar com uma cola forte, ou perfurar, que aquilo sejam colados ou sejam integrados no solo, para que aquilo não haja deslocação desses tais cubos, já assisti a certos vídeos relativamente a isso. Uber, é um problema que temos aqui, é mais um dos problemas que temos aqui. No passado, pelo anterior executivo, tentou-se limitar os uberes, depois voltou-se atrás com a palavra, eu neste momento, eu não quero tomar uma decisão, e depois voltar atrás, para quando tomar a decisão, a decisão tem que ser tomada. Se for, realmente, para nós impedirmos a ida dos uberes à baixa, temos que arranjar uma alternativa, temos de arranjar ali um sítio onde eles possam fazer a largada e a recolha de pessoas, dos clientes, porque se nós, pura e simplesmente, impedirmos, isto não é resolver, é apenas proibir, e nós temos que arranjar aqui alternativas relativamente a isso."---------

Hugo Gonçalves: *"Senhor presidente, se me permite, é para contribuir. A questão dos uberes talvez, lá na baixa, uma vez, acho que, pelo menos foi-me informado que os autocarros já não paravam, à exceção do Giro, já não paravam lá na parte da Avenida da Liberdade, isso poderia ser um ponto..."* ----------

Senhor presidente: *"Mas é escasso, é muito escasso para o número de uberes que lá está, eu próprio já presenciei, que são dezenas de uberes, entendem onde é que eu estou a querer chegar? Eu arranjo ali um lugar para três uberes, e o resto? Chegamos lá, nós para descermos ali a Avenida da Liberdade, às vezes demoramos quinze, vinte minutos, só para dar ali a volta, à procura de estacionamento, ou seja, tem que ser um bocadinho mais complexo do que isso, tem que ser um bocadinho mais a norte. Agora, peço-vos que não me interrompam, peço-vos, por favor, porque, a palavra, vocês já intervieram, e a partir de agora eu queria terminar aqui o meu raciocínio por completo. A senhora Fátima Gomes, Hotel Júpiter, pensava que não havia problema, sabe porquê? Porque me foi dito que era necessário passar LER`s, licenças especiais de ruído. Eu, como não tenho passado licenças especiais de ruído, pensava que eles não faziam festas, vou indagar o mais rapidamente possível, para saber o que é que se está lá a*

passar, se realmente fazem ruído, tem que ter um sonómetro, e se houver sonómetro, vai haver controlo de ruído, relativamente a esse espaço. Agora, relativamente aqui ao ruído, nós implementámos medidas que foram, ou seja, nós tivemos aqui acesso às orientações da DGS, da Organização Mundial de Saúde, as várias dezenas de pessoas que vinham aqui às reuniões de câmara, as dezenas de reclamações que nós recebemos através de e-mails, e depois acabamos por saber que havia um registo, a Câmara Municipal de Albufeira, há um relatório anual desde 2023, onde todos estes registos superam as cem reclamações ano, 22, 2022, ou seja, era impossível nós continuarmos a olhar para o lado. Durante anos as coisas, não houve a vontade, ou não houve a capacidade, não sei, eu não vou estar aqui a fazer insinuações. Não foram tomadas as verdadeiras medidas relativamente a isto. Efetuámos um despacho transitório, o despacho transitório é a colocação dos tais limitadores, já estão implementados na Rua da Oura, acho que já se nota, claramente, a diferença do que era antes, do que é hoje, está à vista de todos e, neste momento, estamos a implementar na baixa de Albufeira. São casas mais antigas, que estão a demorar mais tempo, os técnicos estão com muito mais dificuldade, e vai demorar um pouco mais, mas, neste momento, estão a ser implementados, e espero que para a semana, no máximo, que já haja aqui verdadeiras diferenças, mas está a ser implementado. Em Albufeira há dois ou três técnicos a trabalhar neste momento, não há muitos técnicos na área, ou seja, a baixa, a redução do ruído está para breve, isso é clarividente. Atacamos, já fizemos na Oura, estamos na baixa, e depois iremos aos outros bares que estão mais dispersos, porque as regras quando nascem, nascem para todos. Também, tanta reclamação, tem havido várias por parte das pessoas da noite, mas as pessoas já se aperceberam que podem continuar a faturar, as pessoas continuam a divertir-se dentro dos bares, você esta na rua da Oura consegue conversar com a pessoa que está ao seu lado, porque eu já lá estive várias vezes, tenho que lá ir, tenho que me deslocar para ir percebendo, e as pessoas que estão em casa conseguem descansar. Mas a oposição não fala nisto, não, nada, não, vêm aqui criticar, vêm fazer insinuações, vêm... Por exemplo, vou-me dirigir aqui ao senhor Lucas Sousa, que eu já percebi que vem aqui não com questões, mas com opiniões, é claramente uma intervenção política, e eu entendo isso, é a repetição daquilo que faz na Assembleia Municipal, e quer-lho dizer que sim, nós aumentamos o número de despachos no urbanismo, a percentagem. Não lhe sei dizer os valores, porque quando se inscreveu nem disse que vinha referir esse assunto, muito pelo contrário. Como lhe disse, estava aqui a pôr em dúvida as decisões que eu tomei a nível do ruído. Houvesse muitos mais como eu com coragem para fazer aquilo que estou a fazer em Albufeira. E

posso-lhe dizer, se isto correr bem, haverá outros municípios que irão atrás. Os próprios presidentes de câmara de outros municípios adjacentes que têm também estes problemas pontuais, já vieram dizer: "- É pá, se isso correr bem, ó pá, vou fazer igual." Só para perceber. Nós não estamos aqui contra o turismo, mas queremos requalificar o turismo, queremos o turismo com mais qualidade, porque nós continuamos a liderar o Algarve, continuamos a ser o segundo maior destino turístico do país. Agora, eu gostaria de ter aqui era menos aquele turismo que a gente já se apercebeu que vem muitas vezes, que vem investir, mas também vem destabilizar muito quem cá vive. Porque isto tem que ser um caminho de dois sentidos, tem que ser bom para quem realmente está a investir neste concelho, tem que ter proveitos económicos, mas também tem que ser bom para quem cá está. Eu já disse isto várias vezes e, como disse aqui há pouco o senhor... Agora não me recordo o nome exatamente, eu acredito que vou resolver isto do ruído, acredito piamente que vou resolver, estamos nesse caminho, nessa senda. Têm que me dar mais uns dias para a baixa, estão a ser instalados os sonómetros e depois será feita a redução, porque estamos a falar de imensas casas, de imensos estabelecimentos e depois iremos ver se se poderá fazer ajustes ou não. Eu sei que muita gente desconfia, porque houve muitas promessas do passado e que não foram claramente concluídas, nem realizadas, mas eu acredito que aqui nós iremos resolver. O senhor António Meireles falou-nos aqui nos clubes também, se não estou em erro. Quero-lhes dizer, nós temos uma limitação muito grande a nível da Polícia Municipal, nós temos 7 efetivos. Foi aberto um concurso onde neste momento vão entrar 3 polícias municipais, se correr bem 3, 3 a 4, 3 a 4 foi o que me disseram. Vamos abrir mais um curso para 17 novos polícias municipais, no próximo mês, ou seja, nós estamos a tentar angariar polícias para podermos fazer turnos mais longos. Neste momento já há imensas pessoas a fazerem horas extraordinárias, a fazer das tripas coração. O senhor comandante da Polícia Municipal, o novo comandante da Polícia Municipal acaba por vir todas as noites, faz o horário diurno e vem todas as noites até às tantas da madrugada a tentar fazer o possível. Eu gostaria de ter um polícia em cada rua, mas não é possível, não é? Sabem que não é possível, mas estamos a tentar angariar, estamos a tentar recrutar, estamos a tentar contratar polícias municipais para poder-vos transmitir mais segurança e nunca podendo também secundarizar a Guarda Nacional Republicana que tem sido um grande aliado. Tem-nos ajudado imenso, está a haver um grande reforço de efetivos, em agosto vamos receber ainda um maior reforço, ou seja, o governo neste momento está a colaborar com a Câmara Municipal de Albufeira. O senhor Marcos Bila vai ao encontro daquilo que eu já disse aqui dos bares, dos horários,

*a lei é para cumprir, é para todos. Sei perfeitamente que andam a tentar desmobilizar, andam a tentar contrariar a implementação dos sonómetros, estou a par disso tudo. As pessoas só pensam no efeito imediato, não pensam em Albufeira daqui a 5, 10, 15, 20 anos, mas eles vão reconhecer, se isto for implementado, eu acredito que irão reconhecer que esta foi uma das melhores medidas e era uma medida necessária para o Concelho de Albufeira. A senhora Ana Gonçalves, é o senhor vice-presidente que responde. O senhor António Carvalho, não me leve a mal, eu não estava a captar qual era o edifício. Vou ter que lhe dizer, aquele prédio abandonado é a maior vergonha desta cidade e já lhe disse isto várias vezes. Está a decorrer o prazo de notificação dos proprietários para efetuar obras e está tudo com o jurídico e as coisas vão acontecer. Ou há ação da parte dos proprietários ou a câmara vai atuar. Eu não posso continuar a ter aquele edifício como está, peço imensa desculpa, alguma coisa vai ter que acontecer e nós vamos tomar todos os trâmites legais que tiverem ao meu alcance para nós avançarmos para resolver aquela situação. Se estivesse no meu lugar faria o mesmo, porque se eu continuar a olhar para o lado, aquilo vai continuar lá. Eu não quero prejudicar ninguém, nós não queremos prejudicar, mas tem que haver alteração, aquilo não pode continuar ali, não é? Os proprietários foram notificados, nós agora estamos à espera, o prazo já passou os 30 dias como eu tinha dito, estamos neste momento a trabalhar com os serviços jurídicos da câmara e vamos atuar muito brevemente. O jurídico vem ter comigo, vamos reunir, quais são as soluções? quais são as opções? E nós vamos avançar."----------

António Carvalho: *"Ao longo destes 30, 40 anos, as pessoas que mantiveram as coisas com o mínimo de bom aspeto foram os lojistas."----------*

Senhor presidente: *"Tenho a noção que a única coisa aprazível ali são as lojas."----------*

António Carvalho: *"O drama da ganância de querer ficar com tudo e mais alguma coisa por parte do construtor. O prédio foi contruído não com empréstimos bancários, mas por todas as pessoas que fizeram aquisições, por isso é que existe o prédio, senão não existia nada, continuava lá o lote de terreno e a estrada. E o aspeto que se manteve o melhor possível, pelo menos desde 2018 foi graça a nós, não foi de outra forma." --------*

Senhor presidente: *"Sem dúvida e é o único sítio aprazível, são as lojas, eu entendo isso." ----------*

António Carvalho: *"Todos os anos fecha-se ali dezembro e janeiro para tentar pintar a fachada e cada vez está pior, infelizmente. A estrutura é muito sólida, mas já tem muitos anos." ----------*

Senhor presidente: *"O betão começa a fissurar, está perto do mar, as armaduras*

começam a cisalhar, há cisalhamento e aquilo tem os dias contados, não é? Se não houver ali uma intervenção, seja de quem for, seja da parte da câmara, seja da parte dos proprietários, nós temos é que resolver, porque tem que haver um caminho."---------

António Carvalho: *"Se puder dar essa força, ponham na balança e analisem por favor, com calma, não é?"* ----------

Vitalino Coelho: *"A instituição ou o proprietário que venha a ficar com aquele prédio tem garantido à partida dos lojistas, enquanto pagarem o património que é deles. Eu convenci os lojistas todos a dizer: "- Vamos dizer ao gajo que se resolver a terminar o prédio, nós repagamos a nossa loja." Eu dou 400.000 euros e fico com a loja e houve até advogados meus que disseram: "- Mas tu és burro, ou quê?" Eu conheço, eu prefiro pagar 400.000 euros pela minha loja, vai-me doer o coração até ao resto da vida passar aqui em frente e ver outro filho da mãe dentro do buraco que eu criei e eu ofereci 400. Agora, não estou de acordo é ir ao 1.200.000. A situação com os lojistas está feita, facilitada."*----------

Senhor presidente: *"Muito bem, eu entendo e estamos a analisar, mas serão tomadas medidas muito brevemente, já eram para ter sido, só que, como sabem, os serviços também andam aqui apetrechados também em outras démarches e outras frentes, mas isso está a ser tratado, nem está esquecido, muito pelo contrário. Relativamente ao senhor Rui Verdingola, seja bem-vindo a Albufeira, já está aqui há muitos anos, é da Marinha Grande. Dizer que vamos ter que colocar aqui um sistema de som realmente, porque isto, eu tenho aqui uma dificuldade auditiva, isto acaba por não ser fácil, acaba por não ser fácil estarmos cá. Relativamente aos outros problemas, quem lhe vai responder é o senhor vice-presidente? O senhor Vitalino Coelho também será, agradeço-lhe as sugestões, também será o senhor vice-presidente, já que falou aqui em rotundas, acessos, mobilidade, é algo que está a ser estudado neste momento. Acho que não me esqueci de ninguém. Pronto, senhor vice-presidente, força."* ----------

Senhor vice-presidente: *"Ora antes de começar a minha intervenção, gostava de cumprimentar o senhor presidente, os senhores vereadores aqui presentes, a senhora presidente da assembleia municipal, senhores presidentes de junta, deputados da assembleia, diretores e chefes de departamento aqui presentes e ao público em geral, desde já sintam-se cumprimentados. Vou começar aqui, o senhor presidente respondeu praticamente a tudo, eu só vou reforçar alguns pontos aqui. Portanto, aqui do senhor Hugo Gonçalves sobre a rua dos Arcos e o lixo, tem sido uma preocupação nossa, temos tido de várias reuniões com a empresa que faz ali a recolha dos lixos. E, como vocês têm reparado, a recolha do lixo é feita 3 vezes por dia nessa rua e não está a chegar.*

Portanto, a informação que nós temos, portanto, nós temos, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Albufeira tem-nos feito chegar também vídeos dessa rua, tem-nos feito chegar a sua preocupação. A Luságua foi uma empresa que não fomos nós que contratámos, já tinha sido contratada relativamente do antigo executivo, não é? Foi uma empresa que até esteve em litígio, a sua adjudicação, foi o tribunal que decidiu entregar à empresa a recolha dos lixos. Nós aqui, tem sido uma preocupação do nosso executivo e aqui do senhor presidente, relativamente a isso, porque é a imagem de Albufeira. Reforçamos também, já vinha do antigo executivo, mas nós depois reforçámos e assumimos esse compromisso também da recolha do vidrão aqui em Albufeira, que era uma das coisas. Quem diz o vidrão, diz o papelão, diz... Que era feito pela Algar. Nós fizemos uma subcontratação, assumimos nós esse ónus. Também não está a correr como nós pretendíamos, não é? Portanto, este é um ano piloto, não nos está a correr muito bem, nem sempre as nossas ideias conseguem ser implementadas, mas temos demonstrado um grande esforço e estamos muito preocupados com a recolha do lixo. Relativamente depois ao senhor Rui Carvalhal, que é a mesma coisa também da rua dos Arcos. Aí o senhor presidente já marcou uma reunião consigo, mas eu gostava de ficar com o seu contacto também para tentarmos agilizar, porquê? Porque é na área que eu estou a trabalhar. O senhor diretor da DISU também está a ter reuniões frequentemente com a Luságua. Nós estamos preocupados com a recolha do lixo, portanto, para dizer que temos um sistema novo, inovador também em Albufeira que íamos implementar, era para ter sido implementado antes do verão, não o conseguimos implementar ou não o queremos implementar, porquê? Porque vai fazer grandes alterações, os contentores são diferentes, são contentores maiores, o que é que vai acontecer? Temos que a parte logística tem que ser mais assegurada. Se nós começámos a pôr, há sítios que conseguem, conseguimos implementar, há outros que não conseguimos implementar. E na força do pico, agora no verão, onde temos mais recolha de lixo e onde temos mais turistas, se fôssemos fazer essa implementação, se calhar ia ser mais prejudicial do que benéfico, mas fiquem cientes que os camiões da recolha do lixo vão ser a gás. A recolha vai ser uma recolha que o próprio camião vai fazer, não vai ser com os auxiliares como tinham, portanto, o próprio camião faz a recolha do lixo nos contentores. Portanto, é um sistema inovador, também vai ser implementado, se calhar, pela primeira vez aqui no Algarve, seremos os pioneiros disso, estão a ser tratados. mas como vos disse, era para estar implementado antes do verão, tivemos atrasos, houve muitos atrasos nessa implementação, está pronto a pôr a funcionar, mas se fôssemos pôr a funcionar agora, penso que iriamos causar mais transtornos do que benefícios

para esta situação. Portanto, fiquem cientes que estamos mesmo preocupados, queremos resolver, vai ser muito difícil, vamos ter que estar agora mais assiduamente em acima disso, ser mais fiscalizadores, apertar mais com a empresa, mas tenho a noção que nós estamos preocupados e penso que a seguir ao verão iremos ter um sistema inovador, que acho que também vai ser pioneiro no Algarve. Como disse o senhor presidente, se calhar, muitas câmaras iram-nos seguir também, portanto, nós queremos inovar e estamos preocupados. Voltando aqui a dona Ana Gonçalves, na rua do MFA, eu também pedia depois o seu contacto para ir lá presencialmente, ir com os serviços, ou nós todos em conjunto, estamos a falar de uma coisa que.... Estamos a falar de sanidade pública, portanto, estamos a falar, temos que ver o que é que se está a passar ali, portanto, temos que ver em conjunto, se calhar, até com outras autoridades, saber o que é que se passa ali. Por acaso não estava muito em acima dessa situação, porque não me tinham feito chegar, se me tivesse reunido, ou qualquer coisa, já tínhamos tentado ir lá. Eu depois agradeço que me deixe também o contacto, porque eu acho que, se é aqui no centro de Albufeira e se estamos como se descreveu aqui, eu acho que não é bom nem para o turismo, nem para todos nós, para ninguém. O senhor Rui Verdingola, portanto, já foi praticamente também respondido aqui muitas das coisas. O senhor não sabe do que é que se livrou em não ser presidente de uma câmara, na Marinha Grande teve agora lá estas catástrofes todas e tem lá muitos problemas, mas se se candidatou era precisamente para tentar resolver os problemas, é como nós aqui. Portanto, o que tinha dito aqui era a questão da salubridade, portanto, é como disse, já expliquei, nós estamos a tentar mudar o sistema de recolha dos resíduos sólidos e urbanos. Os fontanários, é verdade o que disse, portanto, esse parque está entregue à junta de freguesia, o parque que mencionou, mas os bebedores não só nesse, estavam todos desligados. Nós, soube esta semana, começamos já a ligar alguns, porque estavam uma série de bebedouros nesses parques que nunca foram ligados. Portanto, ligámos um, esta semana e agora já demos ordens para os serviços passarem pelos outros sítios e saberem se conseguem ligar os outros ou não, porque estavam completamente desligados e nós não tínhamos conhecimento. Realmente estava lá o bebedouro, a pessoa ligava, mas não tinha água e tem os tubos até à mostra, falta só a ligação. Portanto, desde já também muito obrigado pela sua intervenção, estamos a tratar. Como disse depois a empresa contratada do lixo não foi contratada por nós, além de ter logo litígios no princípio, não conseguiu implementar, ainda não conseguiu implementar, vamos acabar o contrato e eles não vão conseguir implementar o que prometeram fazer no Concelho de Albufeira, portanto, essa é a realidade. Estão pouco

a pouco a melhorar, é o caso agora da nova recolha dos camiões, entre outras. O senhor António Carvalho, portanto, a avenida da Liberdade, por acaso tenho tido algumas reuniões com o senhor diretor, não está esquecido, é complexo, não é? Porque, como sabe, não tem licenças de habitabilidade, como o senhor presidente já lhe explicou, estamos cá para tentar resolver e estávamos a analisar a situação, estávamos e estamos a ponderar porque se não há licença de habitabilidade, o nosso regulamento não se compadece com isso. Portanto, temos que estar aqui a arranjar uma alteração onde nós estamos a estudar a maneira, estamos preocupados convosco, como é claro, pois fizeram grandes investimentos, como o senhor Vitalino já disse e já arranjou soluções para mais duas situações idênticas. Portanto, nós aqui também tínhamos muito interesse em que isso seja resolvido e estamos noutros sítios também com outras esplanadas. As pessoas também estão habituadas a ocupar a via pública toda, não é o vosso caso e o que é que acontece? Temos sítios onde nós estamos também a restringir e a uns ainda não respondemos, estamos a analisar por causa de outros sítios, não é? Porque nós queremos ter, como se disse o senhor presidente, salvaguardar acima de tudo os nossos habitantes, os nossos moradores, a nossa economia local. E a nossa economia local passa por vocês, que são os empreendedores que estão cá, portanto, nós temos de salvaguardar as pessoas e quem investe no nosso concelho ou quem está cá a zelar pela nossa economia. Se nós tivermos um concelho forte, uma economia forte, de certeza que conseguimos combater melhor as dificuldades do que sermos empreendedores ou empresários fracos no ramo. Portanto, nós não queremos ir contra o tecido empresarial, longe disso, queremos é que o tecido empresarial perceba que temos pessoas, que estão eles, que estamos todos e que tem que ser benéfico para todos, que é o que o senhor presidente sempre disse e tem sido sempre aqui. Depois temos aqui o senhor Vitalino, eu vou-lhe pedir, já identifiquei as rotundas, depois iremos também reunir, caso queira, faço muito gosto e se é uma pessoa que tem soluções, melhor do isso para nós reunirmos e vermos com os serviços se conseguimos melhorar aquela imagem daquelas duas rotundas. Por acaso não tinha reparado nisso, até vou lá muita vez lá em baixo à Docapesca e já tinha visto as rotundas, mas nós às vezes passamos e não associamos. Portanto, penso que respondi a tudo, se houver alguma coisa, pois peço desculpa." ----------

Vitalino Coelho: *"A situação do Peneco como é que está?"*----------

Senhor vice-presidente: *"O Peneco, o senhor presidente não respondeu, mas ele está a tratar. O senhor presidente depois pode responder que estamos a tratar. Obrigado."* ---

Senhor presidente: *"Para terminar vamos passar aqui a palavra aos vereadores da*

oposição. O Peneco foi analisado pelo LNEC, há risco de derrocada, estamos a analisar relativamente a colocar lá betão. Isso são tudo situações que parecem todas muito fáceis de resolver e de fazer, mas já sabe que para se fazer qualquer coisa precisamos de pedir autorização a várias entidades, não é? A competência é nossa, mas temos que pedir sempre o aval de outras entidades e isso não pode ser, não é algo, não são decisões tomadas de maneira tão leve. É algo que iremos ver e analisar, mas reconhecemos a importância, já reconhecíamos e reconhecemos sempre a importância do Peneco para o Município de Albufeira. Quem é que quer ter a palavra?"----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Bom dia ao senhor presidente, na pessoa do senhor presidente, cumprimentar todos os presentes, incluindo a senhora presidente da mesa da assembleia municipal. Gostei de ouvir a resposta do senhor presidente quando ele começou com muito humildade a responder a todos estes munícipes pelas intervenções que aqui fizeram. Porque gostei da sua mudança, da sua atitude, porque você lamenta-se, já está aqui há 7 meses, não é fácil e está a reconhecer e ainda bem que está a reconhecer, ainda bem. E estou aqui para o apoiar em muita situação que temos para resolver, mas foi você que andou a apregoar durante a campanha que em 6 meses resolvia todos os problemas, senhor presidente. 6 meses, há vários vídeos a dizer, mas pronto, esse é só um ponto que eu quero tocar, depois vê os vídeos. Outra situação, você criticou a intervenção de um munícipe que está aqui como munícipe, não está aqui como oposição, que eu saiba ele não é eleito, à exceção da Junta de Freguesia da Guia. Ele não está aqui a fazer oposição à câmara, os vereadores que estão aqui é que são oposição na câmara. Não fica bem você dizer que o senhor Lucas vem aqui intervir como oposição à câmara, ele vem aqui intervir como munícipe e ele também não criticou a sua ação perante o ruído, que lhe dou os parabéns e acho que está a correr-lhe bem e espero que continue. Ele criticou o horário, é justo ele poder criticar o horário. Em relação ao prédio do Zé Bento, o prédio da avenida da Liberdade, esta câmara sempre passou licenças de ocupação de via pública, sempre cobrou as taxas publicidade quando eram obrigatórias, porque entende que é preferível termos aquele prédio disfarçado com os produtos, que isto é tudo comércio que lá está, à exceção de uma das lojas que tem licença de utilização, que faltou o senhor António dizer que é proprietário, que é a única que lá tem licença. Ele devia ter também acrescentado, mas é a única pessoa que lá tem licença. Portanto, foi sempre entendimento desta câmara, eu, como já tive essa responsabilidade há dois mandatos atrás tive esse pelouro, à três não. E sempre passei essas licenças, porque, à semelhança do que vinha de trás, demos continuidade. Porque acho que é preferível aquela rua ter aqueles expositores em frente àquelas lojas, que*

disfarça aquelas varandas, o prédio no estado degradado que está, do que não fazer nada. Portanto, peço que tenham algum alguma atenção e, pelo menos, tentem manter essa situação. Em relação aos Ubers, já aqui tínhamos exposto esta situação há dois meses atrás, também numa sessão pública, sugeri que alguém do executivo contactasse a plataforma do Uber para que façam uma reunião e que eles coloquem na plataforma só ser possível ir lá abaixo o Uber quando tiver um cliente para apanhar, não andar lá em baixo. Que isso é possível através da plataforma, eles podem só ter que apanhar, estarem, por exemplo, aqui nesta zona para ser chamados e ir buscar um cliente lá abaixo. Portanto, não sei se já houve essa reunião, senão? O senhor vice-presidente ficou de marcar a reunião, provavelmente ainda não houve. A outra situação também, da resposta do senhor vice-presidente em relação à recolha do lixo e dos reciclados, penso que os munícipes, o que eles querem ouvir é uma solução e a solução é aumentar os ciclos de recolha, é a única solução que há. Ou aumenta-se os ciclos de recolha ou o lixo vai continuar a haver e, infelizmente, estamos com muito menos turismo este ano em Albufeira do que tínhamos no ano passado à mesma data. Podem perguntar a qualquer operador turístico, todos lhe vão dizer a mesma coisa. Portanto, é necessário aumentar os ciclos de recolha e não é necessário vir aqui estar a dizer que vamos mudar para camiões a gás, que vai ser recolha bilateral e sem ser com os meios humanos, porque isso trata-se de um concurso público aberto há dois mandatos atrás, tem para aí 8 anos. Só que a empresa que ganhou, infelizmente, andamos em tribunal e ainda não pôs em execução os ditos veículos de recolha e, por isso dá nisso. Vir aqui dizer, vamos mudar, vamos pôr camiões a gás e com recolha bilateral, não é isso que se pretende ouvir, penso eu, da parte dos munícipes. Portanto, eu depois quero intervir antes da ordem do dia com outros dois assuntos, não tem a ver com a intervenção do público. Para já fico por aqui. Obrigado."----------

Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Bom dia senhor presidente, bom dia, cumprimentar todos os presentes. Bom, eu vou só complementar no fundo, o que o vereador Rogério mencionou relativamente a alguns temas que são, sempre foram, continuam a ser preocupação para a nossa cidade, para o nosso concelho, acrescentando que eu estive com atenção a ouvir e quando se fala em oposição, nós somos pessoas que nos candidatámos a determinado lugar e que temos ideias diferentes, obviamente. Representamos de alguma forma aqueles que acreditaram em nós e no nosso caso, a coligação Ser Albufeira elegeu 3 vereadores que têm respeitado de forma muito educada e coerente todo o trabalho deste novo executivo. E se nós formos ler as atas destas mesmas reuniões, apesar de não serem transmitidas no YouTube, a quem eu*

deixei o apelo há sensivelmente um mês atrás, para que assim acontecesse. Porque acho que sim, acho que as pessoas precisam de nos ouvir e não estamos aqui escondidos, nem com a cabeça enfiada na areia, até porque nestes anos de mandatos, como aqui também já foi dito, nós não fizemos tudo bem, mas não fizemos tudo mal e se há coisa que nós defendemos é a nossa posição vertical mediante os problemas. Efetivamente tocou-se aqui em vários temas que são a nossa preocupação. Eu não sei se a preocupação de todos nós coincide com a minha, que é efetivamente a crise que estamos e vamos enfrentar relativamente à questão do número de turistas e os turistas que estão a vir neste momento para Albufeira. É uma preocupação já antiga e que penso que está muito melindrada e beliscada pelo que aqui foi falado, que é efetivamente a condução que as redes sociais levaram ao ponto de denegrir o mais possível o nosso concelho por este mundo fora. Aliás, quem faz isso não é a oposição, quem faz isso são basicamente os mesmos de sempre, que estão sempre revoltados com o sistema e contra tudo e contra todos. E eu aí tenho legitimidade para dizer isto, porque eu própria conduzi-os a tribunal, aliás recorreram e o Ministério Público já veio justamente opor-se a esse processo, porque efetivamente isto não vale tudo, a política não é isto. A política é nós termos ideias diferentes e todos em conjunto conseguirmos conduzir o destino do nosso concelho que tanto amamos, porque todos temos Albufeira no coração. Isto já é um slogan já muito forte, mas não nos podemos depois na hora da decisão, de nos dispersarmos, porque quando o senhor presidente há pouco aqui falou sobre a questão, por exemplo, do concurso da Polícia Municipal. Esse concurso já vinha do nosso mandato e porque é que as pessoas não concorrem? Porque ninguém quer ir para a Polícia Municipal ganhar o ordenado mínimo ou o quê. Por isso voltaram a abrir concurso para ver se milagrosamente mais alguém concorre. Vamos falar na colaboração do governo, já vem tarde, porque o ano passado, quando nós implementamos, inclusive o Código de Comportamentos, a Força de Intervenção do país estava toda centrada em Albufeira, justamente para responder aos problemas que estavam a acontecer naquela altura. Isto é um facto, portanto, o governo só está a fazer obrigação deles. Efetivamente este ano temos menos gente, penso que também devemos ter menos polícia, porque cá está, o senhor presidente disse e bem, o senhor presidente disse e bem, nós não podemos ter um polícia para cada pessoa e nós sabemos que, efetivamente, o descanso das pessoas é soberano, mas vou-lhe dar um exemplo, eu moro.... Só se acabarmos com os ALs todos. Agora estou a correr o risco de dizer isto, porque o facto de termos reduzido os horários, agora temos um problema acrescido que efetivamente regressam mais cedo para casa. Regressam mais cedo para casa, chamam Uber Eats mais cedo, há todo um

sistema. Isto resulta efetivamente do tipo de turismo que nós temos, mas em torno deste tipo de turismo criou-se aqui uma economia circular, que eu penso que ninguém está contra ninguém. Nós todos é que em conjunto temos que criar medidas assertivas, por um lado para não deixar morrer o que é a subsistência de todos, porque basicamente todos vivem do turismo em Albufeira. Sermos muito assertivos no trabalho de equipa para tomar decisões. Eu percebo que o senhor presidente e o seu executivo queiram tomar as decisões sozinhos, mas nós temos em todas as reuniões votado por unanimidade aquilo que nos parece correto. Agora, quando não somos chamados a participar, quando não temos voto na matéria, ou quando não estamos de acordo. A política é isto, não conseguimos estar sempre de acordo e, por isso, não vamos de todo criticar o seu trabalho de 8 meses. Nós mostrámos e as reuniões, as assembleias, as reuniões de câmara, as atas, desculpe, mencionam isso que sempre houve disponibilidade e vontade de dar ideias para ajudar. E está registado que o nosso apoio à questão do ruído foi unânime, ficou registado em reunião de câmara quando nós nos despusemos, aliás a fortificar ainda mais a implementação do Código de Comportamentos, que não está a ser implementado de todo, mas pronto, são opções. E mostrámos a nossa disponibilidade numa destas assembleias públicas para estar ao vosso lado para esta questão do ruído. Se não foi feito no anterior executivo, mostrámos a vontade de colaborar. Agora, evidentemente, se não nos chamam para a matéria. Agora, a interpretação da forma, a forma como é interpretada, a nossa posição por vezes não é explicada e cá está, temos que nós nos aperfeiçoar na forma também como comunicamos às pessoas e explicar os nossos pontos de vista. Agora, dizer que nós queremos colaborar, senhor presidente, ainda na última reunião falámos sobre a questão dos Ubers, aqui, já no fim da reunião, ninguém se opõe a nada. Agora, eu percebo que o senhor presidente queira tomar as suas decisões à sua forma, já viu que é difícil e o meu colega Rogério mencionou e o senhor sabe que é difícil. Este município tem uma diversidade gigante, precisamos de chegar a todas as áreas, aliás a questão social é muito delicada, porque ainda hoje se falou nos sem abrigo no jardim. Não é uma questão de polícia, a polícia, todos sabemos, não pode atuar, é uma questão social e espero que todas as mudanças que têm acontecido, mas eu vou-me guardar para falar no ponto mais à frente da tomada de conhecimento. Eu espero que todas estas mudanças em termos de chefia, tenho uma visão muito determinante para ajudar a resolver este problema, porque efetivamente nós para a quantidade de turistas que temos, para a quantidade de habitantes que temos, temos tido uma ação social com uma gestão incrível. Porque se não houvesse esse cuidado ao pormenor, se não houvesse

*esse cuidado ao pormenor, estaríamos bem piores. Efetivamente, nós não temos uma sociedade perfeita, não há perfeições em lado nenhum, há trabalho para fazer, há atenção redobrada sobre os temas. Efetivamente, queremos continuar a colaborar enquanto oposição, como sempre assim temos feito. O que o meu colega Rogério disse é verdade, o barco é pesado, o senhor presidente está a ter as mesmas dificuldades que os anteriores executivos têm e vai continuar a tê-las, nomeadamente, olhe, com a recolha do lixo. Ainda vou dar outro exemplo que já estou a falar muito. A recolha do lixo é evidente que não está melhor. Eu dou-lhe um exemplo na minha rua tive o caixote do lixo cheio desde sexta-feira, só foi recolhido no domingo à noite. Eu própria tenho que escolher quando é que vou pôr o lixo, porque é impossível, porque senão vou ter que fazer como os outros e vou pôr à volta. Se nós queremos criar um regulamento ou uma equipa para fiscalizar a hora que vão deitar as garrafas de vidro no caixote do lixo, que em muitas vezes acontece às 5 e às 6 da manhã e todos acordámos com aquele barulho. Isto é completamente difícil, difícil de tomarmos medidas, que consigamos repor o silêncio absoluto, porque isto tem muito a ver também com o respeito que cada um tem pelas pessoas, pela natureza, pela sociedade, o civismo. Eu não me passaria pela cabeça, não é? Ir deitar vidros às 5 e às 6 da manhã, mas isto acontece, isto é a sociedade atual que nós temos. Efetivamente esta sociedade que está muito doente e fragilizada, precisa de firmeza, precisa de políticas adequadas para conseguirmos evoluir de forma construtiva para um futuro melhor. Agora, que é difícil? Já aqui foi dito ao senhor presidente. Eu estive 24 anos, continuei eleita, mas estive 24 anos de trabalho, 16 na junta, 8 aqui. Não vai dizer que eu sei tudo porque eu vou lhe já dizer que não sei tudo, como disse no outro dia. Sei apenas um bocadinho, mas se há coisa que nós sabemos é a dificuldade em lidar com as pessoas, com esta sociedade diferente, com esta sociedade atual e só num trabalho de equipa e eu falo da oposição, falo de nós os 3 e penso que o vereador Victor. Bom, o vereador Victor colabora sempre consigo, isso é um mundo à parte, mas queremos todo… Não, queremos todo o melhor por Albufeira, não nos ponham é num pacote, porque quando alguém se pronuncia ou tem uma forma diferente de comunicar, já está a oposição toda metida no pacote, isto é que não pode ser admissível. Porque nós não contrariarmos em nada aquilo que achamos que é o propósito de o melhor por Albufeira."----------**Senhor vereador Victor Ferraz:** "Ora bom dia a todos, senhor presidente, senhora presidente da assembleia municipal, restante público que compareceu, é sempre bom ver a casa cheia. Relativamente à questão da oposição, já que fui visado agora, a questão da oposição, ser ou não ser oposição tem mais a ver com as nossas ações do que*

propriamente o local onde nós estamos ou da forma como saiu o ato eleitoral. As nossas ações também têm consequências e quando nós somos chamados a ter uma ação para, no meu caso, cumprir o meu programa eleitoral, que é para isso que cá estou e desafio a senhora vereadora a dizer o que é que eu aprovei que não faça parte do meu programa eleitoral? Se acha que isso é colaborar, pois eu estou a colaborar é com os munícipes. Eu não sei o que é que vocês andam a fazer, mas no meu caso, é isto que eu ando a fazer, é cumprir o programa para o qual foi eleito. Isso tem coincidido com as posições do executivo, porque o executivo tomou ações relativamente ao ruído que vocês não tomaram e tiveram cá tempo suficiente para o fazer. Falta de vontade política ou coragem política para o fazer, com certeza. E pegando nesse tema e falando sobre as palavras do senhor Lucas que associou o turismo, a estratégia do turismo e à questão do ruído. Eu queria só dizer uma coisa: a questão do ruído não tem nada a ver com o turismo e aqui em Albufeira, infelizmente, há esse sentimento, mas a questão do turismo tem a ver com a legalidade. Porque não é o tipo de turismo, o turista jovem que se embebeda tem que cumprir as mesmas regras que uma família que vem cá passar férias. A nível do ruído é igual, não tem nada a ver com o turismo, ou seja, vamos escalonar isto para ter um tipo de turismo e já se pode fazer ruído, não, isso não existe. O ruído existe é para todos e ponto final. E continuam a vir aqui os argumentos que: "- Ah, porque existe turismo, então isto dá para o negócio, então temos que ter alguma flexibilidade e temos que aguentar, as pessoas à noite têm que aguentar o barulho à noite, porque é este tipo de turismo que nós temos." Isto não funciona assim, eu sou diretor de um agrupamento, eu não posso ter regras para uns alunos e regras para outros, são iguais para todos e todos têm que as cumprir. E o ruído é igual, por isso é que eu sempre defendi e vou continuar a defender quem quer cumprir a parte do ruído. Eu relembro, falam da questão da oposição e fazer e eu relembro que no mandato anterior apresentei aqui uma proposta de deliberação sobre o controlo das licenças especiais de ruído que foi aprovada por unanimidade, mas que o seu cumprimento foi zero. E vocês faziam parte desse executivo, nada aconteceu, portanto, as ações é que nos mostram se somos ou não somos a oposição. Isso é fundamental, esta questão, porquê? Porque esta é a mentalidade que existe em Albufeira, que é em nome do negócio tudo se pode fazer, tudo se pode incumprir, é o ruído, é a ocupação da via pública, é a questão dos Ubers, a questão dos Ubers na avenida da Liberdade e ter só 3 lugares. Depois, obviamente, a gente até pode fazer aquele sistema que o vereador Rogério estava a dizer que os Ubers só iam lá buscar clientes, mas algum deles a cumprir isso? Não vai, é a mesma coisa que os transferes que não pode apanhar clientes

*a não ser nos locais próprios, mas eles apanham-nos em qualquer sítio e fazem concorrência aos táxis. Portanto, isso há um incumprimento generalizado aqui em Albufeira e aquilo que o senhor estava a dizer que é a questão do sentimento que existe aqui a nível da sociedade, é exatamente esse. Em nome do negócio pode-se tudo e esse é que é o problema aqui em Albufeira e que se foi enraizando durante muitos anos. Esta questão do ruído é apenas a questão de tentar repor alguma legalidade, eu apoiarei todas as medidas que forem nesse sentido. Por isso é que eu tenho apoiado as medidas do executivo. Pronto, e se chama a isso colaborar, pois estou a colaborar sim, mas é para o bem de Albufeira. Relativamente à outra questão que está relacionada, que é a redução do número de turistas este ano. Eu quero relembrar e estava nessa reunião, penso eu, há uns 2 anos, 3 anos atrás, que eu alertei, porque vieram os números do verão, acho que era o verão de 2022 ou 2023 e Albufeira tinha perdido 10% de dormidas em contraciclo com o resto do Algarve. Albufeira tinha perdido 10%, todos os outros concelhos tinham subido e eu alertei nessa altura que tínhamos que ter atenção para estes números porque isto indiciava que podia vir a piorar e todos os anos as coisas têm piorado, este ano é apenas mais uma consequência. E se não houvesse a guerra no Médio Oriente, as coisas acho que ainda seriam mais graves. Portanto, é essa parte que nós temos de ter em atenção, que não estava diretamente…. Embora alguém queira passar a mensagem que é por causa da questão da redução do ruído que estamos a perder clientes, não tem nada a ver uma coisa com a outra, que não tem nada a ver uma coisa com a outra. É por isto é que nós temos estado a perder clientes e dormidas há muitos anos e esse é que é um dos grandes problemas da Albufeira. E enquanto não se mudar isto, nós vamos ter que fazer a sua travessia no deserto. Relativamente à questão dos lixos, já há uns anos atrás, penso que levantei essa questão e propus essa situação, no verão, mais do que aumentar o número de ciclos de recolha, há locais em que se pode aumentar o número de contentores. Se tiveram mais o contentor o lixo já não fica no chão. No verão já vi isso em vários concelhos em que durante o inverno temos um ou dois e nos meses de verão tem lá 3 ou 4. E aumentar esse número de contentores, se houvesse esse número de contentores já evitava este lixo acumulado. Eu sei que em alguns locais da cidade, na zona velha, principalmente, não é tão fácil assim, mas há muitos locais onde pode-se fazer isso e é mais fácil até para a própria empresa, não tem que fazer mais voltas, se em vez de recolher 2, recolher 4, não temos lixo no chão e continuamos a resolver o problema. Queria só deixar estas notas, depois irei intervir mais à frente também. Obrigado."----------

Senhora vereadora Ana Oliveira: *"Bom dia senhor presidente, bom dia a todos. Como*

é do conhecimento geral, eu não estive cá anteriormente, portanto, não posso pronunciar-me relativamente a algumas medidas. Em relação ao que foi aqui falado, lembrar que ainda na reunião anterior, penso que foi, que eu referi a questão dos Ubers precisamente na avenida da Liberdade e a procura de uma solução para o problema. Portanto, nós também temos feito referência a essa situação que eu acho que é muito preocupante, principalmente por questões até de segurança, porque até já tive conhecimento de uma ambulância que tentou chegar para recolher alguém que precisava de ajuda e não se consegue passar, não é possível. Portanto, isso é uma situação que eu acho que merece ser vista e ser arranjada uma solução, mas que seja é tomada em conjunto, não com regras impostas assim aleatoriamente, eu acho que isso é importante. E finalmente também dizer que fiquei contente do senhor presidente mostrar disponibilidade para receber alguns munícipes, porque tenho tido conhecimento que as pessoas têm dito que têm tentado reunir com o senhor presidente e têm tido bastantes dificuldades. Portanto, é positivo a marcação até aqui in loco, de algumas reuniões, porque mostra que o senhor presidente está disponível para receber as pessoas. Obrigado." ----------

Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Eu só queria e de forma final responder ao vereador Victor. Nós sempre votámos de acordo com aquilo que nos parece o bem de Albufeira e se virmos as reuniões de câmara, a maior parte dos votos são por unanimidade. Se calhar não tivemos o privilégio de participar como devia ser com a questão do ruído, você teve. Agora, eu não vou mais debater este tema, mas dizer-lhe que o senhor vereador foi eleito, conseguiu-se eleger, acho bem com a defesa da sua causa. Nós também e este respeito é soberano, só isso. Agora, não podemos é usar as palavras para deturpar aquilo que nós estamos a comunicar, que é diferente, percebe? Ninguém se opôs à questão do ruído e aquilo que foi dito há pouco que o turismo não sei o quê, não, eu, pelo menos da minha parte e quero justificar o que eu disse foi que toda a campanha negativa que se fez nas redes sociais correu mundo, está a contribuir para termos ainda menos qualidade de turismo, foi isto que eu disse. Só para salientar esta nuance, porque ninguém está aqui contra e eu até dei exemplos na zona onde vivo e que há alojamento local, que efetivamente as medidas que foram implementadas não chegam. É só isso e que nós, nas atas está escrito, mostramos a nossa inteira disponibilidade para colaborar. Só deixar estas duas nuances. Obrigado."* ----------

Senhor presidente: *"Muito bem, já percebemos, muito obrigado senhores vereadores. Já percebemos que isto cada vez trata-se mais de intervenções políticas, acho muito bem, temos a sala aberta, as pessoas estão aqui para nos ouvir, os munícipes, cada um*

tenta fazer o seu brilharete. Relativamente ao senhor vereador Rogério Neto, não respondi com humildade, respondi com verdade e agradeço que me faça chegar os tais vídeos onde eu digo que resolvo tudo em 6 meses, agradeço que me envie. Relativamente aos Ubers, isto é alegórico, ver aqui pessoas a falar que se deve resolver assim e assado, então e o que é que fizeram nos últimos anos relativamente ao Uber? Como é que estava aqui a situação dos Ubers no ano passado? Estava igual ou pior, o que é que foi feito? E agora tem que se resolver, não é? De dia para o outro, como se tivéssemos uma varinha de condão. Relativamente à senhora vereadora Cláudia Guedelha, pois agradeço-lhe as palavras, sempre bastante incisivas, acutilantes, disponível para resolver nalguns casos, central de dessalinização, não soube qual era a sua opinião. Relativamente, quando era para a construção do centro de saúde, saiu da sala, mas tudo bem. Eu não vou entrar por aí porque tenho aqui muitos argumentos e depois vamos entrar aqui num bate boca e acho que não é profícuo nem para si, nem para mim. Disse que criou um Código de Conduta, muito bem, criaram. Nós estamos a implementar, cada vez que a Polícia Municipal vê alguém sem camisa ou em trajes menores, tem atuado, tanto a Polícia Municipal como a Guarda Nacional Republicana. Falam aqui da salubridade do lixo, mas quem é que contratou esta empresa? Fomos nós? Mas há quantos anos é que esta empresa cá está? Mas quem é que fez o reequilíbrio financeiro? Fomos nós? O senhor vereador Victor Ferraz está em posse de melhor e de mais informação do que eu, porque era cá vereador, já o explicou aqui diversas vezes. Nós estamos a tentar fazer o melhor possível com os instrumentos que temos. Sim, é difícil, pareço mais, estou mais calmo, sinto-me mais agastado? Sinto-me, estou a tentar resolver os problemas que foram criados nos últimos 20 anos, ou mais, por quem cá passou. E depois as pessoas pedem: "- Ah, você representa o Chega, tem que resolver as coisas." Está bem, eu vou resolver, mas não tenho uma varinha de condão, isto é tudo muito difícil e há aqui muitas dificuldades e há sempre muita areia na engrenagem, não tenham dúvidas sobre isso. Relativamente à segurança do ano passado. Sinceramente, não correu muito bem a nível de segurança aqui em Albufeira, o governo está a colaborar neste momento com o município, na altura estávamos em pré-campanha eleitoral, fizeram aqui várias campanhas de charme, eu sei, mas posso-lhe dizer que estamos a ter praticamente o mesmo reforço, se não tivermos maior reforço. Eu tenho aqui os dados, neste momento temos: Investigação Criminal, 4 pessoas; Unidade de Segurança e Honras de Estado, temos 2 mais 2, são 4; Unidade de Intervenção, temos 25 efetivos, em caso jogos de Inglaterra vêm mais 25, ou em caso de alguma situação mais grave, vêm mais 25 para cá; temos 2 pessoas na Cavalaria; em agosto vamos

*receber 35 a 40 efetivos, mais 2 graduados. Então façam as contas, por isso não me venham dizer que estamos com menos. Até acho que estamos igual ou vamos ter mais reforço. Já sabem que é diferente falar com um governo que é da nossa cor do que com um governo que não é. Vocês tiveram essa sorte de ter um governo que era do Partido Social Democrata e neste momento não tenho o governo do Chega, tenho o governo do Partido Social-Democrata, mas não estou aqui a atacar ninguém. Têm sido colaborativos, tenho reunido, sempre com reuniões com secretários de estado. Ainda ontem reuni com o senhor diretor da ASAE nacional, têm sido sempre abertos a comunicar e a colaborar com o município. Eu vou terminar aqui a intervenção, mas se tenho tido pouco tempo receber as pessoas? É verdade, ando aqui fechado no gabinete de um lado para o outro, tenho pouco tempo para ir aos almoços e jantares, mas tenho estado aqui de manhã à noite nesta câmara e vou continuar a tentar resolver aqui aquilo que eu quero e aquilo que pretendemos resolver, que são os problemas das pessoas. Muito obrigado."----------

= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA =

Senhor vereador Rogério Neto: *"Trazia aqui dois assuntos, tem a ver com viaturas abandonadas na via pública. Tenho aqui um carro que está lá há mais de 7 ou 8 meses, tem um autocolante do município desde abril e não vão buscar o carro. Eu, para ajudar o serviço, trago-lhe fotografias, tem aqui na zona velha de Albufeira uma autocaravana que lá está há mais de um mês. O proprietário, até põe uma simulação que está lá presa. Portanto, convém os serviços irem verificar isso. Depois, outro assunto que lhe trago aqui tem a ver com caminho. Pergunto, tem conhecimento da Ecovia do Algarve? Correto, presidente? Conhece a Ecovia do Algarve, que é transversal ao Algarve, passa pelo nosso concelho."*----------

Senhor presidente: *"Conheço bastante bem."*----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Eu apercebi-me a semana passada, um dos troços da ecovia aqui em Albufeira foi fechado com corrente e cadeado num caminho público. Pergunto se o município tem conhecimento e se já fez alguma coisa ou não? Ainda não teve? Pronto, eu trago-lhe as fotografias dos dois lados que o caminho tem. Trago-lhe uma planta cadastral para também ver que o caminho é público, porque sei... O presidente está-se sempre a queixar dos grãozinhos de areia na engrenagem, mas acho que já não há necessidade de ir-se queixando disso, porque..."*----------

Senhor presidente: *"Eu não disse que era você."*----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Eu sei que se está a referir aos serviços."*----------

Senhor presidente: *"Não, não, não me estou a referir a nada."* ----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Mas você também já alterou tanto os serviços, agora estão lá os que metiam grãozinhos na engrenagem connosco, essa é que é a verdade."*----
Senhor presidente: *"Não meta palavras na minha boca. Aqui não são grãos, são rochas."*
Senhor vereador Rogério Neto: *"Pronto, era esses dois assuntos que eu queria."* -------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Qual é o caminho?"* ----------
Senhor vereador Rogério Neto: *"Está aí na planta, é um troço em terra batida ali nas Sesmarias, logo a seguir à escola EB1 das Sesmarias. Mas agora aproveitando em falando em caminhos, em que ponto de situação está aquela proposta que o senhor presidente trouxe aqui à câmara para nós deliberarmos considerar público o estacionamento da Praia do Manuel Lourenço? Que eu levantei a questão e foi retirado para melhor análise. Já passou dois meses e ainda não veio cá nada."* ----------
Senhor presidente: *"Há uma coisa que eu posso garantir, senhor vereador, não vai ser privatizado."*----------
Senhor vereador Rogério Neto: *"Pronto, ok."*----------
Senhor presidente: *"Isso pode ter a certeza de que não vamos cortar o acesso, um acesso que é utilizado há mais de 50/60 anos e agradeço que o tenha referido na altura. Foi o senhor vereador que até nos chamou a atenção, porque trouxeram-nos isso sem nos explicar realmente o que é que se estava a passar e isso agradeço. Há uma coisa que eu lhe garanto, não será privatizado."* ----------
Senhor vereador Rogério Neto: *"Eu quero é que venha a proposta para nós deliberarmos que é público. Obrigado."* ----------
Senhor presidente: *"Não tenha dúvidas, não tenha dúvidas que acontecerá. Relativamente aqui aos carros, só para lhe dar uma nota, sabe quantos carros é que nós já removemos da via pública desde que tomamos posse? 80 carros, tenho a informação da Polícia Municipal. Se continuar neste registo vamos remover mais do dobro daquilo que era removido da via pública pelos anteriores executivos, exatamente. Agora vamos recolher mais cerca de 30, é só para ter uma ideia. Você traz-me isto e manda-me de uma maneira tipo alegórica, mas eu agora estou-lhe a explicar. Está a perceber? Estamos a trabalhar e estamos a removê-los da via pública, mas muito obrigado pela atenção. Mais? Senhor vereador, faça favor."*----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Só uma questão, tem a ver com a parte financeira. Nós tivemos uma primeira revisão orçamental, mas, desde essa altura, nunca mais houve nenhuma. Tendo em conta que já estamos a meio ano e tendo em conta que houve afetação e cabimento de verbas para determinadas obras que já não se podem realizar, não da forma como estava previsto, se calhar é importante ver quando é que vem a*

próxima. Fazermos essa segunda revisão orçamental para depois reafectar algumas verbas, para libertar aí algumas situações. Saber qual é que é o ponto da situação."------
Senhor presidente: *"Para a semana é um bom dia para reunirmos. Está bem, já marcamos isso. Vamos marcar para receber os contributos, tinha sido essa a minha promessa. As promessas são para cumprir. Muito obrigado."* ----------
Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja:----------

A – GENERALIDADES

= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia seis de julho de dois mil e vinte e seis, eram das quantias de:-------
Operações Orçamentais – cinquenta e um milhão, noventa e seis mil, duzentos e sessenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos. ----------
Operações não Orçamentais – três milhões, setecentos e dezasseis mil, quatro euros e três cêntimos. ----------

= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor:----------

- Da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2026, de vinte e nove de junho**, que determina a realização das comemorações do 50.º aniversário das eleições autárquicas e cria a comissão que as promove e organiza;----------
- Do **Decreto-Lei n.º 129/2026, de vinte e nove de junho**, que altera o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. ----------

= TOMADAS DE CONHECIMENTO - DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS, DELEGADAS OU SUBDELEGADAS =

A câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo presidente, no uso de competências próprias ou delegadas pela câmara municipal, e pelos vereadores, no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------
Foi tomado conhecimento.----------

= TOMADAS DE CONHECIMENTO – PAGAMENTOS AUTORIZADOS E EFETUADOS E OUTROS ASSUNTOS =

A câmara tomou conhecimento de um conjunto de documentos referentes a pagamentos

autorizados e efetuados, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.- **Foi tomado conhecimento.** ----------

= TOMADAS DE CONHECIMENTO – ASSUNTOS JURÍDICOS =

A câmara tomou conhecimento de um conjunto de documentos, que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, referentes aos seguintes assuntos: ----------

a) Processo 846/09.4 BELLE-A – Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé - Supremo Tribunal Administrativo – relatórios quinzenais números 192, 193 e 194;----------

b) Relatório de Processos Judiciais e de Contraordenação – julho de 2026;----------

Foi tomado conhecimento. ----------

= INFORMAÇÕES =

Não foram prestadas nem solicitadas quaisquer informações. ----------

= DIRIGENTES – EXONERAÇÃO - CHEFE DA DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL – DESPACHO =

Pela senhora vereadora Cristina Corado foi apresentado um despacho por si proferido, em dezanove de junho último, elaborado nos seguintes termos: ----------

"Considerando: ----------

1 - O resultado das eleições autárquicas do passado dia 12 de outubro de 2025 e a necessidade do novo executivo fazer algumas reformas no modelo de gestão autárquica anterior. ----------

2 -Que, dessa reforma, fica consequentemente necessária a reformulação dos quadros da gestão operacional e dos serviços, com a adoção do modelo de gestão atual.----------

3 -Que compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, como dispõe a alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, na sua redação atual.----------

4 -Que o Pelouro dos Recursos Humanos foi fixado na Vereadora Cristina Corado, em conformidade com o artigo 36.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013. ----------

5 -Que foi ouvida a trabalhadora exonerada, em sede de prévia audição, sobre as razões invocadas para a cessação da respetiva comissão de serviço, como decorre da respetiva ata.----------

Assim, justificado nas razões de facto e de direito explanadas supra, determino:--------

É exonerada Ana Rita Arvela Hilário Leitão Rodrigues, como Chefe de Divisão de Ação Social, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º 1, al. e), sub-al. iv) da Lei n.º 2/2004, na

redação atual, com efeitos a partir da presente data, inclusive."----------

Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Relativamente a esta informação, não poderia passar sem deixar uma palavra de agradecimento à Rita Rodrigues, como chefe da Divisão de Ação Social. Enaltecer todo o trabalho dela, a dedicação, o empenho, a capacidade de humanidade e de articulação que teve com todas as IPSS, com todas as instituições, dentro e fora do concelho. Eu espero que a nova pessoa nomeada tenha a mesma sensibilidade, a mesma coragem e determinação. Eu trabalhei com a Rita, para além de ser vereadora dela durante 4 anos, durante um período muito delicado em que aí fomos os maiores, foi o período do COVID, que tivemos que responder dia após dia, durante dois anos a quem mais precisou. A Rita, eu penso que isto não são decisões políticas. Eu penso que o senhor presidente sabe que tem que abrir um concurso público para os novos chefes de divisão, pelo menos a legislação assim o diz, mas dizer que a Rita e tantos outros que têm vestido a camisola por Albufeira e que vão continuar a vestir, acho que merecem estar enquadrados dentro das áreas deles. Isto é a minha honesta opinião, dentro daquilo que gostam de fazer, porque o espírito de equipa e de trabalho é fundamental nos resultados que queremos para Albufeira. Isto não é política, isto é o meu sentir, é a forma de manifestar a nossa sincera opinião relativamente a estas tomadas de decisão, mas queria ficasse registado em ata em nome dos meus colegas e meu, um louvor ao trabalho extraordinário que ela fez durante este período."* ----------

Senhor presidente: *"Muito obrigado, senhora vereadora, pelas suas palavras relativamente à ex-chefe pela qual temos todo o respeito. São decisões do executivo, estratégicas, entendo que haja saudosismo, mas a mobilidade das pessoas não é à lá carte. Nós olhamos para o perfil da pessoa e vemos quais são as nossas necessidades dentro da câmara e fazemos a mobilidade que achamos que é necessária. É isso, porque a estratégia é nossa."* ----------

Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Eu não pus em causa a estratégia, só disse que estes concursos têm que existir, não é? É um concurso público, isto não é uma nomeação só porque nos apetece. A lei diz isso, foi só o que eu disse."*----------

Senhor presidente: *"Não, não, estou dentro da lei."* ----------

Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Sim, sim, claro e sabemos existe o período até que isso aconteça."* ----------

Senhor presidente: *"Claro e poderá continuar a haver denúncias, poderá continuar a haver recolha de documentos internos da câmara, que só à câmara têm de respeito. Nós continuaremos a fazer o nosso trabalho com dignidade, com seriedade, olhando*

para a frente, passo a passo. É isto, senhora vereadora, muito obrigado."----------
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Ó senhor presidente, eu não sei do que é que fala e não percebo porque é que fica tão incomodado."* ----------
Senhor presidente: *"Se calhar sabe melhor do que eu."*----------
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Diga?"*----------
Senhor presidente: *"Se calhar sabe melhor do que eu."*----------
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Pois, não me ponha no pacote do que você pensa, porque isso pouco me interessa. Não, não, é porque tem a tendência de generalizar e eu acho que aqui fiz uma intervenção simplesmente para valorizar uma pessoa que deu muito, que deu muito. Agora daí já estar a criar uma celeuma. Eu começo a ficar preocupada com o seu tipo de intervenções, já há bocado estava a falar da dessalinizadora, já disse a toda a gente que aquilo está a ser construído? Por amor de Deus, não vamos misturar assuntos. Só porque eu faltei e já agora explicar aos munícipes, só porque faltei por questões profissionais a essa reunião, tenho que estar sempre agora sistematicamente a ouvir críticas e a apontar-me o dedo. Eu penso que já... Não, não vamos por aí, senhor presidente, acho que temos de trabalhar de forma vertical, de forma honesta e respeitar a opinião de cada um, é só isso. E fiz um comentário a uma técnica de grande valor em Albufeira, na minha opinião. Também não o posso fazer?"*----------
Senhor presidente: *"Eu peço imensa desculpa, senhora vereadora, eu nunca pus em causa o carácter nem o profissionalismo da pessoa em questão. Eu até agradeci as suas palavras, pelo facto de enaltecer. Não estou a entender o porquê dessa sua reação. Relativamente à questão da dessalinizadora, por acaso, tinha os serviços, infelizmente, tive dificuldade em receber informação sobre a dessalinizadora, mas recebi na semana passada um despacho seu, onde está assinado sobre a dessalinização. Por acaso eu gostaria que me tivesse transmitido aqui na reunião de câmara mais informação sobre a dessalinizadora. Aquele tal despacho que está assinado em nome da senhora vereadora, com delegação de competências da parte do senhor presidente, eu logo trago o despacho, mas de qualquer das maneiras, fique descansada, reconhecemos o trabalho valoroso da técnica em questão. Claro, nunca pus isso em questão, muito pelo contrário. Senhor vereador."*----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Sim, só para subscrever as palavras relativamente à Ana Rita, tendo em conta o trabalho dela, mas também felicitar a senhora vereadora por ter mudado de opinião, penso eu, relativamente à questão da nomeação dos chefes de divisão. Porque eu quero lembrar que nos mandatos anteriores tivemos chefes de*

divisão em nomeação durante pelo menos 7 anos sem haver concurso. Foram nomeados e não houve concurso e nós alertámos na altura, eu alertei nessa altura que tinha os tais prazos e nunca aconteceu. Só agora, aí há 2 anos, um ano e meio ou 2 anos, é que se abriu concurso para eles poderem ficar colocados, mas tiveram 6 anos em nomeação." ---
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Exatamente, tem toda a razão."*----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Só estou a falar nisso porque eu alertei várias vezes para essa situação e fomos sempre ignorados, portanto, é só felicitá-los, por realmente nesta fase já ter mudado de opinião e ainda bem. Obrigado."* ----------
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Quero dizer que fui vereadora dos recursos humanos 4 anos e aconteceram algumas alterações, nomeadamente esta. Esta e não vamos falar de SIADAP, inclusive no seu agrupamento, senhor vereador, vamos ficar por aqui, vamos ficar por aqui."*----------
Senhor presidente: *"Por amor de Deus."* ----------
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"Por amor de Deus, não."*----------
Senhor presidente: *"São casos pessoais, acho que não há necessidade. Estamos a falar aqui da câmara, estamos a falar dos serviços camarários."* ----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"A senhora não sabe separar as coisas com certeza. Eu já me apercebi que não sabe separar as coisas, é preciso ter dimensão para isso."* ----
Senhora vereadora Claúdia Guedelha: *"É preciso dizer que foram abertos os concursos justamente por não estar bem e enquanto vereadora dos recursos humanos foi o que fiz. Por isso é que eu estou a dizer, porque sei que a legislação assim o obriga."*
Senhora vereadora Ana Oliveira: *"É ainda para falar da Rita. Dizer que eu conheço bem a Rita, para além de ser amiga dela, fui professora dela. Eu ainda há bocadinho disse que eu não trabalhei na câmara, portanto, não tenho conhecimento de algumas coisas, mas, curiosamente, eu fui representante do da assembleia municipal na Comissão de Atribuição de Bolsas e, portanto, nessa comissão eu tive o privilégio de trabalhar com a Rita. E também dizer que gostei imenso de trabalhar com ela. Ela mostrou-me que, de facto, era uma pessoa cumpridora das suas funções. Por fim, dizer que é, portanto, gostei do trabalho dela, obviamente, a preocupação que eu tenho agora, senhor presidente devo-lhe dizer que eu, enquanto funcionária pública, desempenho uma função para a qual me candidatei e a minha chefia não poderá e o senhor vereador poderá confirmar, não poderá atribuir-me funções diferentes daquelas que fazem parte do estatuto da carreira docente, por exemplo, não é? Ou seja, desempenhar funções que não estejam no âmbito da minha formação. Eu gostava de perguntar ao senhor presidente se as funções que a Rita atualmente desempenha, se estão no âmbito*

da formação dela? Porque eu penso que essa formação deve ser respeitada."----------
Senhor presidente: *"Olhe, não lhe sei dizer, senhora vereadora, eu não sou jurista e quando tomamos qualquer tipo de diligência é sempre assessorada pela parte jurídica, como deve imaginar. E se a parte jurídica não me levantou problemas é porque realmente está ou se coaduna com aquilo que está a fazer. Eu não lhe sei responder, como sabe sou engenheiro civil, não jurista. Muito obrigado."* ----------
Foi tomado conhecimento. ----------

= DIRIGENTES – NOMEAÇÃO - CHEFE DA DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL – DESPACHO =

Pela senhora vereadora Cristina Corado foi apresentado um despacho por si proferido, em vinte e dois de junho último, elaborado nos seguintes termos: ----------
"A Divisão de Ação Social, contemplada na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Albufeira, encontrava-se em vacatura, sendo de manutenção incompatível com o normal fluxo dos serviços. ----------
Verifica-se a necessidade de assegurar em continuidade e sem interrupções, a gestão, direção e coordenação das atividades da divisão, por forma a serem prosseguidos, com eficácia e eficiência o normal funcionamento dos serviços. ----------
A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar, ex vi artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ---
Determino, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; dos n.º 1 e 2 do artigo 27.º da ante referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, ex vi alínea a) do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua versão atual, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, designadamente os consignados no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, nomear em regime de substituição, no cargo de Chefe da Divisão de Ação Social, cargo de direção intermédia de 2.º grau, o técnico superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Albufeira, Nuno Miguel Alves Casteleiro. -------
O nomeado reúne condições legais de recrutamento e possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço; ---------
Está assegurado o cabimento orçamental para suporte da despesa; ----------
A nomeação no referido cargo, em regime de substituição, produz efeitos imediatamente com a assinatura do presente despacho; ----------
Que seja abonada, desde a data referida no ponto anterior, a remuneração legalmente

fixada no n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro para os titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, bem como as despesas de representação em vigor, fixadas pelo órgão competente, nos termos do n.º 2 do citado artigo, aplicável ex vin. 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ----------
Nota curricular----------
Nome: Nuno Miguel Alves Casteleiro ----------
Habilitações Académicas e formação complementar mais relevante: 1998 - Licenciatura em Sociologia, tendo como área de especialização Sociologia do Trabalho. Com segunda vertente, Sociologia da Exclusão Social----------
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA ----------
2003 até a presente data - MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA----------
Técnico Superior Sociologia — Divisão de Ação Social ----------
Desde 2023 desempenha funções no Serviço de Habitação Social ----------
COVID 19 — Equipa do Programa de Apoio Social de Emergência "Resposta Já" de 2020 a 2021. ----------
Coordenador do Gabinete de Inserção Profissional do Município de Albufeira de 2013 a 2023. ----------
Simultaneamente desempenhava funções no Balcão de Atendimento de Albufeira do IEFP;----------
Representante dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho de 2014 a 2016.----------
Coordenação do Gabinete da Juventude de 2008 a 2013 Centro Comunitário de Paderne, de Junho 2003 a 2008, elemento integrante equipa técnica, designado pelo Município; ----------
Rendimento Social de Inserção, acompanhamento de casos sociais, representante da Câmara de Albufeira no Núcleo Executivo, de Maio a Agosto de 2003, 2001 a 2003 Município de Mafra —Técnico Superior Coordenação da área da Juventude 1999 a 2001 Município de Mafra — Técnico Superior Estagiário área da Juventude 1998-1999 -------
MUNICÍPIO DE MAFRA - Dinamizador da UNIVA da Venda do Pinheiro ----------
Formações ----------
Curso de Formação: Gestão de Recursos Humanos e Qualidade Total----------
Curso de Formação: Técnicas de Liderança ----------
Curso de Formação: Motivação, Desempenho e Liderança----------
Curso de Formação Profissional em Segurança e Saúde no Trabalho para os Representantes dos Trabalhadores ----------

Curso de Formação Profissional em Entrevista de Avaliação de Competências ----------
Curso de SIADAP — Gestão do Desempenho em Função dos Objetivos e das Competências----------
Curso de Formação de Suporte Básico de Vida com DAE ----------
Curso de Formação em Arrendamento Social." ----------
Foi tomado conhecimento. ----------

= DIRIGENTES - NOMEAÇÃO - CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO - DESPACHO =

Pela senhora vereadora Cristina Corado foi apresentado um despacho por si proferido, em dezoito de junho último, elaborado nos seguintes termos: ----------
"A Divisão de Educação, contemplada na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Albufeira, encontrava-se em vacatura, sendo de manutenção incompatível com o normal fluxo dos serviços. ----------
Verifica-se a necessidade de assegurar em continuidade e sem interrupções, a gestão, direção e coordenação das atividades da divisão, por forma a serem prosseguidos, com eficácia e eficiência o normal funcionamento dos serviços. ----------
A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar, ex vi artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ---
Determino, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; dos n.º 1 e 2 do artigo 27.º da ante referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, ex vi alínea a) do artigo 19.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua versão atual, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, designadamente os consignados no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, nomear em regime de substituição, no cargo de Chefe da Divisão de Educação, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a técnica superior Vânia Martins Fernandes. ----------
A nomeada reúne condições legais de recrutamento e possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço; ---------
Está assegurado o cabimento orçamental para suporte da despesa; ----------
A nomeação no referido cargo, em regime de substituição, produz efeitos a 18 de junho de 2026. ----------
Que seja abonada, desde a data referida no ponto anterior, a remuneração legalmente fixada no n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro para os titulares de

cargos de direção intermédia de 2.º grau, bem como as despesas de representação em vigor, fixadas pelo órgão competente, nos termos do n.º 2 do citado artigo, aplicável ex vi n.os 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. ----------
Habilitações Académicas e formação complementar, mas relevante: ----------
- *Licenciatura em Terapia da Fala - Universidade do Algarve* ----------
- *Pós-graduação em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança – Instituto Politécnico Setúbal* ----------
- *Pós-graduação em Perturbação dos Sons da Fala - Universidade do Algarve* ----------

Experiência profissional mais relevante: ----------
2008 - 2009 - Terapeuta da Fala no Agrupamento Escolas de Elvas, Ministério da Educação ----------
2009 - 2011 - Terapeuta da Fala no Agrupamento de Escolas de Albufeira, Ministério da Educação ----------
2011 até ao presente - Técnico Superior na área da Terapia da Fala no Município de Albufeira onde desempenha funções como: ----------
- *Coordenação da equipa de Terapia da Fala e Terapia Ocupacional da Divisão de Educação;* ----------
- *Conceção e implementação de projeto de prevenção na área das competências linguísticas para a literacia;* ----------
- *Estruturação e coordenação do Espaço IN/Sala da Calma destinado a crianças com NEEs que integram o projeto Férias de Verão – 1.º ciclo;* ----------
- *Formação de não-docentes na área da inclusão e das NEEs;* ----------
- *Formação de docentes com certificação pelo Centro de Formação de Albufeira/Lagoa/Silves."* ----------

Foi tomado conhecimento. ----------

= DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍCIA MUNICIPAL E VIGILÂNCIA – DESPACHO =

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentado um despacho por si proferido, em dezasseis de junho último, elaborado nos seguintes termos:----------
"Considerando, ----------
1- Que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como o Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, consagram a delegação e a subdelegação de competências nos titulares de cargos de direção e que se torna necessário, por razões de eficiência e eficácia, lançar mão do

instrumento de delegação de competências, com vista a agilizar a tramitação dos Processos instruídos na Divisão de Polícia Municipal e Vigilância; ----------
Determino, com efeitos a partir da presente data, ao abrigo do disposto no art.º 38.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a delegação de competências no Chefe da Divisão de Polícia Municipal e Vigilância, Nelson Miguel da Conceição Pinto, para assinatura da correspondência de mero expediente daquela Divisão, assim como os necessários à instrução dos respetivos processos contraordenacionais e notificações; ---
No uso da competência que me é conferida pela alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 47.º do Código do Procedimento Administrativo, determino que do teor do presente Despacho sejam publicados editais. ----------
O presente despacho revoga os anteriores, sobre a mesma matéria ----------
Dê-se conhecimento à Câmara Municipal." ----------
Foi tomado conhecimento. ----------

= DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO – DESPACHO =

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentado um despacho por si proferido, em dezasseis de junho último, elaborado nos seguintes termos: ----------
"Considerando, ----------
1- Que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como o Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, consagram a delegação e a subdelegação de competências nos titulares de cargos de direção e que se torna necessário, por razões de eficiência e eficácia, lançar mão do instrumento de delegação de competências, com vista a agilizar a tramitação dos Processos instruídos na Divisão Jurídica e de Contencioso; ----------
2- Que nos termos da delegação em vigor apenas foi delegada no Chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso a competência para assinatura da correspondência, notificações e expediente relativo à instrução dos processos contraordenacionais, inexistindo razões para que nos restantes processos se não lance mão do mesmo mecanismo; ----------
Determino, com efeitos a partir da presente data, ao abrigo do disposto no art.º 38.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a delegação de competências no Chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso, Rui Salvador Felizardo Tardão, para a assinatura da correspondência, de mero expediente daquela Divisão, necessários à instrução dos

respetivos processos. ----------
No uso da competência que me é conferida pela alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 47.º do Código do Procedimento Administrativo, determino que do teor do presente Despacho sejam publicados editais. ----------
O presente despacho revoga os anteriores, sobre a mesma matéria ----------
Dê-se conhecimento à Câmara Municipal." ----------
Foi tomado conhecimento. ----------

= SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CHEFE DA DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO – DESPACHO =

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi apresentado um despacho por si proferido, em dezasseis de junho último, elaborado nos seguintes termos:----------
"Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como o estatuto do pessoal dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, consagram delegação e a subdelegação de competências nos titulares de cargos de direção e que se torna necessário, por razões de eficiência e eficácia, lançar mão do instrumento de delegação de competências com vista a agilizar a tramitação dos Processos de Contraordenação, instruídos na Divisão Jurídica e de Contencioso; ---------
Considerando que por Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, de 18 de fevereiro de 2026, me foram delegadas competências para determinar a instrução dos processos de contraordenação, podendo designar instrutor, proferir decisões e aplicar coimas, nos termos da Lei. ----------
Determino, com efeitos a partir da presente data, ao abrigo da autorização do Sr. Presidente, nos termos do Despacho proferido a 18 de fevereiro de 2026, e nos termos do n.º 1, do artigo 46.º, do Código do Procedimento Administrativo, pela alínea l) e m), do n.º 3, do artigo 38.2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a subdelegação de competências no Chefe de Divisão Jurídica e de Contencioso, Rui Salvador Felizardo Tardão, para a prática dos seguintes atos: ----------

1. *Determinar a instrução de processos de contraordenação e designar o respetivo instrutor, que será coadjuvado por assistentes técnicos afetos à mesma Divisão;* -----
2. *À assinatura da correspondência, notificações e expediente da respetiva Divisão, necessários à mera instrução dos processos contraordenacionais, com possibilidade de subdelegação nos instrutores.* ----------

No uso da competência prevista pela alínea t), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegada por Despacho datado de 21 de outubro de 2021, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 47.º do Código do Procedimento Administrativo, determino que o teor do presente despacho, sejam publicados editais. -- O presente despacho revoga os anteriores, sobre a mesma matéria ---------- Dê-se conhecimento à Câmara Municipal." ----------

Foi tomado conhecimento. ----------

= SECRETÁRIO E RESPONSÁVEL POR LAVRAR AS ATAS DA REUNIÃO DE CÂMARA – DESPACHO =

Pelo senhor presidente foi apresentado um despacho por si proferido, em trinta de junho último, elaborado nos seguintes termos: ----------

"Considerando: ----------

A) Que compete ao Presidente, em conformidade com o artigo 35(1)(0)(p) da Lei 75/2013, a direção das reuniões da câmara municipal, gerindo os trabalhos; ----------

B) Que, em conformidade com o artigo 57(1), no final de cada reunião é lavrada ata, por "trabalhador da autarquia local designado para o efeito" (conforme n.º 2 da referida norma) integrando-se, a respetiva designação na competência atribuída ao presidente de coordenação dos recursos humanos e dos serviços municipais (artigo 35(2)(a) e 37.º da Lei 75/2013); ----------

C) Que, por razões de agilidade e economia, pretende-se proceder, desde já, à nomeação do trabalhador, que assumirá funções de secretário nas referidas reuniões; -- Assim, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 35(2)(a), 37.º e 57(2) da Lei 75/2013, determino: ----------

1- Designar, para funções de secretário nas reuniões de câmara, os seguintes trabalhadores afetos à autarquia: ----------

a) Efetivo: Rui Salvador Felizardo Tardão, Chefe de Divisão Jurídica e de Contencioso; -

b) 1.º Suplente: Nélia da Conceição Palma Lourenço, Diretora do Departamento de Gestão e Finanças; ----------

c) 2.º Suplente: Valter Filipe das Neves Coelho, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Serviços Urbanos; ----------

2- Determinar que, na ausência do secretário efetivo, assumirá funções o primeiro suplente, e na ausência do primeiro suplente, assumirá funções o segundo suplente, sendo que, no caso de ausência de todos, será procedida a nomeação ad hoc, por decisão do Presidente. ----------

3- Determinar que compete ao secretário coadjuvar o Presidente na condução dos

trabalhos e proceder à redação da respetiva ata, em conformidade com o artigo 57(1)(2) da Lei 75/2013, sem prejuízo das demais funções que legalmente lhe estão acometidas; ----------

4- Determinar que o presente despacho entra imediatamente em vigor. ----------

Comunique ao GAP, aos trabalhadores designados e faça-se menção na próxima ata." ----

Foi tomado conhecimento. ----------

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Atlético Clube de Albufeira, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da reunião. ----------

= TRANSPORTES – ENTIDADES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente, em vinte e cinco de junho último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, autorizou a disponibilização do transporte solicitado às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas, nos dias de junho último:----------

- Clube Desportivo Areias de S. João, para deslocação a Coimbra, no dia vinte e sete e regresso no dia vinte e oito; ----------
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocação a Évora, no dia vinte e sete; ----------
- Atlético Clube de Albufeira, para deslocação a Santo André, no dia vinte e sete; -----

não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara. ----------

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho do senhor presidente. ----------

Não estava presente o senhor vice-presidente que a seguir à votação regressou à reunião. ----------

= TRANSPORTES – ENTIDADES – PROPOSTA =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente da câmara, em trinta de junho último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I

da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas, nos seguintes dias: ----------

- Clube Desportivo Areias de S. João, para deslocação a Caldas da Rainha, no dia onze e regresso no dia doze de julho;----------
- Cooperativa da Câmara Municipal de Albufeira – Infantário Os Piratas, para deslocações ao Parque Aventura, no dia catorze, à Praia da Oura, no dia dezassete e à Praia do Inatel, nos dias três, cinco, sete, dez, doze, catorze, dezassete, dezanove, vinte e um, vinte e quatro, vinte e seis, vinte e oito e trinta e um, todos de julho; --------
- Rancho Folclórico de Albufeira, para deslocação a Paranhos da Beira, no dia um e regresso no dia dois de agosto;----------
- FUETE – Associação de Dança de Albufeira, para deslocação a Vialonga, no dia nove de agosto. ----------

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem-estar destas pessoas, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho. ----------

= APOIOS – PADERNENSE CLUBE – "I ARRAIAL DO PETISCO" - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e cinco de junho último, do seguinte teor:----------

"Através de documentação anexa à presente proposta vem o Padernense Clube, solicitar o apoio desta Autarquia para a realização das três Festas de Verão, sendo a primeira o "I Arraial do Petisco", a ter lugar no dia 27 de junho no parque de estacionamento do Pavilhão Desportivo de Paderne. ----------

<u>Apoio solicitado</u>:----------

- *Autorização para ocupar e encerrar o parque de estacionamento do Pavilhão Desportivo de Paderne;* ----------

- Isenção do pagamento de todas as taxas e licenças inerentes ao evento, incluindo a taxa especial de ruído e ocupação da via pública; ----------
- Emissão da Licença especial de ruido para o dia 27 de junho das 19h00 às 02h00 do dia 28 de junho; ----------
- Solicitam a iluminação e eletrificação do recinto de acordo com o equipamento; -------
- Licenciamento para Instalação e Funcionamento de Recintos Itinerantes, Improvisados ou de Diversão Provisória; ----------

CONSIDERANDO ----------

- O apoio se enquadra na alínea U, do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que confere à Câmara Municipal competência para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município; ----------
- O evento se vem realizando com regularidade nos últimos anos, contribuindo para o panorama cultural e turístico do concelho; ----------
- Que este tipo de evento contribui para o desenvolvimento cultural da Região, assumindo também, pela sua visibilidade e impacto mediático, um papel fundamental na dinamização turística e no fomento à atividade económica, em particular da Freguesia em questão. ----------
- Que o evento se enquadra nesta previsão legal; ----------
- Que a entidade não apresenta dívidas ao Município de Albufeira, conforme informação da DGF-DF, na etapa 14.3 da distribuição do SGDCMA/2026/41321; -----
- Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o estado, conforme as declarações emitidas pelas finanças e segurança social, anexas à presente proposta; -
- O parecer da DJC relativo ao pedido de isenção do pagamento total de todas as taxas aplicáveis ao evento; ----------
- A Informação dos vários serviços competentes desta câmara na distribuição do SGDCMA/2026/41321; ----------
- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara de forma a deliberar em tempo útil; ----------
- Estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º do referido diploma para que se decida sobre o pedido com obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte. ----------

DETERMINO ----------

Apoiar o Padernense Clube, na realização da primeira Festa de Verão "I Arraial do Petisco", nos seguintes termos: ----------

1. *Autorizar a realização do "I Arraial do Petisco" no parque de estacionamento de Pavilhão Desportivo de Paderne, conforme e nos termos da informação da DISU-DAVEGF, a qual se transcreve:----------*
   "No que respeita a estes serviços não se vê inconveniente no solicitado, desde que: --
   - Não sejam pintadas ou instaladas no parque de estacionamento, quaisquer marcas ou equipamentos de carácter definitivo que possam vir a alterar o mesmo; ----------
   - Seja instalada toda a sinalização necessária para impedir o acesso ao parque de estacionamento, de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito, publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação em vigor; --
   - A zona e áreas circundantes sejam limpas de todos os lixos e resíduos provenientes da utilização; ----------
   - Seja dado conhecimento desta ocupação do parque de estacionamento à GNR, Polícia Municipal, Bombeiros Voluntários de Albufeira e Serviço Municipal de Proteção Civil.----------
   Taxas: Salvo melhor interpretação, considera-se de aplicar o disposto no ponto 4.2.19 do artigo 19.º do Anexo I das Tabelas Gerais de Taxas e Outras Receitas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para uma área de 2500m2 e para um período de 3 dias."; ----------
2. *Isenção total do pagamento de todas as taxas inerentes à realização do evento, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, conforme e nos termos do parecer da DJC na distribuição SGDCMA/2025/33994; --*
3. *Disponibilidade do serviço de eletricidade para iluminação e eletrificação do recinto, conforme informação da DPEM-DEEM, na distribuição de SGDCMA/2026/41321, etapa 9; ----------*
4. *Licença para Instalação e Funcionamento de Recintos Itinerantes, Improvisados ou de Diversão Provisória, para o dia 27 de junho; ----------*
5. *O agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima reunião de câmara."----------*

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. --------

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Victor Ferraz, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Agrupamento de Escolas de Ferreiras, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da reunião. ----------

= APOIOS – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1/JI DOS OLHOS DE ÁGUA

- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em trinta de junho último, do seguinte teor: ----------

"A Associação de Pais da Escola EB1/JI dos Olhos de Água veio solicitar o apoio da autarquia na cedência da cantina do referido estabelecimento de ensino para a realização de um jantar convívio ente a Associação de Pais, Professores, Educadores e Pessoal Não Docente, no dia 30 de junho de 2026. ----------

Considerando que: ----------

1. *A alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;* ----------
2. *Que a Divisão de Educação poderá disponibilizar a cantina escolar de Olhos de Água, no dia e hora do jantar;*----------
3. *Que a situação se enquadra nesta previsão legal;* ----------
4. *Que o pedido de utilização do espaço será no dia 30 de junho, não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara de forma a deliberar em tempo útil;* ----------
5. *Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, para que se decida sobre o pedido com obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal na reunião seguinte.*

Determino:----------

- *Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a Associação de Pais da Escola EB1/JI dos Olhos de Água na realização do jantar convívio, no dia 30 de junho de 2026, com a cedência da cantina escolar.*----------
- *E o agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima reunião de câmara."*----------

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho do senhor presidente. ----------

Não estava presente o senhor vereador Victor Ferraz, que a seguir à votação regressou à reunião. ----------

= APOIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRAS – FESTA DO XXVIII ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DE FERREIRAS – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente, em trinta de junho corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor:----------

"Através do documento anexo vem a Junta de Freguesia de Ferreiras, solicitar o apoio

da Autarquia para a realização da Festa do XXVIII Aniversário da Freguesia de Ferreiras, a ter lugar nos dias 11 e 12 de julho de 2026, no Parque de Estacionamento do Estádio de Futebol, do Clube de Ferreiras. ----------

Apoio Solicitado: ----------

– Autorização para realização do evento no Parque de Estacionamento do Estádio de Futebol Clube de Ferreiras; ----------

– Emissão da licença especial de ruido para os dias 11 e 12 de julho, conforme requerimento anexo; ----------

– Emissão de licença para instalação e funcionamento de recintos itinerantes, improvisados ou de diversão provisória;----------

– Isenção do pagamento de todas as taxas inerentes à emissão das licenças necessárias à realização do evento; ----------

– Autorização para colocação de 1 lona alusiva ao evento na estrutura da rotunda de Ferreiras;----------

– Apoio do setor de eletricidade para fornecimento de energia elétrica, com vista à iluminação/e alimentação do local e colocação de 4 holofotes; ----------

– Disponibilização de 4 lava mãos com torneiras, com ligação à água de rede e esgotos;

– Assegurar o serviço de segurança do recinto pela Polícia Municipal e Proteção Civil (entre as 18h00 e a 02h00 nos dias do evento);----------

– Cedência de 2 extintores CO2 e 2 Extintores ABC pó químico (pelos SMPC), para prevenção do recinto; ----------

– 4 contentores grandes RSU (a serem colocados nos dias anteriores ao evento); ------

– Limpeza do recinto alusivo à festa pela Luságua, no dia anterior ao evento (dia 10 julho) e no fim do evento (dia 12 julho), a partir das 2h00.----------

CONSIDERANDO----------

1. Que se trata de um evento de cariz popular, que tem por objetivo a comemoração da fundação da freguesia de Ferreiras; ----------
2. Que o evento se vem realizando com regularidade nos últimos anos, promovendo o convívio social e preservando essa tradição na freguesia; ----------
3. Que este acontecimento de carácter cultural e recreativo tem como objetivo promover e divulgar o nome da freguesia de Ferreiras e simultaneamente ajudar os Clubes e Associações fomentando a cooperação entre as coletividades; ----------
4. Que o evento contribui para a dinamização turística e fomento da atividade económica da região, em particular da Freguesia em questão; ----------
5. Que o Município de Albufeira, nos termos das suas atribuições definidas por lei,

tem como objeto a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para a prossecução de tal desiderato;----------

6. Que nos termos da al. o), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; ----------
7. Que compete ainda à Câmara Municipal apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, conforme preceitua a alínea U) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------
8. Que o evento se enquadra nesta previsão legal;----------
9. A informação da DCRPRI, na etapa 7.2, da distribuição SGDCMA/2026/44169, sobre o pedido de colocação de 1 lona publicitária, alusiva ao evento, abaixo transcrita:----------

   "Atento o pedido da JF de Ferreiras, que pretende afixar uma (1) faixa alusiva ao evento na estrutura de Ferreiras, cumpre informar que não é viável a afixação da faixa pretendida, alusiva ao "29.º ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DE FERREIRAS", tendo em conta que os dois espaços existentes na estrutura de Ferreiras estão já reservados para os eventos da ADSA (campanha de recolha de sangue) e do FC Ferreiras (revista portuguesa) no período compreendido entre 3 a 12 de julho de 2026."----------
10. Que a entidade não apresenta dividas ao Município de Albufeira, conforme informação da DGF-DF na etapa 8.2, da distribuição SGDCMA/2026/44169; ---------
11. Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o estado, conforme as declarações emitidas pelas finanças e segurança social, anexas à presente proposta; -
12. A proposta deliberada em reunião de câmara de 21.01.2025, anexa à presente proposta, relativamente às isenções previstas na alínea a) do n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município. ----------

PROPONHO ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a Freguesia de Albufeira através do seguinte: ----------

1. Autorizar a realização do evento no parque de estacionamento do Estádio de Futebol do Clube de Ferreiras, nos dias 11 e 12 de julho de 2026, entre as 9h00 e as

2h00, conforme e nos termos da informação da DISU-DAVEGF na etapa 12.5, da distribuição SGDCMA/2026/44169, a qual se transcreve:----------

"No que respeita a estes serviços informa-se que não se vê inconveniente no solicitado, desde que:----------

– Não sejam pintadas ou instaladas no parque de estacionamento, quaisquer marcas ou equipamentos de carácter definitivo que possam vir a alterar o mesmo;----------

– Seja instalada toda a sinalização necessária a garantir a circulação automóvel, de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito, publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação em vigor;----------

– Sem prejuízo do ponto anterior, sejam tapados os sinais de sentido proibido existentes e instalados sinais provisórios de trânsito em dois sentidos e de stop, conforme esquema que se anexa;----------

– A zona e áreas circundantes sejam limpas de todos os lixos e resíduos provenientes da utilização;----------

– Seja dado conhecimento desta ocupação do parque de estacionamento à GNR, Polícia Municipal, Bombeiros Voluntários de Albufeira e Serviço Municipal de Proteção Civil;----

– Taxas: Salvo melhor interpretação, considera-se de aplicar o disposto no ponto 4.2.19 do artigo 19.º do Anexo I das Tabelas Gerais de Taxas e Outras Receitas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para uma área de 2400m2 e para um período de 3 dias (dia 11, dia 12 e dia 13 - das 00h01 às 02h00)."-----

2. Licença para instalação e funcionamento de recintos Itinerantes, improvisado ou de diversão provisória, nos dias 11 e 12 de julho de 2026, das 18h00 às 2h00, no Parque Estacionamento do Estádio do Futebol Clube de Ferreiras, tendo em conta a informação dos serviços DPGU-DREOP, DPGU-DGU e SMPC, nas etapas 11 e 13 da distribuição SGDCMA/2026/44169, devendo a entidade cumprir o estipulado na informação da DPGU-DGU e SMPC abaixo transcritas:----------

Informação DPGU-DGU----------

"Tendo em consideração o estipulado para a zona em questão, do ponto de vista urbanístico, não se vê inconveniente na ocupação do espaço quanto ao uso pretendido, desde que o mesmo não envolva a realização de obras de construção civil, não altere condições da envolvente e não implique a instalação de estruturas permanentes." --------

Informação SMPC----------

"De acordo com a documentação enviada, nada a opor à realização do evento "XXVIII Aniversário da Freguesia" a ter lugar nos dias 11 e 12 de julho de 2026 das 18h00 até 02h00, no Parque de Estacionamento do Estádio de Futebol de Ferreiras, sendo o

requerente a Junta de Freguesia das Ferreiras. ----------
De realçar que compete a todos os colaboradores das instalações cumprir e garantir o cumprimento das determinações que constam do Plano de Evacuação em Situação de Emergência, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de segurança, devendo informar o(s) RS/DS do evento, de todas as situações anómalas que detetem, assim como propor ações para a sua melhoria." ----------

3. *Cedência de isenção total do pagamento de todas as taxas e licenças necessárias à realização do evento, conforme descritas pelos serviços nas etapas 10.2, 12.5 e 13.6, da distribuição SGDCMA/2026/44169;* ----------
4. *Fornecimento de energia elétrica com vista à iluminação e alimentação do recinto da festa, <u>sem</u> apoio técnico durante o evento, pela DPEM-DEEM – Serviços de eletricidade, conforme informação desses serviços na etapa 9.2, da distribuição SGDCMA/2026/44169;* ----------
5. *Divulgação do evento nos Ecrãs Led, mediante o envio da imagem em formato (Jpeg horizontal 768px576px), com entrada em divulgação aquando do envio da respetiva imagem, e retirada da mesma a 13 de julho, conforme informação da DCRPRI, na etapa 7.4, da distribuição SGDCMA/2026/44169;* ----------
6. *Disponibilização de 4 lava mãos (3 com depósito e 1 sem depósito), devendo a recolha ser efetuada pela Junta de Freguesia de Ferreiras no armazém da CMA em Vale Pedras, na manhã do dia 10 de julho e a devolução no mesmo local no dia 13 de julho, conforme a informação da DTDEC na etapa 17, da distribuição SGDCMA/2026/44169;* ----------
7. *Ligação de 4 lava mãos à água de rede e esgotos, conforme informado pela DISU-DAS, conforme informação desses serviços na etapa 12.3, da distribuição SGDCMA/2026/44169;* ----------
8. *Assegurar a segurança do recinto da festa pelos serviços de Proteção Civil desta Câmara, entre as 18h00 e a 1h00, nos dois dias de realização do evento, com recurso a trabalho suplementar, conforme informação desses serviços na etapa 3.4, da distribuição SGDCMA/2026/45033;* ----------
9. *Apoio da Divisão de Polícia Municipal e Vigilância (DPMV) ao evento, <u>conforme e nos termos</u> da informação desses serviços, na etapa 2.2, da distribuição SGDCMA/2026/45033, abaixo transcrita:* ----------
   "Não se verifica disponibilidade para permanência efetiva no evento, verificando-se a possibilidade de promover passagens pontuais gerindo a disponibilidade da patrulha, de modo a otimizar os recursos humanos disponíveis." ----------

10. *Empréstimo de 2 extintores de pó químico ABC de 6 Kg e 2 extintores de CO2 de 2 Kg, com os respetivos suportes e sinalética, para a realização do XXVIII Aniversário da Freguesia a ter lugar nos dias 11 e 12 de julho de 2026, no Parque de Estacionamento do Estádio de Futebol de Ferreiras, ficando os mesmos a cargo da Junta de Freguesia das Ferreiras, conforme informado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, na etapa 3.3, da distribuição SGDCMA/2026/45033;* ----------
11. *Disponibilização de 4 contentores grandes RSU (a serem colocados nos dias anteriores ao evento) e limpeza do recinto alusivo à festa pela Luságua, no dia anterior ao evento (dia 10 julho) e no fim do evento, (dia 12 de julho), a partir das 2h00, conforme informação da DISU-DHUEV, na etapa 12.8, da distribuição SGDCMA/2026/44169."* ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= APOIOS – APOIO PSICOLÓGICO – PF 202530959 – PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte seis de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Considerando que: ----------

1. *O Agregado Familiar é inelegível ao abrigo do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos de Albufeira, uma vez que ultrapassa o valor do rendimento "per capita" estabelecido para a atribuição do apoio;* ----------
2. *Em situações excecionais podem os agregados familiares cujo rendimento mensal "per capita" seja maior a 60% do salário mínimo nacional, mas que por, por razões imprevistas e acidentais, seja necessário um apoio urgente e imediato, ser apoiados;* -
3. *O munícipe em questão reside em Albufeira há mais de um ano, sendo este um dos critérios de elegibilidade para atribuição do apoio;* ----------
4. *Foi solicitado pelo Médico que segue clinicamente o utente, que o próprio beneficie de um acompanhamento terapêutico ao nível da psicologia;* ----------
5. *O apoio Psicológico não implica um encargo financeiro para o Município, uma vez que é um serviço prestado pelos Técnicos do Gabinete da Família;* ----------
6. *A pretensão se enquadra na alínea v), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que confere à Câmara Municipal competência para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;* ----------
7. *A situação se enquadra nesta previsão legal.* ----------

----------Proponho: ----------

Que a Digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de Apoio psicológico ao munícipe no âmbito do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos de Albufeira."----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= APOIOS – FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS – "JANTAR DAS MODALIDADES" – PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em trinta de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Vem o Futebol Clube de Ferreiras, através de documentos anexos à presente, solicitar a esta Câmara Municipal apoio para a realização do "Jantar das Modalidades" a realizar no Parque de Estacionamento do Complexo Desportivo da Nora, na freguesia de Ferreiras, no dia 19 de julho de 2026. ----------

Apoio solicitado:----------

- *Emissão de licença para instalação e funcionamento de recintos Itinerantes, improvisados ou de diversão provisória;* ----------
- *Emissão da Licença Especial de Ruído, conforme requerimento anexo;* ----------
- *Realização do evento no Parque de estacionamento do Parque Desportivo da Nora;* ---
- *Isenção do pagamento de taxas e licenças necessárias à realização do evento;*--------
- *Eletrificação do recinto.* ----------

CONSIDERANDO----------

1. *Que a entidade tem nos seus objetivos a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e de toda a população em geral;* ----------
2. *Que o evento consiste num jantar convívio e contemplará a entrega de prémios e lembranças de forma a enaltecer o que de melhor foi feito pelos Atletas do Futebol Clube de Ferreiras;* ----------
3. *Que o evento, de natureza recreativa, promove o convívio e o lazer social;* ----------
4. *Que a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;*----
5. *O parecer da DJC, na etapa 8.3, da distribuição SGDCMA/2025/31815;* ----------
6. *Que a entidade não apresenta dívidas ao Município de Albufeira, conforme informação da DGF-DAIMA na etapa 15, da distribuição SGDCMA/2026/44105;* -----
7. *Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o estado, conforme as declarações emitidas pelas finanças e segurança social, anexas à presente proposta.* -

PROPONHO ----------
Que a digníssima Câmara delibere apoiar o Futebol Clube de Ferreiras, na realização do "Jantar das Modalidades", nos seguintes termos: ----------

1. *Autorizar a Licença para instalação e funcionamento de recintos Itinerantes, improvisados ou de diversão provisória, para o dia 19 de julho, conforme e nos termos da informação dos serviços nas etapas 10.5, 12.3 e 12.5 da distribuição SGDCMA/2026/44302 que a seguir se transcrevem:* ----------

Informação SMPC----------
"De acordo com a documentação enviada, nada a opor à realização do evento "Jantar das Modalidades", a ter lugar no dia 19 de julho de 2026, no parque de Estacionamento do Complexo Desportivo da Nora em Ferreiras, entre as 17h00 e as 00h00, sendo o requerente o Futebol Clube de Ferreiras. ----------
De realçar que compete a todos os colaboradores das instalações cumprir e garantir o cumprimento das determinações que constam do Plano de Evacuação em Situação de Emergência, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de segurança, devendo informar o(s) RS/DS do evento, de todas as situações anómalas que detetem, assim como propor ações para a sua melhoria."----------
Informação DPGU/DGU ----------
"Face ao solicitado, informa-se à semelhança de outros eventos já decorridos no mesmo local: ----------
A pretensão aqui mencionada decorrerá no "Parque de Estacionamento do Complexo Desportivo da Nora" também denominado de "Largo da Nora", em Ferreiras, que de acordo com a Carta de Ordenamento encontra-se dividido entre área abrangida por Espaços de equipamentos coletivos e infraestruturas de apoio, devendo obedecer ao estipulado no artigo 39.º do RPDM, e em área abrangida por Zona Urbana (ZU), devendo obedecer ao estipulado no artigo 28.º do RPDM, sem prejuízo do mencionado no ANEXO I do referido PDM. Tendo em consideração o estipulado para a zona em questão, do ponto de vista urbanístico, não se vê inconveniente na ocupação do espaço quanto ao uso pretendido, desde que o mesmo não envolva a realização de obras de construção civil, não altere condições da envolvente e não implique a instalação de estruturas permanentes." ----------
Informação DPGU/DREOP----------
"CÁLCULO DA TAXA:----------
NRT.036 - EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE RECINTO ITINERANTE - 52,17€" ----------

2. *Emissão da Licença Especial de Ruído, no dia 19 de julho, entre as 17h e as 24h, no parque de estacionamento do Complexo Desportivo da Nora, conforme e nos termos da informação dos serviços na etapa 9.2, da distribuição SGDMA/2026/44302;* ------
3. *Autorizar a realização do evento no parque de Estacionamento do Complexo Desportivo da Nora, no dia 19 de julho de 2026, conforme e nos termos da informação dos serviços na etapa 11.3, da distribuição SGDMA/2026/44302, que se transcreve:* ----------

Informação da DISU/DAVEGF ----------

"No que respeita a estes serviços informa-se que não se vê inconveniente no solicitado, desde que: Não sejam pintadas ou instaladas no parque de estacionamento, quaisquer marcas ou equipamentos de carácter definitivo que possam vir a alterar o mesmo; Seja instalada toda a sinalização necessária a garantir a circulação automóvel, de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito, publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação em vigor; A zona e áreas circundantes sejam limpas de todos os lixos e resíduos provenientes da utilização; Seja dado conhecimento desta ocupação do parque de estacionamento à GNR, Polícia Municipal, Bombeiros Voluntários de Albufeira e Serviço Municipal de Proteção Civil. ----------

Taxas: Salvo melhor interpretação, considera-se de aplicar o disposto no ponto 4.2.19 do artigo 19.º do Anexo I das Tabelas Gerais de Taxas e Outras Receitas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para uma área de 2400m2 e para um período de 1 dia." ----------

4. *Isenção total do pagamento de todas as taxas e licenças aplicáveis à realização do evento, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município, conforme descritas pelos serviços nas etapas 9.2, 11.3 e 12.5 da distribuição SGDMA/2026/44302;* ----------
5. *Fornecimento de energia elétrica para o evento, eletrificação do recinto e colocação de ponto de luz de 32A no palco <u>e sem apoio técnico no dia de realização do evento</u>, tendo em conta a informação dos serviços na etapa 13.4 da distribuição SGDCMA/2026/44302."* ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= APOIOS – PADERNENSE CLUBE – "FESTAS DE VERÃO" – PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e seis de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Através de documentação anexa à presente proposta vem o Padernense Clube, solicitar o apoio desta Autarquia para a realização das Festas de Verão "Festival P", a

ter lugar no dia 25 de julho e da "Festa do Emigrante" a ter lugar no dia 22 de agosto, ambas no parque de estacionamento do Pavilhão Desportivo de Paderne. ----------

Apoio solicitado:----------

– Autorização para a realização das Festas no Parque de estacionamento do Pavilhão Desportivo de Paderne; ----------

– Emissão da Licença especial de ruido para os dias do evento; ----------

– Pedido de licença para instalação e funcionamento de recintos itinerantes, improvisados ou de diversão periódica; ----------

– Isenção de todas as taxas e licenças necessárias à realização do evento;----------

– Divulgação das Festas nos meios de comunicação da autarquia; ----------

– Solicitam a iluminação e eletrificação do recinto de acordo com o equipamento; ------

– Solicitam uma comparticipação financeira no valor de 16.000,00€, para pagamento dos artistas, estrutura, logística, animação, comunicação e apoio técnico. ----------

CONSIDERANDO----------

- Que este evento tem como objetivo promover e fortalecer a visibilidade do Padernense Clube entre a população residente e os visitantes, bem como cativar novos atletas para as suas modalidades desportivas e recreativas; ----------
- Que estes eventos são fundamentais para a dinamização da aldeia de Paderne e irão complementar a oferta cultural e enriquecer a animação promovida pelo Município no interior do concelho, durante a época alta;----------
- Que este tipo de evento contribui para o desenvolvimento cultural da região, assumindo também, pela sua visibilidade e impacto mediático, um papel fundamental na dinamização turística e no fomento à atividade económica, em particular da freguesia em questão; ----------
- Que a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;----
- Que o evento se enquadra nesta previsão legal;----------
- Que a entidade não apresenta dívidas ao Município de Albufeira, conforme informação da DGF-DF, na etapa 14.3 da distribuição do SGDCMA/2026/41321; -----
- Que a entidade tem a sua situação regularizada perante o estado, conforme as declarações emitidas pelas finanças e segurança social, anexas à presente proposta; -
- O parecer da DJC relativo ao pedido de isenção do pagamento total de todas as taxas aplicáveis ao evento; ----------
- A Informação dos vários serviços competentes desta câmara na distribuição do

SGDCMA/2026/41321; ----------

- Que a despesa é dotada com o Código do Centro de Custos: 0311000566. ----------

PROPONHO ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar o Padernense Clube nos seguintes termos: ----------

Autorizar a realização das Festas de Verão "Festival P", a ter lugar no dia 25 de julho e da "Festa do Emigrante" a ter lugar no dia 22 de agosto, no parque de estacionamento de Pavilhão Desportivo de Paderne, conforme e nos termos da informação da DISU-DAVEGF, a qual se transcreve: ----------

"No que respeita a estes serviços não se vê inconveniente no solicitado, desde que: ------

– Não sejam pintadas ou instaladas no parque de estacionamento, quaisquer marcas ou equipamentos de carácter definitivo que possam vir a alterar o mesmo; ----------

– Seja instalada toda a sinalização necessária para impedir o acesso ao parque de estacionamento, de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito, publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação em vigor; ------

– A zona e áreas circundantes sejam limpas de todos os lixos e resíduos provenientes da utilização; ----------

– Seja dado conhecimento desta ocupação do parque de estacionamento à GNR, Polícia Municipal, Bombeiros Voluntários de Albufeira e Serviço Municipal de Proteção Civil; ----

Taxas: Salvo melhor interpretação, considera-se de aplicar o disposto no ponto 4.2.19 do artigo 19.º do Anexo I das Tabelas Gerais de Taxas e Outras Receitas do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira para uma área de 2500m2 e para um período de 3 dias."; ----------

2. Isenção total do pagamento de todas as taxas inerentes à realização do evento, ao abrigo do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, conforme e nos termos do parecer da DJC na distribuição SGDCMA/2025/33994; --
3. Disponibilidade do serviço de eletricidade para iluminação e eletrificação do recinto, conforme informação da DPEM-DEEM, na distribuição de SGDCMA/2026/41321, etapa 9; ----------
4. Licença para Instalação e Funcionamento de Recintos Itinerantes, Improvisados ou de Diversão Provisória; ----------
5. Divulgação dos dois eventos na Agenda do Município, conforme e nos termos da informação da DCRPRI, na distribuição do SGDCMA/2026/41321, na etapa n.º 7; ----
6. Atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) para suportar os custos de logística relacionados com as Festas de Verão,

devendo a entidade benificiária apresentar ao Município de Albufeira toda a documentação que demostre a realização do evento em causa, através de documentos comprovativos da despesa emitidos sob forma legal nos termos do CIVA, à ordem da entidade benificiária; ----------

7. *A despesa, no valor de 10.000,00€ resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e seis, através da rubrica com a Classificação Orgânica: 02/04.07.01; projeto GOP n.º 2026/5087;*----------
8. *Pela presente fica a entidade beneficiária informada de que deverá ter em consideração as Disposições Legais previstas no disposto no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111 – B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação."*----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO – ALBUFEIRA 2026 – ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DO ALGARVE – FASE FINAL NACIONAL DE MASTERS EM ANDEBOL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e cinco de junho último, do seguinte teor:----------

"A CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA e a ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DO ALGARVE pretendem realizar nos dias 27 e 28 de junho, a Fase Final Nacional de Masters em Andebol, no Pavilhão desportivo da EBSA, em Albufeira. ----------

Considerando que:----------

1. *A atribuição a Albufeira do título de "Cidade Europeia do Desporto 2026" implica a responsabilidade de desenvolver um calendário de iniciativas diversificado, que inclua grandes eventos e espetáculos desportivos, competições, atividades recreativas e programas dirigidos a todas as faixas etárias da população;*----------
2. *A realização da Fase Final Nacional de Masters em Andebol constitui um dos "pontos altos" do calendário nacional desta modalidade, trazendo à cidade as oito melhores equipas nacionais, bem como respetivas famílias e adeptos;* ----------
3. *Estima-se que, para além dos participantes diretos, o evento atraia mais de 500 visitantes – entre familiares, amigos e adeptos da modalidade – que se deslocarão a Albufeira propositadamente para assistir à competição;* ----------
4. *O evento enquadra-se na estratégia municipal de captação de grandes eventos*

desportivos enquanto instrumento de promoção do território, seguindo a linha de iniciativas já consolidadas como a Festa do Basquetebol Juvenil, o Cross Internacional das Amendoeiras em Flor, a etapa de Albufeira da Volta ao Algarve em Bicicleta, a Algarve Cup, a prova de natação em águas abertas e o Race Nature, entre outros;----------

5. A realização desta prova confere a Albufeira um estatuto de notoriedade no acolhimento de eventos desportivos de grande dimensão, promovendo igualmente a inclusão através do desporto adaptado e a qualidade dos Pavilhões Desportivos Municipais enquanto infraestruturas de excelência para a realização destas competições; ----------
6. O apoio à realização do evento encontra enquadramento legal na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que atribui à Câmara Municipal a competência para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção da doença;----------
7. A despesa, referente à comparticipação financeira no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e cinco, através da rubrica com a Classificação Orgânica:02/04.07.01; Projeto GOP n.º 2025/5132-6
8. A presente cumpre:----------

– O estipulado no art.º 72.º do Sistema de Controlo Interno deste Município, conforme a documentação em anexo;----------

– O estabelecido na SECÇÃO VI – SUBVENÇÕES E BENEFÍCIOS PÚBLICOS, artigos 71.º a 73.º ----------

9. Que não é possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal em tempo útil para decidir sobre o assunto; ----------
10. Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º do referido diploma que se decida sobre o pedido com obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte. ----------

Determino:----------

- Cedência do Pavilhão Desportivo da Escola Básica e Secundária de Albufeira (EBSA) Olhos de Água nos dias 27 e 28 de junho de 2026; ----------
- colaboração na divulgação e promoção do evento a nível local, disponibilizando os seus canais próprios de divulgação, assim como apoio na comunicação e publicidade diversa;----------

- *Isentar todos os participantes no evento (atletas, árbitros e dirigentes) que vão ficar hospedados nos hotéis, do pagamento da Taxa de Turismo ao abrigo do n.º 4 do art.º 4.º do Regulamento n.º 488/2024 – Regulamento da Taxa Turística do Município de Albufeira;----------*
- *Conceder à Associação de Andebol do Algarve uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) destinada ao apoio direto à organização do evento, mediante apresentação de comprovativos de despesa.----------*

E remeter a apreciação da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a reunião de câmara seguinte."----------

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. --------

= CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO – ALBUFEIRA 2026 – GINÁSIO CLUBE NAVAL DE FARO – 33.ª VOLTA AO ALGARVE À VELA – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente, em um de julho corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"O Ginásio Clube Naval de Faro (GCNF), através do documento em anexo, solicitou à Câmara Municipal de Albufeira apoio para a realização do evento 33.ª Volta ao Algarve à Vela 2026, evento inserido no programa de eventos da CED – Albufeira 2026 entre o dia 23 e 26 de julho de 2026 ao longo da costa algarvia, através de quatro etapas costeiras entre Tavira, Faro, Albufeira, Portimão e Lagos, com chegada da 2.ª Etapa a Albufeira prevista para o final da tarde de 24 de julho e partida da 3.ª Etapa, com destino a Portimão, na manhã de 25 de julho, na Marina de Albufeira.----------

Considerando que:----------

1. *O evento 33.ª Volta ao Algarve à Vela 2026 integra o programa oficial de iniciativas da Cidade Europeia do Desporto – Albufeira 2026, contribuindo para a promoção da prática desportiva, dos desportos náuticos e da valorização do mar como espaço privilegiado para a atividade física, o lazer e o turismo ativo;----------*
2. *O Ginásio Clube Naval de Faro, entidade organizadora da iniciativa, promove há mais de três décadas a realização da Volta ao Algarve à Vela, prova que se afirma como uma das mais emblemáticas competições de vela de cruzeiro realizadas em Portugal, integrando o calendário náutico nacional e contribuindo para a promoção da modalidade e do território algarvio; ----------*
3. *A edição de 2026 decorrerá entre os dias 23 e 26 de julho, através de quatro etapas costeiras entre Tavira, Faro, Albufeira, Portimão e Lagos, reunindo cerca de 25 a 30 embarcações e entre 100 e 150 participantes provenientes do Algarve, de diversas regiões do país e do sul de Espanha, conferindo à iniciativa uma relevante*

dimensão regional, nacional e internacional; ----------

4. A cidade de Albufeira acolherá, nos dias 24 e 25 de julho de 2026, respetivamente, a chegada da segunda etapa da prova e a partida da terceira etapa, assumindo-se durante dois dias consecutivos como ponto de encontro da frota participante, circunstância que contribuirá para a divulgação das infraestruturas náuticas, da frente costeira e da oferta turística do concelho, reforçando a sua afirmação enquanto destino associado ao mar e aos desportos náuticos;----------
5. Para além da vertente competitiva, o evento assume uma importante dimensão de convívio e relacionamento entre participantes, entidades parceiras e comunidade local, promovendo a partilha de experiências e a valorização do movimento associativo ligado à modalidade;----------
6. A realização da prova contribui para a dinamização económica local, através da presença de participantes, equipas técnicas, organização, familiares e acompanhantes, potenciando a utilização dos serviços de alojamento, restauração, comércio e demais atividades económicas do concelho, bem como para o reforço da imagem de Albufeira enquanto destino de excelência para a realização de eventos desportivos; ----------
7. O evento enquadra-se na alínea u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; que confere a competência à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;----------
8. A presente cumpre:----------

– O estipulado no art.º 72.º do Sistema de Controlo Interno deste Município, conforme a documentação em anexo;----------

– O estabelecido na SECÇÃO VI – SUBVENÇÕES E BENEFÍCIOS PÚBLICOS, artigos 71.º a 73.º.----------

9. A despesa, no valor de €3.000,00 (três mil euros), resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e seis, através da rubrica com a Classificação Orgânica: 02/04.07.01; Projeto GOP n.º 2025/5132-6. ----------

Proponho que a digníssima Câmara delibere aprovar: ----------

- Atribuição ao Ginásio Clube Naval de Faro uma comparticipação financeira até um valor máximo de €3.000,00 (três mil euros), para fazer face a outros custos de operacionalização do evento, podendo 50% deste valor ser pago antecipadamente

mediante a apresentação de um orçamento ou faturas proforma e o restante depois do evento mediante a apresentação de comprovativos de despesa no valor total da comparticipação financeira a atribuir." ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO 2026 – FUTEBOL CLUBE DE FERREIRAS – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara, em três de julho corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Considerando que: ----------

1) *O Município de Albufeira reconhece que a concessão de apoio a atividades desportivas reveste manifesto interesse para a comunidade, porquanto a prática do desporto contribui, indubitavelmente, para a melhoria da qualidade de vida das populações; Incumbe ao Estado, em colaboração com as associações e coletividades desportivas;* ----------
2) *promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, nos termos do artigo 79.º n.º 1, da Constituição da República Portuguesa;* ----------
3) *Nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 19 de setembro, na sua atual redação, as autarquias locais têm a competência de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;*----
4) *Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;* ----------
5) *O apoio financeiro global às atividades desportivas, em que se insere o presente contrato-programa, foi aprovado no orçamento e Plano de Atividades do Município para o ano de 2026;* ----------
6) *A Câmara Municipal de Albufeira tem vindo a reconhecer através da celebração de contratos-programa, a importância do seu contributo para o desenvolvimento desportivo no Concelho, estando, pois, prevista a continuidade destas parcerias;* -----
7) *O Município se encontra a desenvolver os necessários requisitos para início de procedimento de criação de regulamento de apoio ao associativismo do Município de Albufeira, o qual se encontra em fase de recolha de contributos prévios à apresentação à Assembleia Municipal;* ----------
8) *Em face dos pedidos já pendentes no Município se torna necessário delinear uma solução imediata, que, em linha com o espírito regulatório e de profissionalização*

vertidos no projeto de regulamento em discussão, não obstaculize à prossecução das normais atribuições do Município, em matéria de apoio ao associativismo municipal; ---

9) *Sem prejuízo da competência exclusiva da Assembleia Municipal em matéria de aprovação de regulamentos com eficácia externa ao Município, incumbe ao presidente a aprovação da despesa legalmente prevista, para efeitos do artigo 35.º n.º 1 g) da Lei 75/2013;* ----------

10) *Mesmo atendendo ao facto de não existir regulamentação específica sobre o tema, tal não pode nem deve significar a arbitrariedade das decisões de atribuição de apoio ao associativismo municipal, como têm sido habitualmente praticados. Impondo-se, assim, a definição de um quadro transitório que vigore até à entrada em vigor do regulamento, sendo definido ao abrigo da competência prevista no artigo 35.º n.º 1 g) da Lei 75/2013;* ----------

11) *Que, sem prejuízo do disposto no número anterior, foi definida regulamentação interina e transitória até à aprovação do regulamento, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 16 de março de 2026.* ----------

---------- *PROPONHO* ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere autorizar a celebração do respetivo Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Futebol Clube Ferreiras." -----

Esta proposta fazia-se acompanhar do contrato-programa de desenvolvimento desportivo nela referido, documento do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------

Constatou-se no mesmo documento serem obrigações do Município de Albufeira a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de duzentos e dezanove mil e quatrocentos euros destinada à execução do projeto desportivo, e a disponibilização de transportes de acordo com o Regulamento Municipal de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira até um limite de dez mil euros. ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO E RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIOS NO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA - ALTERAÇÃO – PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte e seis de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Considerando que: ----------

1- As competências que, nos termos do disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, são cometidas aos órgãos municipais relativamente à

gestão e à realização de investimentos, de instalações, equipamentos e serviços municipais; ----------
2- O regime jurídico previsto no Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro; ----------
3- Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea K) e 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar propostas de regulamentos municipais a sujeitar à aprovação da Assembleia Municipal; --
4- O Regulamento das Atividades de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas Não Sedentários do Município de Albufeira atualmente em vigor se encontra não apenas desatualizado e desajustado juridicamente, mas também incapaz de responder cabalmente às exigências de intervenção municipal neste domínio.----------
Assim, proponho: ----------
1) Que a Digníssima Câmara Municipal delibere iniciar os procedimentos de Alteração ao Regulamento das Atividades de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas Não Sedentários do Município de Albufeira, atualmente em vigor que se anexa à presente e que dela faz parte integrante; ----------
2) Que a Digníssima Câmara Municipal delibere aprovar os responsáveis pela direção dos procedimentos e a composição da respetiva comissão de acompanhamento, conforme abaixo se descreve:----------
Responsável pela direção do procedimento:----------
– [redacted] ----------
Comissão de acompanhamento: ----------

[redacted]	Divisão Municipal Jurídica e de Contencioso
[redacted]	Departamento Municipal de Desenvolvimento Económico
[redacted]	Divisão Municipal de Turismo, Desenvolvimento Económico e Cultural
[redacted]	Departamento Municipal de Gestão e Finanças
[redacted]	Divisão Municipal de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa

3) Que a deliberação da Digníssima Câmara Municipal seja publicada na internet, no sítio institucional desta Edilidade, com a data em que o procedimento para elaboração das Alterações ao Regulamento das Atividades de Comércio a Retalho e Restauração e Bebidas Não Sedentários do Município de Albufeira se inicie, o prazo, que se entende dever ser de 10 dias contados sobre a data do referido aviso e a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a

elaboração do Regulamento." ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= ASSOCIAÇÃO ALGARVE STP – SYSTEMS AND TECHNOLOGY PARTNERSHIP ASSOCIATION – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em trinta de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Considerando que: ----------

a) *A Associação Algarve STP — Systems and Technology Partnership Association é uma associação privada sem fins lucrativos, que desenvolve atividades no âmbito científico, técnico e de interface Universidade — Empresa;* ----------
b) *O Município de Albufeira faz parte dos Órgãos Sociais da Associação, concretamente na sua direção enquanto vogal efetivo, na sequência da sua adesão a tal Associação, por deliberação da Câmara Municipal de Albufeira de 30/03/2021;* ---
c) *Por deliberação da Câmara Municipal de Albufeira de 03/02/2026, foi o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, designado representante do Município de Albufeira (nos termos da al. a), n.º 1 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação) e, a então Chefe da Divisão de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa, designada representante, nas suas faltas;* ----------
d) *Urge, em face da ausência da representante do Município, em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, proceder à designação de representante do Município nas faltas do Senhor Presidente da Câmara Municipal;* ---
e) *Constituindo o âmbito da presente, atribuição da competência material da Câmara Municipal, não delegável no Presidente da Câmara Municipal (nos termos conjugados no disposto na alínea 00), n.º 1 do artigo 33.º e n.º 1 do artigo 34.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação).*----------

---------- *PROPONHO* ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere designar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Rui Cristina, como representante do Município de Albufeira na Associação Algarve STP — Systems and Technology Partnership Association e, nas suas faltas, o Sr. Chefe de Gabinete, Hugo Santos."----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

B – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL

= LIVROS – OFERTA DO LIVRO "ALBUFEIRA – HISTÓRIAS DA NOSSA GENTE" – PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cristina Corado, em vinte seis de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"No ano 2025 a CMAlbufeira procedeu à aquisição de 250 exemplares do livro "Albufeira – Histórias da Nossa Gente", da autoria de Ana Sofia Brito. ----------

A autora solicita a possibilidade da CMA oferecer alguns livros aos lares / erpi´s – estruturas residenciais para idosos do concelho de Albufeira, estando disponível para efetuar a apresentação da obra nas mesmas instituições. ----------

Também é necessário a oferta de exemplares do livro às Bibliotecas Escolares do concelho de Albufeira. ----------

CONSIDERANDO----------

- *Que um dos objetivos da Câmara Municipal de Albufeira é proporcionar e contribuir para o desenvolvimento do concelho em todas as suas vertentes, do ponto de vista social, cultural, educacional e outros;*----------
- *Que a Autarquia procedeu à aquisição de vários exemplares do livro em questão, o qual foi elaborado a partir de histórias relatadas pelos próprios Albufeirenses, muitos dos quais frequentadores dos lares do concelho;* ----------
- *Que a oferta destes livros constituirá uma mais-valia para a comunidade, reforçando os laços de proximidade e a identidade local;* ----------
- *Que a CMA por via da oferta de livros fomentará também hábitos de leitura, de deleite e fruição cultural, aumentando a oferta cultural existente junto de parte do tecido social do concelho - lares e escolas;*----------
- *Que a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;*----
- *Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal.* ----------

PROPONHO ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a oferta do livro "Albufeira – Histórias da Nossa Gente", da autoria de Ana Sofia Brito, de forma equitativa aos lares / erpi´s - estruturas residenciais de idosos - do concelho de Albufeira e a apresentação da obra nessas instituições, referidas em folha anexa, bem como a oferta de um exemplar do livro às Bibliotecas Escolares do concelho, mencionadas em folha anexa."----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= PROTOCOLOS – CENTRO DE CIÊNCIA VIVA – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em vinte e cinco de junho último, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"Considerando que: ----------

a) O Centro de Ciência Viva do Algarve é uma associação sem fins lucrativos que tem como objeto social, nomeadamente, "o exercício da divulgação científica e tecnológica, mediante a promoção de ações de desenvolvimento de cultura científica e tecnológica, junto da população e, em especial, da comunidade juvenil; ----------

b) Para prossecução destes objetivos societários, o Centro de Ciência Viva do Algarve promove, de entre outras atividades, uma exposição permanente e temática, com módulos de ciência e tecnologia, exposições temporárias e outras atividades; possui uma mediateca e um centro de acesso gratuito à internet; ----------

c) O Município de Albufeira reconhece que as atividades e os objetivos prosseguidos pelo Centro se revestem de inquestionável e primordial interesse para a respetiva esfera de jurisdição;----------

d) Considera o Edil signatário que as entidades e associações que prosseguem aqueles fins e objetivos merecem, de forma inquestionável, o apoio e a colaboração desta Autarquia; ----------

e) O Centro de Ciência Viva do Algarve debate-se com uma indesejável escassez de meios económicos e financeiros, imprescindível para assegurar a manutenção da realização daquelas atividades e iniciativas; ----------

f) O Centro de Ciência Viva do Algarve solicitou, por conseguinte, o apoio e a contribuição desta Autarquia, que figura como Associada daquele, no sentido da atribuição de uma comparticipação financeira, destinada a apoiar a realização de diversas iniciativas; ----------

g) Por outro lado, este executivo pretende continuar a primar por contribuir para o desenvolvimento cultural, intelectual, didático, recreativo e lúdico dos seus munícipes, assim como por aspirar, promover a cultura científica e tecnológica junto dos mesmos, em particular, dos mais jovens;----------

h) Pretende, assim, este executivo em funções promover a realização de ações de formação científica junto de escolas do ensino básico e, bem assim, atividades de divulgação científica junto dos alunos, como sejam, o formular de questões, a experimentação com cuidado, o observar com atenção e a validação das conclusões alcançadas; ----------

i) O Centro dispõe de meios humanos necessários ao desenvolvimento de atividades de

divulgação científica e vê com interesse o incremento da colaboração entre o Centro e este Município de Albufeira; ----------

j) Dispõe o art.º 33.º n.º 1, respetivamente, alíneas o) e r) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que "compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente, com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; assim como "colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central"; - Propõe-se que a Digníssima Câmara Municipal delibere: ----------

Apoiar economicamente a execução das atividades e iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Ciência Viva do Algarve, no âmbito da promoção e divulgação científica e tecnológica, junto das escolas do concelho, mediante a atribuição de uma comparticipação financeira de €12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), para o corrente ano de 2026, e, elaborar o protocolo entre o Município de Albufeira e o Centro de Ciência Viva do Algarve. A despesa, no valor de €12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), resultante da presente proposta será suportada através da dotação do Orçamento do Município de Albufeira para o ano de dois mil e vinte e seis, através da rubrica com a Classificação Orgânica: 02/04.07.01; Projeto GOP n.º 2026/5016." ----

Esta proposta fazia-se acompanhar do protocolo de colaboração nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

= PROTOCOLOS – SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE ALBUFEIRA – PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara, em um de julho corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: ----------

"O MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA e a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE ALBUFEIRA pretendem concretizar um Protocolo de Colaboração que permita a colaboração entre as partes, com vista à promoção e apoio das atividades e projetos desenvolvidos por esta associação. ----------

Considerando que: ----------

1) *A "Associação" não tem fins lucrativos e tem por fim a promoção, junto dos seus associados, da prática de atividades desportivas, recreativas e culturais ligadas à columbofilia, à defesa dos valores da natureza e ao fomento de um espírito coletivo de respeito pela relação equilibrada de tais valores;* ----------
2) *No âmbito dessa finalidade, forma os seus associados e informa os cidadãos em*

geral no sentido da promoção, conservação e fomento de atividades lúdicas, desportivas e culturais;----------

3) Promove a usufruição pelos associados das atividades promovidas pela "Associação"; -
4) A "Associação" promove uma relação saudável com o meio ambiente e realiza convívios, provas de columbofilia, passeios entre os associados e simpatizantes da "Associação", bem como outras atividades e afins; ----------
5) A "Associação" apresentou ao "Município" o respetivo Plano de Atividades e previsão orçamental para o ano de 2026 aprovado pela Assembleia-Geral, bem como o Relatório Anual de Atividades e Contas do Exercício, aprovado pela Assembleia-Geral e com o parecer do Conselho Fiscal;----------
6) O "Município" tem, ao longo dos anos, estabelecido Protocolo com a "Associação", a qual exerce os seus fins de forma amplamente reconhecida no concelho; ----------
7) O Município encontra-se a desenvolver os necessários requisitos para início de procedimento de criação de regulamento de apoio ao associativismo do Município de Albufeira, o qual se encontra em fase de recolha de contributos prévios à apresentação à Assembleia Municipal; ----------
8) Que, em face dos pedidos já pendentes no Município se torna necessário delinear uma solução imediata, que, em linha com o espírito regulatório e de profissionalização vertidos no projeto de regulamento em discussão, não obstaculize à prossecução das normais atribuições do Município, em matéria de apoio ao associativismo municipal; ----------
9) Que, sem prejuízo da competência exclusiva da Assembleia Municipal em matéria de aprovação de regulamentos com eficácia externa ao Município, incumbe ao presidente a aprovação da despesa legalmente prevista, para efeitos do artigo 35(1)(g) da Lei 75/2013; ----------
10) Que, mesmo atendendo ao facto de não existir regulamentação específica sobre o tema, tal não pode nem deve significar a arbitrariedade das decisões de atribuição de apoio ao associativismo municipal, como têm sido habitualmente praticado; -------
11) Impondo-se, assim, a definição de um quadro transitório que vigore até à entrada em vigor do regulamento, sendo definido ao abrigo da competência prevista no artigo 35(1)(g) da Lei 75/2013; ----------
12) Compete à Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas das alíneas o) e u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, deliberar sobre formas de apoio a entidades legalmente existentes com vista à realização de eventos e atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva e recreativa,

que tenham interesse para o Município; ----------

13) *Pelo presente fica a entidade beneficiária informada de que deverá ter em consideração as Disposições Legais previstas no disposto no artigo 2.º do Código do Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111 – B/2017, de 31 de Agosto na sua atual redação.* ----------

---------- *PROPONHO* ----------

Que a digníssima Câmara Municipal delibere autorizar a renovação do respetivo Protocolo de Colaboração, para o ano de 2026, com vista ao apoio das atividades e projetos da Sociedade Columbófila de Albufeira." ----------

Esta proposta fazia-se acompanhar do protocolo de colaboração nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------

Constatou-se no mesmo documento serem obrigações do Município de Albufeira, entre outras, a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinco mil euros. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

C – DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO

= PROCESSOS DE SINISTRO – PROCESSO N.º 60/2025 – REQUERIMENTO =

Por [redacted], foi apresentado um requerimento, com data de vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e cinco, pelo qual solicita indemnização por danos sofridos quando ao caminhar no parque de estacionamento junto à rotunda dos golfinhos, colocou o pé num buraco com falta de paralelos, tendo caído e partido pé direito e o tornozelo esquerdo.----------

Este requerimento encontrava-se instruído com um parecer, com origem na Divisão Jurídica e de Contencioso, que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitante à presente reunião, e que, em conclusão refere o seguinte:----------

"Nestes termos, entende-se que não deve a Câmara Municipal de Albufeira assumir a responsabilidade pelo sinistro ocorrido e, consequentemente, indemnizar a Requerente sendo, sem mais, o que se submete à consideração superior de V. Exa..----------

Dessa deliberação de intenção, deve a Requerente ser notificada para se pronunciar, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do disposto no artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo." ----------

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor do parecer, mandar proceder nos estritos termos do nele sugerido. ----------

D – DIVISÃO DE POLÍCIA MUNICIPAL E VIGILÂNCIA

= LICENÇA ESPECIAL DE RUIDO – COELHA, LDA. – DIA 11 DE JULHO DE 2026 – INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Polícia Municipal e Vigilância foi apresentada uma informação do seguinte teor: ----------

"Analisado o pedido para emissão de Licença Especial de Ruído efetuado por Coelha, Lda., cumpre informar o seguinte: ----------

– *é pretensão do requerente a realização de evento "Coelha Beach Summer Sessions", no Restaurante Praia da Coelha, na Praia da Coelha, no dia 11 de julho, das 21h00 às 03h00;* ----------

– *de acordo com informação obtida telefonicamente com o requerente, os eventos ocorrem no restaurante não havendo ocupação do areal;*----------

– *o Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro prevê no seu artigo 14.º que o exercício de atividades ruidosas temporárias na proximidade de edifícios de habitação, é interdita aos sábados, domingos e feriados, e nos dias úteis entre as 20h e as 08h. No entanto, o artigo 15.º do referido diploma legal, prevê a sua autorização, em casos excecionais e devidamente justificados, mediante a emissão de Licença Especial de Ruído;*----------

– *o presente pedido desde que considerado de interesse para o Município, poderá ser satisfeito se a Câmara Municipal conceder uma Licença Especial de Ruído, nos termos do artigo 15.º do RGR;*----------

– *realizando-se o evento a um sábado, considera-se que poderá ser autorizado horário até às 02h, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do RMRA. De referir que em edições anteriores não houve registo de reclamações de ruído;*----------

– *pelo exercício deste tipo de atividade ruidosa temporária deverá ser cobrada uma taxa hora de 20,87€ (sábados, domingos e feriados, das 20h às 23h) e de 31,30€ (sábados, domingos e feriados, das 23h às 08h), nos termos do Anexo I, Capítulo V, Secção III, 30.º 1.3.2.2 e 1.3.2.3 do Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Albufeira publicado no Diário da República, II Série n.º 208, de 25 de outubro de 2024, consideradas as respetivas atualizações previstas no artigo 8.º do referido Regulamento."* ----------

Este processo encontrava-se ainda instruído com a minuta de Alvará de Licença Especial de Ruído, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. ----------

Senhor doutor Rui Tardão (chefe da Divisão Jurídica e Contencioso, em regime de

substituição): *"Eu aqui só queria anunciar uma alteração que vai ser feita nas próximas reuniões de câmara, que vamos fazer um lote nas licenças especiais de ruído, ou seja, todas as licenças especiais de ruído vão ser inseridas num lote, em vez de estarmos aqui a delineá-las uma a uma, vamos incluí-las todas num lote. Elas serão todas aqui especificadas na ordem do dia, se houver alguma questão em relação a alguma das licenças especiais de ruído que lá estão, fazem favor de avisar o secretariado da mesa, que neste caso sou eu, que nós retiraremos isso do lote para essa licença especial de ruído ser discutida especificamente e todas as outras são feitas com uma única votação, sem ser necessário estar a lê-las todas, todas, todas exaustivamente. Não sei se concordam ou se não com esta situação, mas acho que é mais prático e mais célere."*--
Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação, deferir o pedido nos precisos termos da mesma. ----------

E - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVICOS URBANOS

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTOS "IN SITU" EM PARQUES INFANTIS PÚBLICOS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA - LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO =

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa Resopre - Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A., foi apresentado o auto de vistoria para efeitos de liberação parcial de caução, datado de sete de julho dois mil e vinte e cinco, pelo qual se procedeu ao exame de todos os trabalhos realizados e foi verificado que os mesmos se encontram em satisfatório estado de execução e conservação, razão porque se considera que se encontram reunidas todas as condições para se proceder à liberação de noventa por cento das cauções e quantias retidas para garantia da presente empreitada. ----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Relativamente a esta situação, só deixar aqui um alerta. Isto tem a ver com os parques infantis públicos, mas também tem a ver com os parques infantis nas escolas. Eu sei que na altura, quando fizeram instalação, a empresa quando os instalou dizia que isto precisava de ser.... Deviam ter alguma rega, ou seja, haver alguma manutenção através de regas para durar mais tempo estes pisos. E eu deixava aqui esta nota para ter aí algum procedimento ou alguém pudesse fazer essa verificação e fazer essa manutenção. Nas escolas as funcionárias podem fazer e têm feito, mas as questões dos parques públicos precisam de ser regados estes pisos, especialmente aqui no verão, como aquilo é borracha começa a ressequir e danifica-se mais rapidamente. Era só deixa essa nota."*----------
Foi deliberado, por unanimidade, homologar o auto de vistoria e proceder à

liberação de noventa por cento dos valores prestados para garantia da empreitada.

= OBRAS MUNICIPAIS – EMPREITADA DE ESTABILIZAÇÃO DA ARRIBA E REQUALIFICAÇÃO DE MUROS ENTRE A PRAIA DOS PESCADORES E O HOTEL SOL E MAR – TRABALHOS COMPLEMENTARES – INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas foi apresentada uma informação do seguinte teor: ----------

"A presente empreitada foi adjudicada à empresa Blackbolt, unipessoal, Lda., no dia 9 de abril de 2019 por deliberação da Câmara Municipal em reunião de 5-11-2024, pelo valor de 1.299.00,00€ mais IVA. ----------

No seguimento do pedido de prorrogação graciosa aprovado na Distribuição SGDCMA/2026/17559, vem o empreiteiro dirigir o pedido de reapreciação solicitando que a prorrogação graciosa concedida seja alterada para aprovação da prorrogação legal. ----------

No Anexo 1 consta a comunicação do empreiteiro a solicitar a aprovação da prorrogação legal do prazo em substituição da prorrogação graciosa. ----------

Tendo em consideração que os motivos pelo que foi concedido a prorrogação graciosa, não são de responsabilidade imputável ao empreiteiro, nomeadamente os apresentados seguidamente, sugere-se que seja aprovada a aprovação legal até 29 de maio de 2026: --

a) *Ocorreram circunstâncias excecionais que condicionaram o normal desenvolvimento da empreitada, designadamente, condições meteorológicas adversas e persistentes que assolaram o país. Tempestades que causaram danos significativos. Esta situação teve impacto acrescido, atendendo à natureza marítima e exposição da frente de obra.* ----------
b) *Não foi possível dar continuidade à execução dos trabalhos na Rua da Bateria pela ocorrência da descoberta de vestígios arqueológicos relevantes e que presentemente aguardam a pronúncia da CCDR Algarve - Unidade de Cultura.* ---------

O plano de trabalhos, está bem estruturado e adequado para trabalhos em falta. --------

Os planos de mão-de-obra e equipamento estão em conformidade com o plano de trabalhos apresentado. ----------

O Plano de pagamentos entregue reflete corretamente o já executado, assim como, projeta a faturação dos trabalhos em falta, onde já estão contemplando os trabalhos complementares em aprovação. ----------

No Anexo 2 consta a comunicação do empreiteiro a apresentar o reequilíbrio financeiro, no valor total de 96.400,00€ mais IVA (102.184,00€ com IVA). ----------

No seguimento da análise efetuada, constata-se que todos os preços unitários

apresentados são os constantes na lista de preços unitários da proposta vencedora, estando aprovados para esta obra. ----------
No anexo 3 consta a lista de trabalhos complementares, totalizando 96.400,00€ mais IVA (102.184,00€ com IVA). ----------
O valor dos trabalhos complementares em análise representa 7,42% do valor contratado, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 370.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação. ----------
Em Conclusão: ----------
Sendo assim, submete-se à consideração da Câmara Municipal de Albufeira a aprovação do seguinte: ----------
1. *Da prorrogação legal do prazo até 29 de maio de 2026.*----------
2. *Trabalhos Complementares no valor de 102.184,00€ com IVA.*----------
3. *Cabimentação adicional de 102.184,00€."*----------

Senhor vereador Victor Ferraz: *"Relativamente aqui a esta situação, eu sei que houve aqui... Não está cá o diretor de departamento. Isto inicialmente foi pedida aqui uma aprovação graciosa de prorrogação do tempo e agora passou-se para uma prorrogação legal. E pediram agora uma prorrogação legal e depois pedem os 100.000 euros de obras a mais, de trabalhos a mais nesta obra. A minha questão é assim: porque é que mudou? Ou seja, porque é que antes era gracioso e depois passou agora para legal? E este prazo era para uma prorrogação até 29 de maio, que já passou. Vem agora a deliberação e a questão era: se isso não fosse aprovado, o que é que acontecia?"* ----------
Senhor presidente: *"Tem que fazer o pedido por escrito, não lhe consigo dar essa resposta neste momento, senhor vereador. Por escrito vai depois para o senhor diretor para responder."* ----------
Senhor vereador Victor Ferraz: *"Está ok, certíssimo."*----------
Senhor presidente: *"Obrigado."* ----------
Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, mandar proceder nos estritos termos do nela sugerido. ----------

F - DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE EXECUÇAO DAS MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - REVISÃO DE PREÇOS - INFORMAÇÃO =

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Estudos e Projetos foi apresentada uma informação do seguinte teor:----------
"Ao abrigo do artigo 300.º do Código dos contratos Públicos há lugar à revisão de

preços se o contrato o determinar e fixar os respetivos termos, nomeadamente o método de cálculo e a periodicidade. ----------
O caderno de encargos da empreitada em título, define a fórmula a utilizar bem como o método de cálculo.----------
Junto se envia em anexo o cálculo da revisão de preços definitiva (SGDCMA - Distribuição SGDCMA/2023/53122) elaborada pelo sistema de controlo de empreitadas, a qual obteve concordância do empreiteiro (e-mail com a concordância em anexo), e que agora se submete à aprovação do órgão competente para a decisão contratar, no valor de 28.922,42+IVA Eur. (vinte e oito mil novecentos e vinte e dois euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor." ----------
Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, aprovar a revisão de preços no valor de vinte e oito mil novecentos e vinte e dois euros e quarenta e dois cêntimos, mais IVA à taxa legal em vigor. ----------

= COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL - MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE FARO – DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL DE ALBUFEIRA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e dois de junho último, do seguinte teor: ----------
"Pelo Ministério Público - Procuradoria da República da Comarca de Faro - Departamento de Investigação e Ação Penal de Albufeira foi solicitada a colaboração dos serviços da Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais do Departamento de Projetos e Edifícios Municipais desta Câmara Municipal, para no dia 23.06.2026 proceder à retirada de um portão colocado na estrada de acesso à Praia do Poço Velho com vista à sua efetiva apreensão. ----------
No seguimento dessa apreensão, em momento posterior, terá de ser dado destino ao portão, podendo esse ser afeto a finalidade publica mediante requerimento para o efeito. ----------
Considerando: ----------

1. *Que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara por forma a deliberar em tempo útil, atendendo à urgência do assunto e ao início da execução da obra.*----------
2. *Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, para que se decida sobre o pedido com a obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal de*

Albufeira, na reunião seguinte.----------
Determino: ----------

- *Autorizar os serviços da Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais do Departamento de Projetos e Edifícios Municipais a acompanhar o Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Faro – Departamento de Investigação e Ação Penal de Albufeira na retirada de um portão colocado na estrada de acesso a Praia do Poço Velho com vista à sua efetiva apreensão.----------*
- *Manifestar interesse em que o portão nos seja entregue para o afetar a finalidade pública a definir por esta Câmara Municipal consoante as suas necessidades.----------*
- *E o agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima Reunião de Câmara." ----------*

Senhor vereador Rogério Neto: *"Alguém consegue explicar onde é que este portão estava?" ----------*

Senhor arquiteto Hugo Aires (diretor do Departamento de Projetos e Edifícios Municipais, em regime de substituição): *"Olá, muito bom dia a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do senhor presidente. Antes só dessa questão também queria fazer aqui um apontamento ainda relativamente à questão dos parques, os chamados brinquedos, não é? Os jardins Robinson, todos estes parques, nomeadamente aqueles que dizem respeito ao parque escolar, eles carecem obrigatoriamente de uma vistoria externa e que à partida, o teor que vem dessa mesma vistoria vai impor aquelas que são as necessidades ou as substituições. Que aquilo obedece a uma série de critérios bastante rígidos, por sinal." ----------*

Senhor vereador Victor Ferraz: *"Só para complementar, sim, eu sei dessa parte, aqui a questão não tem a ver com a fiscalização, tem a ver com a manutenção do próprio piso em si, eles próprios disseram: "– De vez em quando reguem isto, porque isto depois vai ressequindo. Para evitar que depois numa inspeção…"" ----------*

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Uma manutenção recorrente, não é?" ----------*

Senhor vereador Victor Ferraz: *"Exatamente." ----------*

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Uma manutenção, por exemplo, eu sei que já houve trechos que foram substituídos, mas depois aquilo obedece a uma série de critérios, não pode ser substituído só um trecho, tem que ser uma área com uma dimensão maior, para depois, a partir daí não deteriorarem muito." ----------*

Senhor vereador Victor Ferraz: *"O objetivo é que se evitem esses buracos." ----------*

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Sim, muito bem. Eu vou passar, transmitir isso à divisão competente. Agora, em relação ainda aqui ao outro ponto que é a questão da*

intervenção, portanto, este foi um pedido de colaboração na pessoa do senhor procurador Joel Belchior, numa situação que já corria há algum tempo. Portanto, antes da unidade hoteleira da Adriana Beach Club, ou seja, seria o primeiro portão no acesso ao próprio hotel. Portanto, eu acredito, eu não tenho essa informação presente, mas acredito que o prédio ou a delimitação daquele prédio não é propriedade da própria unidade hoteleira, mas de um vizinho confinante que não se sabe ao certo. Portanto, esse pedido foi solicitado aos serviços e, obviamente, depois dentro daquilo que é nossa possibilidade, foi feito esse acompanhamento para a remoção desse portão, não é?" -----

Senhor vice-presidente: *"Disseram-me que puseram lá uma corrente."* ----------

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Pois, isso é uma questão que está a ser acompanhada pelo Ministério Público, não é? Existe até uma equipa da Unidade de Investigação Criminal a acompanhar a situação."* ----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Portanto, era no acesso ao Clube Adriana? Não é o acesso ao pinhal?"* ----------

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"É o acesso ao pinhal."*----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"No acesso ao pinhal? Eu, por mim, até vou retificar e vou votar. Nós só recebemos o portão, agora foi o Ministério Público, agora, tenho sérias dúvidas de poder levantar se é um portão que estava lá numa propriedade agrícola. Até trouxe aqui do GeoPortal, para já não se chama estrada do Poço Velho, é caminho do Poço Velho e recomendo que o município em colaboração com a junta de freguesia, requalifique o resto do caminho que vai até à praia da Rocha Baixinha, que ele está completamente abandonado, intransitável, porque assim também temos mais argumentação para querer o caminho livre. É que nós, por vezes, só nos lembramos quando alguém igual como eu lhes trouxe agora essa situação da corrente no caminho que é público, onde passa a ecovia, ou a ciclovia, neste caso. Porque esse caminho está abandonado, só está arranjado até ao aldeamento porque o aldeamento o requalificou para eles."* ----------

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Senhor vereador, não está aqui o meu colega que é o diretor, Valter, mas no que diz respeito, creio que conheço isso, pelo menos nos tempos que estava na junta, muitas tentativas há que fosse pavimentado esse troço, mas como sabe isso pertence a RAN e existem impedimentos, não pode haver impermeabilização. Muitas vezes fizemos algumas alguns portes com tout-venant, mas..."* ----------

Senhor vereador Rogério Neto: *"Só limpar o caminho, que é um caminho estreito, 2, 3 metros e pôr tout-venant. Limpar e pôr tout-venant, é 2, 3 metros."* ----------

Senhor arquiteto Hugo Aires: *"Muito obrigado, não sei se tem mais alguma questão?"* --

Senhor presidente: *"Não, muito obrigado."* ----------
Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. --------

G – DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =

Dos pareceres, autos e informações referidas nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que foram rubricadas pelos Senhores Membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião. ----------

As descrições dos pedidos que se seguem, relacionadas com este tema, foram elaboradas sob a responsabilidade do mesmo departamento. ----------

♦ Requerimento (s) n.º (s): 1109 de 25/04/2026 ----------
Processo n.º: **06/2026/08** ----------
Requerente: David Batista Cabrita ----------
Local da Obra: Caminho da Ribeira de Alte, Ribeira de Alte, freguesia de Paderne -------
Assunto: Pedido de parecer favorável da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 1 e 2 do art.º 54.º da Lei 91/95 de 02 de Setembro, na redação em vigor, para efeitos de constituição de compropriedade----------
Foi, por unanimidade, deliberado a emissão da certidão uma vez que a câmara não vê inconveniente na aquisição do prédio em causa em regime de compropriedade, nos termos do parecer do Consultor Jurídico Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis e da Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis. ----------

♦ Requerimento (s) n.º (s): 1613 de 02/06/2026 ----------
Processo n.º: **06/2026/15** ----------
Requerente: Pedro de Almeida Ventura ----------
Local da Obra: Estrada de Vale Verde, Vale Verde, freguesia da Guia ----------
Assunto: Pedido de parecer favorável da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 1 e 2 do art.º 54.º da Lei 91/95 de 02 de Setembro, na redação em vigor, para efeitos de constituição de compropriedade----------
Foi, por unanimidade, deliberado a emissão da certidão uma vez que a câmara não vê inconveniente na aquisição do prédio em causa em regime de compropriedade, nos termos do parecer do Consultor Jurídico Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis e da Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Urbanística de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis. ----------

= APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA =

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o senhor presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da ata em minuta.----------

Tendo sido deliberado, por unanimidade, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade. ----------

= DELIBERAÇÕES – FORMA DE VOTAÇÃO =

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. ----------

= ENCERRAMENTO =

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas doze horas e quinze minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Rui Salvador Felizardo Tardão, chefe de Divisão Jurídica e de Contencioso, que secretariei.----------